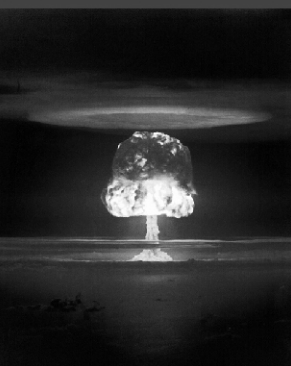
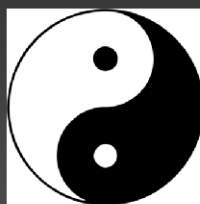
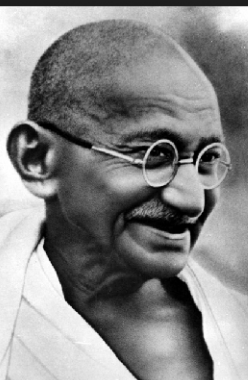


Carlo Romani

Massimo Sciarretta

Volume 2

História Contemporânea II





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História Contemporânea II

Volume 2

Carlo Romani
Massimo Sciarretta



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Claudia Rodrigues

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Carlo Romani

Massimo Sciarretta

COORDENAÇÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Flávia Busnardo

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

E REVISÃO

Henrique Oliveira

Paulo Alves

AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Beatriz Fontes

Carolina Godoi

Cristina Freixinho

Elaine Bayma

Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguilar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alexandre d'Oliveira

Sanny Reis

ILUSTRAÇÃO

Fernando Romeiro

CAPA

Fernando Romeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2013, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

R165h

Romani, Carlo.

História Contemporânea II. v. 2 / Carlo Romani, Massimo Sciarretta. – Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2013.

198 p. ; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-904-7

1. História contemporânea. 2. globalização. 3. Meio ambiente. 4. Fundamentalismo. 5. Migração. Sciarretta, Massimo. II. Título.

CDD 908.8

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Gustavo Reis Ferreira

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUKOW DA FONSECA
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Aula 7 – A aldeia global: revolução tecnológica e impactos culturais _____ 7

Massimo Sciarretta

Aula 8 – A economia nos tempos da globalização: neoliberalismo, mudanças no trabalho e crise do Welfare State _____ 39

Massimo Sciarretta

Aula 9 – A transformação das artes num mundo globalizado _____ 69

Carlo Romani

Aula 10 – A questão ambiental no planeta _____ 97

Carlo Romani

Aula 11 – Novos atores globais e “nova ordem internacional”: o mundo no início do século XXI _____ 127

Massimo Sciarretta

Aula 12 – Fundamentalismos, migrações, multidões: o outro lado da globalização _____ 157

Massimo Sciarretta

Referências _____ 191

Aula 7

A aldeia global: revolução tecnológica e impactos culturais

Massimo Sciarretta

Metas da aula

Apresentar e avaliar o fenômeno da globalização no tocante aos elementos que o proporcionaram e às consequências culturais que ele engendrou.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as causas da guinada do capitalismo mundial rumo à “era pós-industrial”, na última parte do século XX, e suas peculiaridades;
2. reconhecer, dentro deste contexto, o tema da “revolução da informática”;
3. identificar o debate dos estudiosos em torno da globalização e das repercussões causadas por este fenômeno.

INTRODUÇÃO

Globalização, este termo hoje utilizado até a exaustão, tornou-se a palavra-atalho para definir, julgar, enfatizar ou condenar os mais diversos processos proporcionados por esta transformação das dinâmicas mundiais, ocorrida no período compreendido entre a última parte do século XX e o novo século XXI. Da criação de um único mercado mundial para o aumento exponencial dos movimentos migratórios do Sul do mundo para o Norte; do estreitamento das distâncias geográficas para a adoção universal de estilos de vida ocidentais, tudo pode ser resumido nesta palavra-conceito **holística**.

Como veremos mais adiante, na opinião de muitos estudiosos, tal fenômeno remontaria a um processo de mais longo período, que colocou as bases para o atual desenrolar da chamada “época pós-moderna”.

Seja como for, a emergência da “sociedade global” com a velocidade e a abrangência que conhecemos hoje manifestou-se de forma mais evidente a partir do momento em que ocorrem determinadas contingências históricas, tais quais: o fim da divisão bipolar e a possibilidade (na verdade, muitas vezes frustrada) de uma ampla circulação de pessoas, mercadorias, ideias e interligações culturais em presença de uma revolução nos meios de transporte e de comunicação.

A ausência, portanto, de obstáculos políticos e tecnológicos à mundialização das práticas econômicas, sociais e culturais leva, nos últimos trinta anos – como nunca tinha acontecido –, a uma **desterritorialização** dos mercados, das decisões, dos hábitos e das ideias que colocam em xeque não apenas um pilar da época contemporânea, como o “Estado-nação”, mas também identidades pré-nacionais, pautadas na religião, na língua, na etnia etc.

O **holismo** é um conceito teórico, segundo o qual todos os seres ou as coisas interagem, formando um todo, sem que se possa entendê-los isoladamente. Seu adjetivo utiliza-se para definir algo que engloba tudo em si.

Desterritorialização

A desterritorialização é um termo utilizado para indicar uma série de “desarraigamentos”, causados pela globalização, tais quais: o aumento da mobilidade das pessoas, a hibridização cultural e o enfraquecimento das culturas locais sob o impulso da cultura hegemônica ocidental – fenômenos que levam à perda de controle físico e de referências simbólicas, concernentes aos territórios de origem, produzindo, ao mesmo tempo, uma homogeneização sem integração.

Dito isto, “globalização” não é – por isto só – sinônimo de homogeneização.

Com certeza, não é tal com relação ao conceito de igualdade econômica, tendo o pensamento único neoliberal aumentado de forma exponencial as diferenças econômicas entre o mundo dos pobres e o dos ricos, dentro e fora das fronteiras territoriais nacionais.

Com efeito, aos fenômenos mundiais da liberalização desenfreada das mercadorias e dos capitais, e da desregulamentação do mercado do trabalho, estão correspondendo, por parte dos países ricos, ações unilaterais de construção de barreiras à entrada de pessoas provenientes de outras regiões do globo e o aproveitamento voraz dos recursos naturais do planeta inteiro. O que, conforme o prêmio Nobel Joseph Stiglitz (*A globalização e seus malefícios*), engendraria mais um fenômeno de relação globalizador/globalizado do que um efetivo processo de integração paritária entre os vários grupos sociais no interior de cada nação e/ou entre os diversos hemisférios do mundo.

Igualmente, a globalização não parece até agora ter carreado um processo de formação de uma cultura mundial compartilhada.

Decerto, a dicotomia que separava cultura erudita e cultura popular vem sendo rebaixada, e o processo de transmissão e produção da cultura vem se alastrando até alcançar uma boa parte da população mundial.

Entretanto, como assinala Eric Hobsbawm, a interligação entre os saberes, que está proporcionando o surgimento de uma cultura popular global como produto da disponibilidade planetária para a mistura de elementos diversos provenientes de várias regiões do planeta, ainda encontra uma barreira em fatores, tais quais: a língua e a religião, que se mostram mais refratários a ser englobados numa única cultura. Daí a diferença substancial – a ver do historiador britânico – entre “a globalização, real e ampla (...) e o cosmopolitismo, ainda hoje bastante restrito” (HOBBSAWM, 2009, p. 120).

De acordo com as reflexões de Octavio Ianni, a globalização assinala-se, portanto, como um universo, formado por “diversidades, desigualdades, tensões e antagonismos, simultaneamente às articulações e integrações regionais, transnacionais e globais” (IANNI, 2008, p. 220).

Tratando-se de um tema caracterizado por linhas de descontinuidade que tornam o discurso em volta do tema “globalização” multifacetado e contraditório, decidimos repartir o assunto encarando-o sob vários pontos de vista que serão analisados em capítulos temáticos (meio ambiente, arte, trabalho, política internacional etc.). Nesta aula, portanto, nós nos limitaremos a colocar perguntas mais genéricas sobre o fenômeno “globalização”: de que maneira o mundo chega à mundialização das práticas socioeconômicas? Quais fatores a possibilitaram? Quais são seus aspectos peculiares? Trata-se realmente de um fenômeno recente ou, ao contrário, de um acontecimento que apoia suas bases em dinâmicas de mais longo alcance?

A guinada do capitalismo na última parte do século XX: o ocaso da sociedade industrial e o surgimento da “*New Economy*”

Nos anos 1970, nenhum dos dois blocos geopolíticos no qual o mundo estava dividido parecia gozar de boa saúde.

Se as contradições presentes no bloco soviético eram de tal porte a serem destinadas a estourar de forma dramática na década sucessiva, elas – devido ao fechamento do sistema político comunista – corriam, todavia, de forma bastante subterrânea.

No Ocidente, ao contrário, a crise energética, monetária e de produção, começada neste período, era mais manifesta,

sendo, portanto, considerada até mais perigosa do que o impasse socialista, até gerar perplexidades sobre o prosseguimento do capitalismo *tout court*.

Até aquele momento, a prosperidade das nações ocidentais, lideradas pelos EUA havia proporcionado principalmente nestes países (mas não apenas nestes) a expansão do consumo em massa, produzindo, se não a homogeneização dos estilos de vida, válido ***urbi et orbi***, pelo menos a promessa hegemônica de sua realização para aquela parte de mundo que tivesse adotado seu projeto socioeconômico.

Enquanto isso, a “Guerra Fria” tinha gerado aquele mundo bipolar que, por ser fundado sobre o “equilíbrio do terror”, havia simplificado – embora de forma amedrontadora – a estabilização da política mundial.

Por volta de 1970, entretanto, tais processos chegaram ao seu ápice, produzindo, ao mesmo tempo, algumas tendências contrárias.

Com efeito, o processo de descolonização abriu caminho para a formação de novos Estados-nação, capazes de comprometer o equilíbrio próprio da lógica bipolar, ao passo que o fim da equivalência dólar-ouro (1971), própria do chamado *gold dollar standard*, e a adoção por parte dos EUA de uma política protecionista proporcionaram uma nova época de instabilidade para o sistema monetário internacional. Ao mesmo tempo, a geração de jovens filhos da prosperidade econômica ocidental (nota como *baby boom generation*), revoltava-se contra a sociedade consumista e hipócrita, criada por seus pais, enquanto que o embargo petrolífero por parte dos países do cartel do petróleo (OPEP) para os países capitalistas gerava uma recessão atípica, conhecida como “estagflação” por ser caracterizada pela concomitância de estagnação com inflação.

Urbi et orbi

(Expressão latina que significa “À cidade [de Roma] e ao mundo”).

Era uma abertura comum em pronunciamentos romanos, utilizada quando Roma era a *caput mundi* (capital mundial) do Império. Tal expressão ficou no vocabulário contemporâneo, indicando algo proclamado para o mundo inteiro.



Como vimos na aula sobre a “idade de ouro” do capitalismo, o *gold dollar standard* determinava a convertibilidade do dólar em ouro, oficializando de fato o papel-guia dos EUA como superpotência econômica do Ocidente e sancionando a estabilidade monetária mundial.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%B3lar_dos_Estados_Unidos

O sistema foi abandonado em 1971 quando, por causa das despesas sustentadas para arcar com a Guerra do Vietnã, criou-se uma discrepância considerável entre a moeda americana circulante no mundo (distribuída em larga quantidade) e o valor não equivalente das reservas de ouro efetivamente guardadas no Banco Central Americano (a Federal Reserve), pondo em sério risco de bancarrota a economia estadunidense. O *gold dollar standard* punha fim aos acordos de Bretton Woods com uma decisão unilateral dos EUA: a partir daquele momento, a moeda americana foi deixada flutuando no mercado, sem que seu valor fosse atrelado a alguma riqueza tangível.

No entanto, mais uma vez, o capitalismo soube sair das dificuldades, com a crise dos anos 1970 representando o estímulo para uma guinada nos processos de produção rumo a uma nova fase de desenvolvimento.

Com efeito, o problema dos países industrializados tornou-se o de reconverter a economia pautada “num crescimento extensivo, caracterizado pelo aumento dos volumes materiais da produção e do consumo de matérias-primas e energias para um desenvolvimento intensivo”, compatível com o declínio da natalidade, a saturação dos mercados e a crise energética (REVELLI, 1995, p. 169).

A grande transformação que se delineou no final dos anos 1970 partia, portanto, de uma exigência defensiva, mas soube se configurar como realmente inovadora, tendo seu objetivo na “desindustrialização”, o que marcou a transição da sociedade industrial para a pós-industrial, na qual a indústria – embora ainda existente – não representava mais o eixo das atividades produtivas e das relações humanas e sociais.

As novas tecnologias e a ênfase na “flexibilidade” (termo que, como veremos proximamente, no âmbito da produção será equivalente à fabricação *just in time*, enquanto com relação às relações de trabalho se tornará sinônimo de “precarização”) acarretaram a rápida realização dos processos de desregulamentação e privatização, proporcionando a ruptura do modelo de contrato social entre capital e trabalho, próprio do velho modelo industrialista.

De forma concomitante, num espaço de tempo restrito, o mundo contemporâneo assiste a um paulatino processo de “desmaterialização” da economia, rumo à construção de uma *New Economy* na qual o “centro de gravidade” da economia capitalista desloca-se da indústria para o terciário, privilegiando o setor ligado aos serviços (transportes, sociedades de seguro, bancos, comércio, turismo, telecomunicações), os quais, aos poucos, acabam absorvendo uma cota cada vez mais alta de mão de obra, produzindo também mais riqueza.

Inovação, projeção, pesquisa científica, matérias-primas e tecnologias leves tornam-se fatores centrais da produção.

Entretanto, os produtos não são a única coisa que vai perdendo materialidade.

Como corolário direto deste novo *trend*, emerge um padrão de acumulação em que as principais atividades lucrativas passam através de canais financeiros em vez de passar através da produção e do comércio. A incidência das atividades financeiras no conjunto das atividades do sistema econômico planetário adquire, assim, um papel central, dando lugar ao fenômeno da chamada “financeirização” da economia, com as trocas nos mercados financeiros de títulos que envolvem milhares de bilhões de dólares por dia, desindexados, em boa medida, do andamento da economia real.



Figura 7.1: Propaganda de cartão de crédito no mercado oriental.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3f/HK_Wan_Chai_Tin_Lok_lane_Master_Card_Tram.JPG

Nesta “nova economia”, do mesmo modo, o próprio dinheiro vai se desmaterializando, acarretando o declínio da poupança e o aumento do endividamento. O sistema da compra a crédito, mediante um sistema de pagamento eletrônico (cartão de crédito) que oferece ao usuário a possibilidade de adiar a cobrança do valor gasto para um momento futuro, revolucionou a maneira de os consumidores relacionarem-se com o mercado e a compra. A atitude em prol de consumos imediatos, unida à compra a prazo, tornou-se a maneira mais consuetudinária de lidar com a gestão das finanças domésticas, fazendo da poupança uma “virtude” cada vez mais subestimada. Pelo contrário, induzindo o consumidor a gastar mais dinheiro do que está realmente ao alcance de suas possibilidades, engendrando um sistema econômico que não apenas não repele as dívidas e a indisponibilidade de dinheiro no presente por parte do comprador, mas que torna a “cultura do consumo e da dívida” seu motor e seu maior sustentáculo.

De tal forma, junto com a velocidade das transações financeiras e das interconexões via internet, também o consumo passou por um processo de paulatina aceleração, deixando o usuário-consumidor cada vez mais refém da “síndrome do colecionador”, que o faz mais aflito pela peça da coleção da qual ele não dispõe do que feliz pelo restante das peças que já possui. Também o espaço do trabalho reduz-se de maneira constante, propiciando os comportamentos nômades dos funcionários, aos quais as empresas entregam um celular e um computador portátil para trabalharem em casa, em lugares públicos ou nos escritórios dos clientes.

A prevalência do peso desta *New Economy* na balança da economia mundial, todavia, não quer dizer que o mundo da indústria acabou, mas que se deslocou para as áreas mais atrasadas do planeta, onde a mão de obra é, de fato, menos cara, protegida e sindicalizada.

Introduzimos, assim, mais um elemento típico desta primeira fase da globalização: a “deslocalização” do trabalho industrial do Norte para o Sul do mundo. Um fenômeno cuja característica peculiar é a participação dos países mais desenvolvidos na qualidade de

“cabeças pensantes” da economia mundial, concentrando em si as funções gerenciadoras, estratégicas e financeiras, além da realização dos produtos com alto valor agregado e tecnológico, e baixa ocupação de mão de obra, enquanto às economias menos desenvolvidas é reservada a produção tradicional de objetos com baixo valor agregado e alto conteúdo de trabalho humano.

Muitas destas transformações foram permitidas pela “revolução do computador”, uma vez que a informática tornava-se o elemento imprescindível ao desenvolvimento de uma economia pautada nos serviços, além de possibilitar a transmissão em tempo real de um número cada vez mais ingente de capitais pelas praças financeiras do mundo, e de favorecer o controle a distância de amplas fases do ciclo produtivo industrial.

No próximo parágrafo, analisaremos de perto os aspectos peculiares deste que se assinala como o maior símbolo da nova era: o computador.



Atende ao Objetivo 1

1. Aponte as características peculiares da *New Economy*, identificando seus aspectos principais e definindo seu conceito.

Resposta Comentada

Em meados dos anos 1970, mesmo quando o capitalismo dos países ocidentais começou a dar sinais de esgotamento de seu projeto hegemônico (crise petrolífera, contestação juvenil, instabilidade do sistema monetário internacional, descolonização dos países africanos e asiáticos e Guerra do Vietnã), aviou-se uma nova fase que passou por um reprocessamento das dinâmicas do capital.

Graças, sobretudo, às inovações tecnológicas propiciadas pela chamada Terceira Revolução Industrial, assistiu-se, assim, a uma paulatina reconversão do sistema econômico capitalista, ora centrado na preeminência do setor ligado aos serviços sobre os da indústria, o que inaugurou o surgimento de uma era definida como “pós-industrial”, cujos pontos cardinais são a desmaterialização e financeirização da economia, a deslocalização das atividades industriais para os países mais atrasados do globo e a flexibilização do trabalho e da produção.

Nascia, portanto, uma “Nova Economia”, regulada numa menor “física” dos seus produtos, que exigia menos gastos de energias e matérias-primas e mais cuidado com a questão do meio ambiente, mas que acentuava ainda mais um perfil econômico feito de consumismo desenfreado e endividamento, por incentivar a utilização generalizada das compras a crédito.

A revolução do computador

Um novo mundo está tomando forma neste fim de milênio. Originou-se mais ou menos no fim dos anos 60 e meados da década de 70, na coincidência histórica de três processos *independentes*: revolução da tecnologia da informação; crise econômica do capitalismo e do estatismo e a consequente reestruturação de ambos; e apogeu de movimentos sociais e culturais, tais como: libertarismo, direitos humanos, feminismo e ambientalismo. A interação entre esses processos e as reações por eles desencadeadas fizeram surgir uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede; uma nova economia, a economia informacional/global; e uma nova cultura, a cultura da virtualidade real. A lógica, inserida nessa economia, nessa sociedade e nessa cultura, está subjacente à ação e às instituições sociais em um mundo interdependente (CASTELLS, 2000, 411).

Este trecho do sociólogo espanhol Manuel Castells ajuda-nos a ingressar na análise da revolução proporcionada pelo advento das novas tecnologias da informação.

Como já antecipamos, de fato, estreitamente atreladas ao processo de desmaterialização da economia estavam as novas tecnologias (sobretudo as ligadas à informática), que começaram a ocupar um papel central na vida de um número sempre crescente de pessoas, propiciando a chamada “Terceira Revolução Industrial” da história, mais bem definida como “Revolução Técnico-Científica-Informacional” pelo fato de marcar justamente a redução do peso da indústria na economia. Um evento tanto mais revolucionário ao considerarmos – de acordo com o historiador Piero Bevilacqua – que, se as duas primeiras revoluções caracterizaram-se pela substituição do trabalho manual pelas máquinas, na terceira as máquinas chegaram a substituir não apenas as mãos, mas também o cérebro dos trabalhadores.

De fato, no final dos anos 1970, com a comercialização do primeiro *personal computer* (PC), a chamada inteligência artificial fazia seu ingresso no palco da história.

Mediante a abertura e o fechamento de uma série de circuitos elétricos, estes aparelhos são capazes de reproduzir, em certa medida, os mecanismos de funcionamento do cérebro humano, efetuando operações matemáticas sem erros em poucos instantes, armazenando em suas “memórias” milhões de informações e dados, reagindo, se programados, aos comandos externos, dirigindo, por sua vez, a atividade de outros aparelhos eletrônicos.



Figura 7.2: Notebook da Apple: o emblema da “Revolução Informacional”.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Apple_Inc.

A primeira revolução em tecnologia da informação teve seu fulcro nos Estados Unidos, na década de 1970, e mais precisamente no Vale do Silício, na Califórnia. Como assinala Castells,

Apesar do papel decisivo do financiamento militar e dos mercados nos primeiros estágios da indústria eletrônica, da década de 40 à de 60, o grande progresso tecnológico

que se deu no início dos anos 70 pode, de certa forma, ser relacionado à cultura da liberdade, inovação individual e iniciativa empreendedora, oriunda da cultura dos campi norte-americanos da década de 60 (CASTELLS, 2000, p. 25).

Com efeito, é neste novo “templo da tecnologia” que jovens de várias nacionalidades encontram-se, marcando o surgimento de uma geração de ex-universitários brilhantes, emblematicamente representada por Bill Gates e Steve Jobs.

Em 1980, a IBM, a maior *corporation* mundial em calculadores, adotou os programas operacionais criados pela Microsoft, empresa de informática fundada em 1975 por Bill Gates e Paul Allen, enquanto, em 1984, a Apple (fundada, em 1976, por Steve Jobs e Steve Wozniak) lançava no mercado o Macintosh, uma nova geração de computador de fácil utilização, destinado à videoescritura, à elaboração de dados e à gráfica.

O computador podia, assim, tornar-se um novo bem de consumo com uma difusão em massa.

A “revolução do computador” possibilitou o desenvolvimento de outras tecnologias a ele atreladas, tais quais: a informática (ciência que tem como objeto a elaboração e a transmissão das informações); a cibernética (ciência que estuda os processos de controle e de comunicação nos organismos vivos, tentando reproduzi-los nas máquinas, com ênfase particular no setor da chamada robótica); a telemática (isto é, a aplicação das técnicas da informática ao setor das telecomunicações, mediante a utilização de ondas eletromagnéticas, capazes de substituir a velha rede via fio).

No tocante a este último aspecto, o computador possibilitou a transformação do sistema das comunicações de massa mediante a invenção da internet, um sistema que concebe a utilização dos computadores não mais isoladamente, mas numa rede de interconexões.

Igualmente ao que tinha acontecido antes com os calculadores, também a criação da internet deve-se à utilização que dela se fez para fins militares. Com efeito, a internet nascia no final dos anos 1960 com o nome de Arpanet (Advanced Research Project Agency), uma rede criada por uma agência do Pentágono com vistas a possibilitar a transmissão de informações entre os computadores do Departamento de Defesa dos EUA.

Após aquela primeira utilização, na década seguinte este sistema de rede saiu da área militar, passando a ser utilizado também nas universidades americanas, até quando, em 1991, o Conselho Europeu para Pesquisas Nucleares (CERN) criou o primeiro *server world wide web* (www) para os cientistas trocarem informações, gerando o sistema hoje mundialmente conhecido que possibilita a interconexão planetária de informações, acervos, sonoridades, imagens, programas etc.

Desde então, começou a grande expansão da rede entre os usuários privados, com a criação dos sites, dos provedores que organizam o acesso à rede, do comércio online (*e-commerce*), do correio eletrônico (*e-mail*) etc.

A Bolsa de Valores de Wall Street, desde 1971, já calculava um índice Nasdaq para as sociedades do setor tecnológico avançado, ligado à eletrônica, com uma capacidade de transacionar cerca de 6 bilhões de ações num dia, o que a torna, por número de ações transacionadas e número de negócios, a maior Bolsa de Valores do planeta.

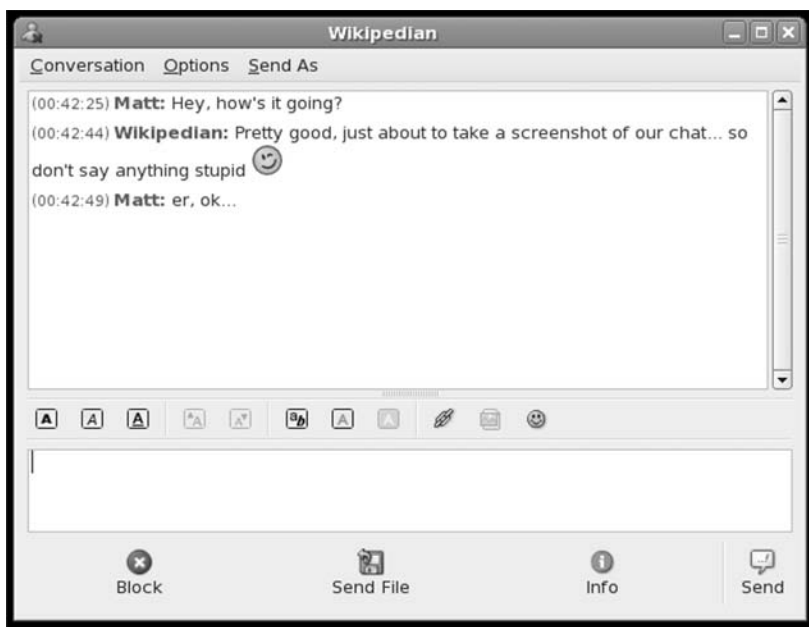


Figura 7.3: Um mensageiro instantâneo na tela de conversa.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Internet>

Como ocorre com todas as verdadeiras revoluções, a “Revolução Técnico-Científica-Informacional”, longe de se limitar aos aspectos econômicos, está proporcionando uma mudança relevante da cultura e da sociedade, lançando-se mão do que o sociólogo francês Alain Touraine definiu como “sociedade pós-industrial”, com um papel crucial da informação e do conhecimento.



Atende ao Objetivo 2

2. Relacione os diferentes aspectos que tornam a “Revolução Técnico-Científica-Informacional” de extrema relevância para as dinâmicas do mundo atual.

Resposta Comentada

A “economia informacional/global” e “a cultura da virtualidade real”, descritas por Manuel Castells, representam o produto mais tangível da revolução econômica, social e cultural, produzida pelo ingresso na história do computador. Se a época atual é a época da desmaterialização da economia, eis que o computador e seus derivados tecnológicos – com seus dados eletrônicos, a possibilidade de navegar em rede e de gerir e controlar os ciclos produtivos a distância – representam o emblema desta nova fase econômica mundial.

A telemática, a cibernética, mas sobretudo a informática são os setores nos quais a inteligência artificial mais claramente influencia os novos rumos da humanidade. Um produto direto das invenções atreladas à computação, a internet, possibilitou a transformação do sistema das comunicações de massa, conectando não apenas os computadores entre eles, mas o mundo como um todo, numa rede de inter-relações que não conhece pausas e distâncias. Para o bem ou para o mal, os fenômenos da financeirização, da deslocalização, da informação em tempo real e, finalmente, da formação de uma cultura mundial de massa devem boa parte de seu nascimento e sucesso à eletrônica.

Globalização: fenômeno antigo ou pós-modernidade?

Se o processo de globalização destaca-se, antes de mais nada, por seu caráter de interdependência entre as economias, as sociedades e as culturas do mundo, é legítimo se perguntar se estamos realmente diante de um fenômeno original.

Com efeito, a civilização ocidental alcançou uma primeira abrangência global já na época das descobertas geográficas, no período entre 1450 e 1640, que o francês Fernand Braudel definiu como o “longo século XVI”, quando a crise de crescimento da Europa fez com que os países do Velho Continente saíssem de sua área geográfica e se lançassem aos mares, em busca de novas terras e, com elas, de novos fornecedores de matérias-primas e de novos mercados.

Apesar das arguições do grande historiador dos *Annales*, é difícil não constatar que, até a metade do século XIX, o processo de mundialização não passava de um estágio embrionário.

Todavia, na opinião de vários pesquisadores, a partir da “empreitada imperialista” de 1870, a evolução colonial, econômica e financeira, determinada por esta nova partilha do mundo, começava a incluir um número cada vez maior de países no interior de uma “sociedade internacional” que englobava as comunidades locais e que, portanto, já podia se definir como “global”.

De tal forma, na esteira do pensamento de Braudel, o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein escreveu, entre 1974 e 1989, uma obra pautada na ideia da existência – desde o brotar do capitalismo europeu de época moderna – de uma “economia-mundo”, isto é, de porções econômicas de mundo integradas, organizadas em torno de um núcleo central capaz de atrelar a tais porções outras áreas territoriais, mediante relações comerciais desiguais. Em seu *Capitalismo histórico e civilização capitalista*, de fato, Wallerstein descreve o brotar de um sistema-

mundo de produção e circulação de mercadorias cuja supremacia teria se concentrado no Ocidente. Um sistema baseado na divisão e subordinação entre regiões centrais e periféricas e caracterizado pela divisão internacional do trabalho (mão de obra livre, salários altos e manufatura no centro; escravidão e recursos naturais na periferia), que, no período incluído entre 1750 e 1850, sofreu uma “planetarização” da qual os sucessivos períodos históricos representam apenas uma continuação.

Se Wallerstein ocupa-se de mostrar as razões econômicas de uma integração mundial que precede de mais de um século a chamada globalização, outros pesquisadores, como o inglês Christopher Bayly, põem ênfase na mundialização das ideologias políticas. Antes de tudo do nacionalismo, cuja “linguagem” ultrapassa as culturas europeias, como reação às tendências de homogeneização que perpassam o mundo nos Oitocentos, uma vez que:

Em várias regiões do mundo, incluindo sociedades extraeuropeias como o Vietnã, a Coreia, o Japão e a Etiópia, as lideranças, com decisão e mediante práticas de longo período, transformaram os velhos sentimentos de apego patriótico à terra em concepções de nacionalidade mais exclusivas e agressivas. O que ocorre sob a pressão da guerra, das mudanças econômicas e culturais, do desenvolvimento das comunicações (BANTI, 2010, p. 305-306).

Na opinião dele, porém, tais identidades locais nacionais que resultam de processos globais de troca, interação e dominação, longe de se tornarem totalizantes, mesmo porque provenientes de um processo de tentativa imperial de homogeneização das práticas mundiais, estimulam tendências transnacionais (como as religiões) ou internacionais (como, por exemplo, a Internacional Socialista), exatamente opostas ao nacionalismo, isto é, já no século XIX, os impulsos para a integração global e a supremacia do Ocidente convivem com reações diametralmente opostas, nisto antecipando em mais de um século as dinâmicas dos nossos dias.

Também o processo de contínuo deslocamento de pessoas de um lugar para outro do planeta não parece constituir uma novidade, ao considerarmos que as migrações internacionais ocorridas entre a metade do século XIX e a Primeira Guerra Mundial foram mais intensas do que as do período 1980-2000.

Da mesma forma, finalmente, já antes da “era do computador”, o telégrafo, o telefone, o rádio e a televisão tinham provocado uma evidente aproximação entre os quatro cantos do mundo e uma parcial ocidentalização das culturas alheias ao mundo industrializado.

Em que, então, o processo de globalização destas últimas três décadas seria original? Com certeza, com relação à sua abrangência e velocidade, o que determinou um salto qualitativo e quantitativo no próprio processo de mundialização.

De fato, indubitavelmente, as possibilidades oferecidas pela rede telemática, ativa vinte e quatro horas por dia, conduzem a um nível de interação que não encontra comparações com o passado, como simbolizam as contratações que estão na base dos mercados financeiros mundiais.

Não apenas tal mundialização chega, como nunca tinha acontecido antes, a interessar cada canto do mundo.

Este fenômeno também desenvolve-se com uma rapidez assustadora, aliás, fazendo dela seu traço mais característico, uma vez que – citando um trecho de um livro do escritor Milan Kundera – a “velocidade é a forma de êxtase que a revolução técnica deu de presente ao homem”.

Como se não bastasse, o nível de interação planetária está chegando a colocar em xeque dois pilares da sociedade contemporânea, originados pelas revoluções políticas e econômicas eclodidas no fim do século XVIII: o Estado-nação e o trabalho assalariado fabril, haja vista que as novas dinâmicas mundiais perpassam constantemente as fronteiras nacionais e diminuem a necessidade de concentração dos recursos humanos e naturais.

Pela especificidade e importância destes temas, eles serão objeto de uma mais ampla reconstrução e análise em etapas posteriores deste curso.

No entanto, as grandes transformações proporcionadas pelo conúbio entre as novas invenções tecnológicas (Terceira Revolução Industrial) e a situação geopolítica mundial brotada do pós-89 (fim da “Guerra Fria”) não se limitam a estes dois aspectos.

No tocante ao primeiro fator de grande transformação, o setor ligado à revolução dos transportes ocupa um lugar de primeiro plano.

O transporte marítimo para a mercadoria e o avião para as pessoas estreitaram – respectivamente – as relações comerciais mundiais e o encontro entre culturas diferentes, embora – é bom lembrá-lo – nem sempre com resultados bem-sucedidos.

Relativamente ao comércio da mercadoria, os contêineres possibilitaram o transporte marítimo intermundial, baseado na integração entre vários vetores, permitindo a considerável redução dos custos e dos tempos. Uma estratégia por sua vez combinada com a prática dos *landbridges*, percursos rodoviários que atravessam os continentes, para transferir os contêineres de um porto para outro.

Com relação ao setor da aviação civil, um dado estatístico destaca mais de mil palavras sobre a centralidade do avião como meio de transporte por excelência do mundo globalizado: em 2009, 2,4 bilhões de pessoas viajaram neste meio de transporte, símbolo de um mundo em movimento constante.

“*Aerotropolis*” é o título de uma pesquisa levantada por dois pesquisadores norte-americanos, Greg Lindsay e John Kasarda, sobre as novas metrópoles que estão nascendo, tendo como cerne os aeroportos, assim como as cidades mais antigas nasciam perto dos rios ou das baías.

O aeroporto, na época global, torna-se assim o “coração pulsante” da modernidade, o templo do aprimoramento tecnológico de cada nação em volta e dentro do qual surgem habitações, comércio, diversão, negócios. Sobre tudo, representa a grande artéria dentro da qual conflui, cruza-se e mistura-se a humanidade planetária.

Como assinalamos antes, igualmente revolucionárias foram as invenções do computador e da rede internet. Isto, porém, não apenas na esfera econômica, mas também no âmbito cultural, contribuindo para modificar as maneiras de se expressar e os horizontes culturais de milhões de pessoas, graças à possibilidade de acesso a fontes de informações contendo orientações das mais variadas proveniências, não apenas no tocante ao aspecto geográfico, mas também político e cultural, o que ocasionou um processo de “mundialização” da cultura de massa, interpretado por alguns como uma ótima oportunidade de diálogo e enriquecimento recíproco entre as diversas civilizações do planeta e por outros como um processo de homologação e aniquilamento das culturas locais e do homem, enquanto tal.



Figura 7.4: A mundialização via computador.

Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki/Globalizaci%C3%B3n>

Entre os entusiastas, autores como Bill Gates (*A estrada do futuro*) e Nicholas Negroponte (*A vida digital*) enfatizaram as novas capacidades da globalização de conseguir uma socialização e um compartilhamento das emoções que prescindem da necessidade da vizinhança física e rompem com as velhas fronteiras nacionais.

Com um olhar mais crítico, estudiosos, como o sociólogo Zygmunt Bauman, enfatizaram a crise identitária e a incerteza nas relações sociais dos tempos da globalização, identificando na liquidez o caráter peculiar da sociedade atual, pelo fato de ela conter as principais particularidades dos fluidos, isto é, a inconstância e a mobilidade. Uma sociedade na qual, portanto, tudo é frenético, volátil, onde as relações humanas não são mais tangíveis e a vida em conjunto (familiar, de casais, de grupos de amigos, de afinidades políticas etc.) perde consistência e estabilidade.

Para o economista norte-americano Jeremy Rifkin (*A era do acesso*), a globalização e a revolução do computador provocaram o surgimento de uma nova fase do capitalismo, caracterizada pela transição de conceitos como posse e propriedade para outros focados no acesso *just-in-time* a bens e serviços, que proporcionam também uma nova divisão social: entre os que gozam do acesso e os que são interditados à fruição de suas vantagens.

Ao ver dele, nesta visão do “acesso como modo de vida” – típica de uma economia centrada nos serviços –, o objetivo das empresas se tornaria não mais a venda de um produto por vez ao máximo de clientes possível, mas sim o estabelecimento de um laço de longo prazo com o cliente, substituindo a lógica comprador-vendedor, o nexo fornecedor-cliente, o que engendraria, por um lado, a tendência das empresas para um controle rígido dos gostos e das atitudes dos consumidores e, por outro lado, a formação de uma sociedade cada vez mais “virtual”, incapaz de comunicar emoções e de provar empatia para com os outros seres humanos.

A nova meta do marketing na sociedade globalizada, portanto, seria a de conseguir vender experiências, relações, cultura, entretenimento, numa época na qual experimentar é mais importante do que possuir, a população gastando tanto no acesso de experiências culturais quanto na aquisição de bens materiais.

Apesar de o processo ligado à Terceira Revolução Tecnológica (por ter na imaterialidade seu traço consubstancial) sempre ter se revelado refratário às limitações geográficas e políticas, não há dúvida de que uma grande ajuda à sua propagação veio do desabamento das barreiras geopolíticas, consequente ao fim da divisão bipolar do mundo.

Com efeito, após a derrocada do socialismo, o bloco das democracias capitalistas, liderado pelos EUA, que saía vencedor do conflito extenuante entre modelos alternativos de sociedade, tornava-se livre para expandir para o mundo inteiro seu modelo de desenvolvimento.

Autores como o cientista político norte-americano Francis Fukuyama (num livro que ficou famoso pelo seu título e pelas suas teses atrevidas: *O fim da História*), haviam enxergado neste *trend* o fato de a História ter chegado à sua parada final, com o triunfo das democracias liberais, cujo modelo tinha sido capaz de realizar o sonho kantiano de “paz perpétua”.

Como é evidente no momento atual, caracterizado pela emergência de novos atores globais e pela persistência de guerras e de instabilidade internacional, a interpretação do novo século por parte de Fukuyama não passou de uma provocação.

Entretanto, também a nova situação geopolítica favoreceu sem dúvida a instauração e a afirmação da “globalização”, palavra multifacetada difícil de englobar numa definição heurística, cujo denominador comum pode ser encontrado no que o economista britânico Frances Cairncross chama de “morte das distâncias”, ou seja, a interligação mundial (econômica, política e cultural) sem vínculos espaciais.

Em definitivo, a partir da revolução da rede de telecomunicação (telefonia fixa e móvel, internet, televisão, aparelho de fax, redes sociais) e do abatimento dos muros ideológicos, tornou-se possível a visão de mundo como “aldeia global”, preconizada pelo psicólogo canadense Marshall McLuhan.

Termos como: “interconexões”, “redes”, “circuitos”, “fluxos” entraram no vocabulário do novo milênio, assinalando a onipresença congênita da “pós-modernidade”, pautada na criação do que o escritor francês Jean Chesneaux define como sistemas “fora do chão”, que tornam as singulares posições no espaço concreto de importância meramente secundária.

Mais do que ao “fim da História”, em substância, estaria se assistindo ao que o pesquisador Richard O’Brien chama de “fim da geografia”, com os controles nacionais e os espaços de soberania que se reduzem à medida que os processos de globalização do capital aceleram.

Na verdade, o conceito de “pós-modernidade” engloba teorias que, longe de se limitarem a conjecturar a crise do Estado-nação, põem em xeque a própria sobrevivência da ideia de modernidade, apontando para uma alteração radical da condição antropológica e cultural do gênero humano.

Com efeito, já a partir do fim da década de 1960, uma vertente de intelectuais, oriundos dos mais variados âmbitos do saber (Filosofia, Literatura, Geografia, Arquitetura, Arte etc.), vislumbrou no processo iniciado na última parte do século XX um divisor de águas na idade contemporânea.

Ao ver do crítico literário Frederic Jameson e do geógrafo David Harvey, seria – a pós-modernidade – um produto típico do terceiro estágio do capitalismo, nascido das cinzas do sistema de Bretton Woods e pautado na “acumulação flexível” e numa lógica cultural que interpenetra as diferentes culturas buscando uma uniformização nas diferenças (como, por exemplo, ocorre com a *world music*).

Devido às dimensões planetárias da economia e dos mercados financeiros, à ingerência dos meios de comunicação na nossa vida, ao fluxo ininterrupto de informações telemáticas, à coexistência de dinâmicas opostas no seio da sociedade que determinam ambiguidades e descontinuidades, o pensamento – conforme o filósofo italiano Gianni Vattimo – tornar-se-ia, portanto, “fraco” porque sem mais aquelas certezas e aqueles valores absolutos típicos do Iluminismo. De tal forma, como sobressai o norte-americano Charles Jencks, ortodoxia alguma pode ser seguida sem gerar embaraço e ironia. Em lugar dela, estariam, ao contrário, confusão e ansiedade, vistas como traços peculiares desta nova época, caracterizada pela escolha incessante.

No dizer do filósofo alemão Jürgen Habermas, a pós-modernidade revelaria, assim, o ressurgir de tendências políticas e culturais neoconservadoras, determinadas a combater o universalismo dos ideais iluministas pautados – conforme outro filósofo, o francês Jean-François Lyotard – na ideia da emancipação da exploração dos indivíduos, na fé no progresso como melhoramento durável das condições de vida e na convicção da dialética como elemento de legitimação do saber.

É evidente que afirmações tão audaciosas (o definitivo ocaso de uma entidade ainda enormemente presente em nossas vidas, como o Estado nacional, com sua ação de forjamento da identidade político-cultural dos povos, para não falar do fim da modernidade em seu conjunto) devem ser recebidas com extrema cautela.

É, todavia, difícil desmentir o fato de o gênero humano estar passando – na época da globalização e da *New Economy* – por uma guinada histórica que, se é duvidoso considerar como uma superação da modernidade, por outro lado, evidencia a tendência de o tempo dominar cada vez mais o “espaço”, a unidade de medida da vida tornando-se o segundo e não mais o *loci* (o lugar).



Atende ao Objetivo 3

3. Identifique as diferentes visões sobre o debate em torno do surgimento do fenômeno da globalização.

Resposta Comentada

O termo globalização adquiriu significados vários (de cunho econômico, social, cultural etc.) que, todavia, podem encontrar um elemento comum na sempre crescente interdependência mundial. As práticas de mundialização das atividades humanas remontam a um passado remoto, que, para alguns historiadores, como o francês Braudel, começa já no século XVI, e que, para outros, impõe-se de forma mais evidente com o alastramento do projeto hegemônico ocidental para a Ásia e a África, na fase imperialista do século XIX. Embora chegando de longe, o processo de globalização vivenciado pelo nosso planeta nos últimos trinta anos apresenta um nível de capilaridade, abrangência, velocidade e interligação entre países, povos e continentes que o tornam um fenômeno sem dúvida peculiar da era em que vivemos. O computador, a rede de internet, os navios e o avião estão na base deste processo que, além de decretar uma redução

da centralidade dos Estados-nação e do trabalho de fábrica, está proporcionando também uma revolução no tocante aos aspectos sociais e culturais, favorecendo a formação de uma cultura global de massa e, para alguns, até o fim da modernidade.

CONCLUSÃO

No momento, a análise objetiva de um período tão contemporâneo torna-se algo difícil para quem, como assevera Eric Hobsbawm, deveria abordar os acontecimentos históricos com um “olhar a voos de pássaro”.

Portanto, nunca como neste caso se torna oportuno terminar este capítulo com uma “conclusão em aberto”. Qual? Que nos últimos trinta anos a humanidade conheceu a aceleração paulatina dos processos sociais, caracterizada por um turbilhão de acontecimentos que para alguns estudiosos representam a continuação de dinâmicas começadas na época moderna, com a expansão pelo mundo afora do projeto hegemônico europeu, enquanto que, para outros, traz elementos de novidades tão marcantes a determinar o começo de uma suposta idade pós-moderna.

A criação de um único mercado mundial, o estreitamento das distâncias geográficas, o surto dos fluxos migratórios, o advento da comunicação mundial e, por reflexo, a criação de uma cultura global de massa são apenas alguns entre os traços distintivos da época em que vivemos.

Numa sociedade com um nível de frenesi, mobilidade, interdependência e consumismo jamais conhecidos antes, as dinâmicas da globalização acabaram engendrando um debate acirrado entre seus simpatizantes, que enxergam neste fenômeno oportunidades únicas para o ser humano, e seus críticos, pelos quais

o mundo/“aldeia global”, além de ter ampliado as desigualdades sociais, está esterilizando a alma humana, encurtando as distâncias geográficas, mas também ampliando as distâncias afetivas.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

“New Economy”, “globalização”, “sociedade líquida”, “era do acesso”: descreva os elementos distintivos de cada uma destas expressões.

Resposta Comentada

A expressão “New Economy” refere-se à nova economia, brotada da crise que afetou o capitalismo ocidental na metade dos anos de 1970, que havia seu cerne na centralidade dos processos produtivos, ligados ao setor dos serviços, na desmaterialização da economia e na deslocalização para os países periféricos da atividade atrelada à indústria. Já o termo “globalização” articula uma miríade de significados, cujo denominador comum, entretanto, pode ser individualizado numa maior interdependência entre as dinâmicas mundiais. “Sociedade líquida” é a fórmula utilizada pelo sociólogo Zygmunt Bauman para descrever a sociedade pós-moderna, pautada na inconstância e na mobilidade, no frenesi e na intangibilidade das relações humanas. A “era do acesso”, finalmente, seria – para o pesquisador norte-americano

Jeremy Rifkin – a época atual, na qual o triunfo da informática está determinando a centralidade do acesso às informações e ao consumo, ao fornecimento de serviços e das experiências como novo padrão de relação (e de diferenciação) entre os seres, a cada vez menos “humanos” e mais “virtuais”.

RESUMO

Nesta aula, abordamos o tema da formação do mundo como “aldeia global”, um fenômeno possibilitado pela Terceira Revolução Tecnológica, simbolizada pelo computador e pela suas múltiplas utilizações.

Apontamos para o percurso histórico que levou o mundo a passar da era industrial para o período atual, em que a centralidade da economia é confiada ao setor dos serviços.

Relatamos, finalmente, o debate científico sobre os impactos culturais, derivados deste novo mundo globalizado.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, indagaremos sobre dois temas específicos e centrais, promovidos pelo processo de reconversão da economia capitalista no final do século XX, estreitamente ligados entre si: o mundo do trabalho e a crise do Estado do “bem-estar social”.

Aula 8

A economia
nos tempos da
globalização:
neoliberalismo,
mudanças no
trabalho e crise do
Welfare State

Massimo Sciarretta

Metas da aula

Apresentar e avaliar o fenômeno da globalização econômica e as transformações que causou nas políticas públicas e no mundo do trabalho.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os mecanismos teóricos e práticos do chamado “pensamento único neoliberal” que subjazem à expansão da economia globalizada nestas últimas décadas;
2. avaliar as consequências da desmaterialização das atividades produtivas e da crise do *Welfare State* para o mundo dos trabalhadores;
3. reconhecer as reações sociais ao projeto hegemônico neoliberal, na tentativa de construir um “outro mundo possível”.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento espetacular da globalização das relações econômicas e da *New Economy* no fim dos anos 1980 e, sobretudo, na década de 1990, suscitou a convicção de que o ciclo das recessões periódicas que desde sempre tinham afetado a economia capitalista fosse apenas uma lembrança do passado.

O triunfo dos países ocidentais, com seus “axiomas” políticos e econômicos, pautados – respectivamente – na democracia representativa e no neoliberalismo, parecia ter marcado o início do “Fim da História”, criando um modelo destinado a se alastrar a um mundo sem fronteiras e a proporcionar o progresso e a paz para a humanidade.

Com efeito, a partir da queda do socialismo, a economia desmaterializada da informação e do conhecimento podia crescer sem obstáculos aparentes. Isto também graças aos ditames da “flexibilidade” e da “desregulamentação”, aplicados a uma produção *just in time* que impedia novas crises de superprodução; a um mercado financeiro livre de empecilhos à circulação de títulos e capitais; por fim, a um trabalho humano dobrado à lógica da perene instabilidade e da máxima produtividade.

As crises eclodidas entre o fim do século XX e esta primeira década do novo século, entretanto, fizeram-nos deparar com um cenário bem mais complexo que nos deixa menos otimistas com relação às dinâmicas da abertura dos mercados, da desregulamentação e das privatizações.

As dificuldades crescentes encontradas pela *New Economy* em dominar as flutuações cíclicas da economia nesta última década não representam o único fator de alarme, uma vez que o abandono, neste período, do sistema pautado no *Welfare State* proporcionou também o aumento da desigualdade entre as camadas altas e baixas das populações no interior de cada Estado e – por reflexo – a exacerbação das lacerações do tecido social.

Como se isto não bastasse, ao indiscutível salto qualitativo que a era pós-industrial tem possibilitado em termos de modernização não correspondeu a diminuição da faixa mais pobre da população do planeta. Que, aliás, tem sofrido um crescimento em termos absolutos, com os índices de concentração maiores constando mesmo naquelas áreas do mundo que, desde o princípio, se destacavam por serem as mais carentes.

Por sinal, se no período 1975-2000 a taxa de desenvolvimento da área oriental do planeta é indiscutível, se comparada com os trinta anos precedentes, a mesma coisa não pode ser afirmada pela América Latina, cujo crescimento – ao contrário – sofreu um recuo evidente, o qual chega a se transformar em desabamento ruinoso, quando deslocamos nosso olhar para o continente africano.

Em tese, a globalização e a integração dos mercados contêm fatores positivos. Na prática, todavia, tal processo, levado adiante na ausência de controles e de formas de reciprocidade entre as várias entidades nacionais, até agora acabou gerando formas de troca e de aproveitamento desiguais, bem como a exploração gritante dos recursos humanos e naturais de grande parte dos países do globo por parte das nações e das multinacionais mais poderosas. Essas entidades impõem sua doutrina político-econômica de cunho neoliberal por meio de organismos internacionais (BM, FMI, WTO) só teoricamente estruturados para facilitar a homogeneização do panorama econômico mundial.

Quais são as características desta “doutrina político-econômica neoliberal”? Quais os desdobramentos que tal teoria gerou no âmbito das ações de política pública dos Estados para com seus cidadãos? Quais são os efeitos da combinação *new economy*-globalização-neoliberalismo no mundo do trabalho de hoje? Quais, finalmente, as reações sociais a este projeto hegemônico de se pensar o mundo do novo milênio?

O “pensamento único” neoliberal e seus executores

A ideologia neoliberal subjacente ao processo de globalização econômica que tem protagonizado estas últimas décadas retoma – revisitando-a à luz do novo pano de fundo histórico – a doutrina liberal do século XIX, alicerçada na tendência natural do mercado à estabilização da economia e na redução do Estado a um papel de garantia da liberdade econômica. E, eventualmente, de agente suplente nos casos em que as necessidades da coletividade não podem ser satisfeitas privadamente.

Como seu corolário, tal doutrina, além de pregar o individualismo econômico, insufla a liberalização dos mercados e das finanças planetárias, a privatização do maior número possível de setores e a “flexibilização” do trabalho humano.

De acordo com o sociólogo Luciano Gallino, o pensamento único neoliberal, pautado no “Estado minimalista”, representa na sociedade contemporânea o que, no campo científico, a Física almeja (sem êxito) há gerações, isto é, a “Teoria de Tudo”.

Com efeito, se o sonho da Física é o descobrimento de uma teoria capaz de explicar e conectar todos os fenômenos físicos numa única estrutura teórica, a presunção dos autores do neoliberalismo parece a de ter realizado uma teoria que, ao mesmo tempo, satisfaz exigências políticas, econômicas e culturais. Na esfera da política, alicerçando-se na ideia de que a sociedade tende de forma espontânea para uma ordem natural, sem precisar da interferência do Estado. No aspecto econômico, pautando-se no tríplice axioma “crescimento constante/consumismo/mercados que se autorregulam”. No âmbito cultural, finalmente, pressupondo que qualquer necessidade da coletividade possa ser satisfeita de forma mais eficiente por meio da iniciativa privada, de fato mortificando o conceito de *res publica*.

O neoliberalismo conhecia sua primeira difusão nos anos 1970, quando as teorias levadas adiante pelos economistas Friedrich Hayek e Milton Friedman, e pelos seus seguidores da “Escola monetarista” começaram a ganhar vigor como resposta à crise de *stagflação* que tinha afetado os países ocidentais, encontrando sua consagração nos anos de 1980, mediante uma atuação plena de suas “receitas” por parte dos novos governos dos EUA e da Inglaterra.



Figura 8.1: Milton Friedman, considerado o pai das teorias neoliberais.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Milton_Friedman



O monetarismo

É uma teoria de política macroeconômica que se pauta sobre a oferta de moeda, em particular, sobre as consequências que uma maior ou menor

oferta proporciona nas outras variáveis econômicas: preços, produção, ocupação.

A escola monetarista, liderada pelo prêmio Nobel Milton Friedman, assevera que o Estado e seu Banco Central devem se limitar a colocar no mercado uma quantidade de moeda proporcional à taxa de crescimento da economia.

De forma diametralmente oposta à teoria keynesiana, portanto, os teóricos desta vertente econômica conjecturam que o Estado não deve intervir nos assuntos econômicos, incentivando a demanda, mas apenas se limitar a impedir qualquer tipo de restrição à competição e à ação livre dos sujeitos econômicos, uma vez que um mercado autorregulado é o único fator que garante a estabilidade e o crescimento econômico.

Com efeito, com a eleição do republicano Ronald Reagan à presidência dos EUA (1980), os economistas que – como Hayek e Friedman – tinham conduzido uma batalha acirrada contra as teorias econômicas keynesianas, pautadas no Estado do Bem-Estar e no déficit público elevado, tinham encontrado, finalmente, alguém disposto a segui-los.

Para além da crise petrolífera, as causas da inflação crescente daquele período encontravam – na interpretação dos neoliberais – uma explicação no abuso de gastos públicos e na rigidez do mercado do trabalho, por sua vez atrelado ao excessivo poder dos sindicatos.

Para inverter a tendência do déficit estatal, a classe dirigente americana – assim como a da Inglaterra, ora liderada pela *premier* Margaret Thatcher – incentivou o espírito empresarial e o individualismo econômico, diminuindo sensivelmente os impostos a serem pagos para a redistribuição da renda.

Da mesma forma, o novo Estado neoliberal cobria o menor fluxo de receitas federais desarticulando aquele sistema de auxílio público voltado à segurança social nos setores da saúde, do trabalho, da previdência e da educação (seguro-desemprego, sistema escolar eficiente, assistência sanitária gratuita etc.).

Na esteira do princípio “menos Estado e mais Mercado”, portanto, as medidas desta política econômica (não por acaso denominada *reaganomics*) direcionaram-se para realocar as atividades produtivas naqueles lugares onde os salários eram mais baixos, no enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores e na redução das capacidades de os sindicatos interferirem em defesa deles.

Como consequência desta tendência neoliberal, registrou-se uma forte ação de *deregulation*, isto é, de maciço desmantelamento do *Welfare State* via desregulamentação do mercado do trabalho e privatização de inúmeras atividades econômicas antes controladas pelo Estado.

De acordo com o economista José Luís Fiori, se para o Estado de Bem-Estar Social os objetivos principais eram o crescimento, a equidade e o pleno emprego, para os neoliberais as prioridades tornavam-se o equilíbrio macroeconômico, a eficiência e a competitividade.

Como assinalado na introdução desta aula, também os organismos instituídos em Bretton Woods (1944) com o fim de criar uma cooperação internacional durável e profícua para amenizar as desigualdades globais acabaram se dobrando a esta lógica neoliberal.

Para o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, o economista americano John Williamson cunhou a expressão “Consenso de Washington”, referindo-se às medidas que o governo americano havia imposto, nos anos de 1990, a tais entidades internacionais para a negociação das dívidas externas dos países latino-americanos e que, sucessivamente, acabaram se tornando o modelo de “auxílio condicionado” para todos os países economicamente mais atrasados do planeta.

Sobretudo com relação ao FMI, este conjunto de medidas compunha-se de dez regras básicas, que não distinguiam de caso a caso, sendo aplicadas de forma dogmática a qualquer país economicamente em dificuldade, condicionando a concessão de ajudas econômicas e de investimentos aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento à adoção de mudanças estruturais capazes de obter o controle da inflação e a sensível redução do gasto público.

Nos anos 1980, mas, sobretudo, na década sucessiva, o novo crescimento da economia ocidental, junto – desta vez – ao início do desenvolvimento espetacular da Índia e, principalmente, da China, parecia apontar para o sucesso desta teoria macroeconômica, prefigurando mais “trinta anos dourados” pelas economias que aplicavam o “capitalismo de mercado” ou (no caso chinês) o “capitalismo de Estado”, embora ao preço de deixar muitos derrotados no campo de batalha, uma vez que – conforme as palavras do cientista político neoliberal Francis Fukuyama – *“a guerra contra a pobreza terminou. E os pobres perderam-na”*.

No limiar do novo século XXI, todavia, as crises eclodidas na Tailândia (1997), na Rússia (1998), nos EUA (2001) e no Ocidente como um todo (2008-9) mostraram todos os limites desta que – mais do que uma doutrina econômica – tinha se transformado numa fé ideológica à qual se devia obedecer cegamente, aplicando o método inflexível da ortodoxia às mais diversas situações.

De fato, tais medidas (desregulamentação do mercado de trabalho, ampla privatização de setores públicos, contenção do déficit nacional etc.), além de se revelarem muitas vezes ineficazes, proporcionaram a perda de porções relevantes de soberania por parte dos Estados que as aceitavam, bem como a instauração de políticas públicas, social e economicamente, muito perigosas.

O alastramento das privatizações, por sinal, acabou concernindo muitas vezes a serviços públicos essenciais (pensamos na gestão da distribuição da água ou da luz nas nossas cidades), confiadas a empresas privadas que antepõem os proveitos de seus

acionistas à subministração em favor da coletividade de bens que – por serem fundamentais – não podem ser submetidos a uma lógica de lucro, sem causar prejuízo à comunidade.

Se, evidentemente, critérios tais como: otimização dos lucros e tutela dos interesses dos acionistas são válidos para empresas que produzem bens ou serviços supérfluos como – por exemplo – a Nike ou a Coca-Cola, não podem representar, ao invés, critérios de gestão de serviços públicos como a educação ou a saúde, que têm de priorizar a utilidade pública ao ganho.

Em linha teórica, a adesão às regras do Fundo Monetário Internacional não é obrigatória. Entretanto, torna-se praticamente impossível para os Estados em desenvolvimento ou em dificuldade econômica desejosos de manter relações com a finança mundial e o comércio internacional dispensar a ajuda do Fundo ou fazer a menos de sua “certidão de boa conduta”.

Enquanto isso, o GATT, criado com o intuito de favorecer um acordo geral sobre as tarifas aduaneiras e harmonizar o comércio, foi substituído pela *World Trade Organization*/WTO, um órgão que responde a um critério de liberalização e de abatimento total das barreiras tarifárias, atrelado aos produtos e aos serviços para os quais os países mais industrializados resguardam uma indubitável primazia.

A WTO (em português, Organização Mundial do Comércio/OMC) nasce em 1995, no âmbito de negociações internacionais, pela substituição do velho GATT, que começaram já nove anos antes no primeiro encontro organizado entre as potências mundiais do comércio, no Uruguai.

A chamada “Rodada Uruguai” é, portanto, considerada o ato de fundação de um organismo que representa o emblema da onda neoliberal e da supremacia da economia sobre a política.

Com efeito, a liberalização a todo vapor, sancionada pelo novo organismo, não se referia apenas às mercadorias, mas também aos serviços, incluindo nesta categoria as transações financeiras, conforme uma atuação que penaliza grandemente os países

economicamente mais frágeis, haja vista que a facilidade extrema com a qual os investimentos internacionais são alocados e, logo em seguida, retirados, acabou favorecendo o colapso de estruturas já por si instáveis.

Longe de se limitar aos países economicamente menos estruturados, tal mobilidade de capitais acionários foi gerando no mundo inteiro o fenômeno da “financeirização” da economia, isto é, da venda e compra compulsiva de ações e títulos, muitas vezes não atreladas ao crescimento da economia real e, por isto, estéril quando não daninha. Graças também às possibilidades viabilizadas por uma rede telemática capilar e sempre ativa, a cada dia, 24 horas por dia, com uma velocidade supersônica, o que o analista americano Edward Luttwak chama de “turbo-capitalismo” gera transações financeiras por bilhões de dólares nas bolsas de valores de todo o mundo, desligadas da vontade de fazer investimentos de longa duração, mas com o único intuito da especulação.

Destes acordos de liberalização, a WTO deixava propositalmente fora o setor agrícola, permitindo só e exclusivamente neste campo o vigorar de uma lógica protecionista que consentia aos países mais industrializados defender (por meios de doses maciças de subsídios) sua agricultura da concorrência das nações que fazem do campo seu principal ponto de força econômica.



Mecanismos decisoriais da WTO

Só para salientar alguns aspectos elucidativos das observações feitas até agora, enquanto o GATT era um acordo pautado no consentimento entre as partes contraentes (que eram comprometidas legalmente apenas quando alcançavam um acordo entre elas sobre casos específicos), a WTO é uma organização autônoma, dotada de personalidade jurídica e de poder executivo com os seus membros.

Se o GATT, portanto, continha as formas de tutela clássica da soberania que se encontram em todos os acordos internacionais (as quais, para obrigar um país a qualquer pacto, necessitam de seu consentimento), as decisões da WTO são automaticamente vinculantes. Aliás, o sistema de resolução das controvérsias no seio da organização é confiado a um comitê de três árbitros, escolhidos pelo presidente do órgão, que decide de portas fechadas e com procedimentos reservados. Contra as resoluções deste comitê, não é possível apelar aos tribunais nacionais ou internacionais, mas apenas a um comitê de apelação da própria WTO, que, até 2002 (data da publicação de um estudo pontual por parte das pesquisadoras Lori Wallach e Michelle Sforza), apenas uma vez reverteu a decisão de primeiro grau. Entre tais decisões encontra-se a que, de 1999 a 2009, obrigou a União Europeia a pagar anualmente cerca de 125 milhões de dólares aos EUA como multa para manter o veto (injustificado para as regras da WTO) à importação das carnes americanas no território europeu, consideradas perigosas à saúde para os parâmetros do “Velho Continente”, por serem tratadas com hormônios possivelmente cancerígenos. Esta que pode parecer uma “disputa entre ricos”, na verdade, afeta principalmente os países mais pobres, como acontece no caso da defesa do *copyright* de produtos cuja invenção abrange campos socialmente relevantes, vedados – com o pretexto de impedir a concorrência desleal – à reprodução, o que impede a fabricação a preços acessíveis de produtos indispensáveis, como, por exemplo, os que no setor farmacêutico ajudam na luta contra a AIDS.

O símbolo e o motor desta nova onda liberal, pautada na liberalização e desregulamentação, são as multinacionais, grandes corporações transnacionais, atuantes produtiva e comercialmente além das fronteiras de seus países de origem e dotadas de absoluta autonomia de ação. Empresas que – como frisava o economista americano Charles Kindleberger – “não devem lealdade a país algum e tampouco se sentem em casa em nenhum deles”.

Já em 1991, Robert Reich – o economista, destinado a se tornar ministro do Trabalho do primeiro governo Clinton (1993-97), – admitia, preocupado, que entre os interesses das grandes empresas globais e os de seus países de origem não era mais possível uma identificação rígida e absoluta como no passado. Poderíamos acrescentar à luz dos desdobramentos desta primeira década do século XXI: a cada vez mais, assiste-se à supremacia das multinacionais sobre os Estados, a qual – mais em geral – representa de forma emblemática o domínio atual da economia sobre a política.

Com efeito, as indicações e as pretensões dos “mercados” (esta entidade abstrata e ao mesmo tempo tão concreta para os destinos de bilhões de pessoas) são recebidas pelos governos do mundo como resoluções forçosas às quais têm de conformar-se rapidamente. Uma tendência negativa na Bolsa de valores tem o poder de comprometer em poucos dias os esforços realizados por um Estado em um ano, para enquadrar seu orçamento público.

Como assinala muito bem a escritora canadense Naomi Klein, autora do *best-seller Sem Logo*, as multinacionais, desvinculadas de qualquer controle político, transformaram-se, portanto, em “Estados **apátridas**” que se aproveitam da força-trabalho a baixo custo das regiões economicamente atrasadas e exploram seus recursos naturais, barateando tudo isto com a oferta de ocupação e perspectivas de desenvolvimento. Assim, uma nova forma de injustiça social se une à da exploração do “material humano”: a do desigual aproveitamento dos recursos naturais, uma vez que as multinacionais,

Apátrida

Do grego *ápatris*, é um adjetivo que indica quem não tem pátria ou quem perdeu sua nacionalidade de origem sem ter adquirido outra.

de acordo com a economista indiana Amartya Sen, representam o meio através do qual os 20% da população mais rica se apoderam dos 2/3 das riquezas do planeta inteiro.

O fato de a política ter se tornado neste período subordinada a fluxos econômicos independentes de suas determinações não deve trazer a impressão enganadora de que todos os Estados sejam impotentes em suas atuações, uma vez que as nações em que é maior a concentração de corporações gigantescas utilizam seu poder para favorecê-las, sendo o crescimento destas últimas uma garantia também do crescimento nacional.

Neste sentido, o G8, o grupo que reúne os sete países mais industrializados do mundo (os G7: EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá) mais a Rússia, é considerado uma cúpula política capaz de decidir também sobre os *affaires* econômicos mundiais, considerando o fato de o conjunto destas nações agrupar a maior parte das multinacionais mais poderosas do globo.

Se tal poder de decisão, concedido a poucos em nome do planeta inteiro, está sendo ultimamente mitigado pelo peso internacional crescente de países, tais quais: Brasil, China, Índia e a África do Sul (e de suas multinacionais...), é também verdade que um dos grandes problemas deste tipo de globalização continua sendo o da gestão oligárquica (G7, G8, G20, Brics) de dinâmicas que atingem o mundo inteiro.

Para dizê-lo com as palavras de um próprio membro da classe dirigente planetária, o ex-primeiro ministro do Canadá, Paul Hellyer:

A globalização não é questão de mercado. É questão de poder e de controle. É o reprocessamento do mundo como era num mundo sem fronteiras, regulado pela ditadura dos bancos centrais mais poderosos do globo, dos bancos comerciais e das corporações multinacionais. É uma tentativa de cancelar um século de progresso social e de modificar a repartição da renda, de injusta para inumana (HELLYER, 2003, p. 2).



Atende ao Objetivo 1

1. Aponte as principais peculiaridades e os efeitos do pensamento neoliberal no processo de globalização econômica que caracteriza os nossos tempos.

Resposta Comentada

A teoria econômica neoliberal na base do processo de mundialização das práticas capitalistas caracteriza-se por uma visão do processo econômico pautada na ideia de que só a ação das forças do mercado, na ausência da intervenção pública, assegure estabilidade ao sistema econômico, tendo a economia uma tendência natural à obtenção do pleno emprego e do crescimento estável.

A esta mudança macroeconômica, que marcava o ocaso da política do Estado do Bem-Estar, subjazia a liberalização das mercadorias e dos serviços (incluindo nestes a finança), bem como a desregulamentação das regras que norteavam o mercado do trabalho.

O “Consenso de Washington”, que transformou o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional em estruturas de difusão e imposição do “pensamento único neoliberal”, junto com a criação da WTO, acabou proporcionando uma evidente primazia da economia sobre a

política que, enquanto fortalecia inmensuravelmente as corporações multinacionais, enfraquecia os governos, acarretando fortes dilacerações das malhas sociais no interior de cada nação e a ampliação da distância entre países ricos e países pobres do globo.

O mundo do trabalho nos tempos da *New Economy*

O desenvolvimento do capitalismo global tem transformado, entre outras coisas, as formas de organização do trabalho, possibilitando a reorganização radical do trabalho por meio do auxílio do *software* (a chamada *reengenharia*).

Conforme levantamento, realizado nos anos 1990, já naquela época o setor terciário ocupava nos países mais desenvolvidos do planeta os 67% da população que trabalha, deixando à indústria uma porcentagem inferior a 30% e à agricultura menos de 7%.

Na década de 1990, o sociólogo e economista americano Jeremy Rifkin alcançou grande sucesso editorial com a publicação de um livro que ventilava a hipótese do *Fim dos empregos*.

Na visão dele, a nova era da automação proveniente de máquinas e computadores teria todos os pressupostos para possibilitar a mesma produtividade de antes com menos tempo de trabalho e mesmos níveis de salário.

Entretanto, a produção na era global, por ser submetida à lógica do máximo lucro a qualquer custo, longe de ter aumentado o número e a qualidade dos empregos, acarretou a substituição do trabalho humano pelo das máquinas. O que podemos notar quando, adquirindo algum produto ou serviço através da rede, deparamos com preços muito mais baixos, justamente com o fim de incentivar o

crescimento de um mercado que não precisa do homem trabalhador, mas apenas do homem consumidor.

De acordo com Eric Hobsbawm, “na economia capitalista moderna, o único fator cuja produtividade não pode ser facilmente ampliada e cujos custos não podem ser facilmente reduzidos é o relativo aos seres humanos. Daí a enorme pressão para eliminá-los da produção...” (HOBBSAWM, 2009, p. 123).

Por causa da intervenção maciça da automação nas fases produtivas, portanto, a ideia que mais pessoas poderão entrar no mercado de consumo e adquirir bens pelo fato de a maioria dos produtos estarem disponíveis a um preço mais acessível se revela ilusória, uma vez que a própria utilização das máquinas para substituir o trabalho humano aumenta de forma gritante o número das pessoas desempregadas.

O declínio sem precedentes no nível dos empregos e a drástica redução do poder aquisitivo da população mundial representariam, assim, a outra face da moeda do ganho em produtividade e da redução dos custos da produção, possibilitados pela Terceira Revolução Industrial.

A solução, para Rifkin, estaria na combinação de maior produtividade (obtida graças aos novos meios tecnológicos) com redução de horas trabalhadas e aumento dos salários.

As tendências, todavia, apontam exatamente para o contrário e mostram que para as classes dirigentes empresariais de todos os países o mundo não passa de um mercado sobre o qual podem se deslocar produções e capitais. Fatores materiais só fluem de maneira rápida e economicamente proveitosa se o fator humano ligado ao trabalho passar por uma desregulamentação que o “flexibilize”, isto é, se os padrões laborais adaptarem-se a este novo *trend*, eliminando alguns aspectos de “rigidez”, tais quais: salários bem retribuídos, regulamentação do trabalho que afeta a competitividade com outros países que não a aplicam, estabilidade do emprego, medidas de segurança social etc.

Portanto, o aumento do setor ligado aos serviços, se, por um lado, significou que atividades, tais como: os transportes, as telecomunicações, a informática, o turismo etc. absorveram mais mão de obra, por outro lado, abriu caminho a uma onda de trabalhos malretribuídos e provisórios, definidos com o apelativo de *macjobs*, na esteira dos empregos oferecidos pela multinacional da alimentação McDonald's.

Como vimos na aula precedente, a disponibilidade em aceitar salários mais baixos por parte dos trabalhadores das sociedades mais desenvolvidas depende também do risco elevado de desemprego provocado pela deslocalização de muitas atividades industriais para lugares onde a mão de obra resulta menos protegida e sindicalizada.

A condição do trabalhador na época globalizada, portanto, está se caracterizando por um paulatino nivelamento para baixo (*downsizing*), uma vez que a abertura de mercados que necessitam de um espaço econômico mundial o mais homogêneo possível está gerando um processo de normalização das relações de força entre os vários países que passam por uma “adaptação concorrencial global” da qual os trabalhadores são as primeiras vítimas. Isso engendra o aumento das discriminações em detrimento das categorias mais vulneráveis (mulheres, jovens, imigrados, trabalhadores não qualificados) e a acentuação das desigualdades e das divisões sociais.

Estas dinâmicas resultam evidentes em algumas áreas geopolíticas de livre comércio, como, por exemplo, na área do Nafta (*North American Free Trade Agreement*) que vigora na América do Norte, onde é prevista a plena mobilidade de capitais e mercadorias entre EUA, Canadá e México, enquanto ficam as restrições à entrada de cidadãos mexicanos no território estadunidense.

O conceito de “flexibilidade” do trabalho, longe de ter acarretado apenas a precariedade nas relações do ciclo laboral, possibilitou também uma reviravolta nas modalidades com as quais o próprio trabalho é exercido.

Isto significa que o motor fundamental da economia industrial, a fábrica, havia perdido aquela centralidade no mundo da produção e nas relações sociais que era típica dos séculos XIX e XX.

Como vimos, por tê-lo estudado nos capítulos precedentes, a própria organização do trabalho de fábrica tinha passado – desde os anos 1950 – por uma transformação que, começando pelo Japão, alastrara-se ao mundo ocidental como um todo, substituindo o sistema da cadeia de montagem e de produção estandardizada por outro fundamentado na flexibilidade, no trabalho de equipe e no método de produção *just in time*.

Se tal processo (conhecido como “pós-fordismo”) conseguiu alterar parte dos mecanismos de produção fabril, entretanto foi apenas com a era pós-industrial filha da *new economy* que a idade contemporânea assiste à passagem – para assim dizer – da “fábrica ao *call center*”.

O “teletrabalho” (assim como o serviço de atendimento *online*) é apenas uma das novas tipologias de trabalho, brotada da possibilidade de combinar de forma variada os novos meios eletrônicos. Enquanto isso, a própria ideia de “lugar” no qual se exercem as funções de trabalho está se modificando, uma vez que os novos meios tecnológicos propiciam, conforme o sociólogo Richard Donkin (2009), comportamentos nômades para um número crescente de funcionários e, por consequência, “a supressão da repartição tradicional entre tempo livre e tempo de trabalho”.



Figura 8.2: Sala de operações numa central de atendimento.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Central_de_atendimento

Se alguns autores, como o americano Nicholas Negroponte, enfatizam as novas oportunidades de vida e de socialização que surgem dessa superação das fronteiras físicas do *locus* (lugar) de trabalho, outros, como o historiador Charles Maier, vislumbram na supressão de qualquer espaço de encontro entre os trabalhadores (e entre eles e os donos) o desaparecimento da consciência e da luta de classe. O que, por consequência, abriria caminho para uma vitória ulterior do capitalismo, ainda mais livre de vínculos e controles perante o enfraquecimento estrutural da classe trabalhadora.

Parece, em suma, estar se configurando uma internacionalização do trabalho que vai no sentido oposto ao internacionalismo operário, almejado por Marx, isto é: não a formação de um proletariado mundialmente unido e preparado a se tornar classe dirigente, mas sim a interligação planetária entre as várias reservas de mão de obra, a serem exploradas sem mais fronteiras, seja diretamente no mundo desenvolvido (trabalho dos imigrados), seja nos países economicamente mais atrasados (deslocalização das atividades produtivas). Tudo para o maior lucro do capital.



Atende ao Objetivo 2

2. Identifique os aspectos mais importantes dos desdobramentos da globalização econômica com o mercado do trabalho.

Resposta Comentada

As desregulamentações por trás da teoria neoliberal, junto com a desmaterialização da economia e com a deslocalização das atividades industriais para as áreas periféricas do mundo, estão revolucionando os padrões laborais do século passado.

“Re-engenharia”, “morte da fábrica”, “flexibilidade”, “fim dos empregos” são apenas algumas das expressões que resumem com uma locução este imenso reprocessamento da atividade do trabalho humano.

De tal forma, uma “classe” trabalhadora sempre mais fragmentada, desunida e “flexibilizada” encontra-se esmagada, por um lado, pelo advento das máquinas inteligentes, que ao invés

de facilitar o trabalho humano acabam suplantando-o e, por outro lado, pela imposição de uma lógica de mercado que utiliza tais inovações tecnológicas e a legislação nacional e internacional unicamente para favorecer os interesses do capital.

No global ou new global? Movimentos à procura de “um outro mundo possível”

Como vimos a propósito do G7 e do G8, na origem destas novas formas de coordenação entre as maiores potências do planeta encontra-se a consciência de que – nunca como antes – os problemas económicos atrelados às crises financeiras, assim como ao aumento da desigualdade e da instabilidade geopolítica, tinham adquirido uma dimensão de interdependência global.

Com o mesmo intuito, embora com um viés diametralmente oposto, no limiar entre velho e novo século, com epicentro no próprio mundo opulento, surgiu um movimento de protesto transnacional que contestava no mérito este tipo de globalização e a própria ideia de que um “diretório”, composto pelas nações mais ricas, pudesse adotar políticas vinculantes para todo o mundo.

Este movimento social e cultural – denominado pelas mídias como “movimento *no global*” (em português “antiglobalização”) – conheceu sua primeira visibilidade internacional por ocasião de um encontro do WTO em Seattle, em 1999, e teve seu “batismo de sangue” dois anos mais tarde, quando das reuniões de Goteburgo e Genova, onde a vontade das autoridades políticas em reprimir tal dissentimento acoplou-se à atitude violenta de alguns grupos do movimento, o que gerou graves desordens.

Tal agremiação, que hoje junta organizações e grupamentos sociais de proveniência geográfica, política e cultural as mais

diversas (integrantes da esquerda clássica, associações humanitárias, ecologistas, povos indígenas, movimentos espirituais etc.), faz-se portadora da única instância de um desenvolvimento econômico mais respeitoso do ser humano e do planeta Terra, uma vez que a globalização neoliberal está deteriorando tanto a qualidade do meio ambiente como a da democracia.

No interior deste movimento, à denuncia da desregulamentação desenfreada, dos novos padrões laborais, do desastre ambiental, do peso preponderante das corporações correspondia a proposição de um outro modelo de desenvolvimento, capaz de reverter o processo deslanchando uma forma virtuosa de globalização de baixo para cima.

O fato de este movimento rejeitar a globalização imposta pelas teorias neoliberais não quer dizer, por si só, que a maioria de seus integrantes feche os olhos perante as dinâmicas da contemporaneidade que apontam, inexoravelmente, rumo a um mundo a cada vez mais interdependente.

Consciente de que a globalização é um processo inevitável, o movimento não recusa o conceito de mundialização quando este se refere à intensificação das trocas culturais, tampouco se opondo ao desenvolvimento de estruturas de governo supranacionais, capazes de gerir a *governance* mundial, e por isto prefere se referir a si adotando a locução *new global* em vez de *no global*.

Com o fim de melhor trabalhar a fase propositiva, a partir de 2001, os *new global* associaram às grandes manifestações públicas e às passeatas de protesto a criação do Fórum Mundial Social, um espaço de encontro, reflexão e discussão sobre o possível rumo para a construção de um mundo diferente, que ocorre a cada ano num lugar do globo.

Esta usina mundial de pensamento altermundista que hoje articula as ONGs, associações, entidades, sindicatos etc. do inteiro planeta teve sua fundação em Porto Alegre, tendo, portanto, na América Latina (e no Brasil em particular) sua força catalisadora, o que proporcionou também o deslocamento simbólico do eixo

contestatório internacional da região opulenta para a periferia, isto é, dos que falavam em nome dos que não tinham voz para quem, finalmente, tinha a possibilidade de falar em seu próprio nome.

As forças sociais que constituem este “movimento dos movimentos”, por serem heterogêneas, oferecem um leque de intenções que variam de instâncias de cunho utópico até chegarem a viver tal princípio de associação como ato político, propondo soluções pragmáticas sobre questões pontuais.



Figura 8.3: Logo do Fórum Social Mundial.

Fonte: http://www.forumsocialmundial.org.br/index.php?cd_language=1

Conforme sua Carta de princípios, na qual se frisa a necessidade de “iniciar uma nova etapa de resistência a esse pensamento hoje hegemônico no mundo” que seja “uma etapa propositiva, de busca concreta de respostas aos desafios de construção de um outro mundo”, no Fórum Social Mundial brotaram ou foram retomadas várias propostas, na convicção (conforme seu mote) de que “um outro mundo é possível”. Entre elas, na ótica da necessidade de uma ação contra-hegemônica com o neoliberalismo, assinalam-se: a proposição de um desenvolvimento que seja sustentável para os ritmos da natureza; a valorização da desaceleração contra a cultura do crescimento frenético; novas regras no comércio internacional; o imposto sobre as transações financeiras acima de certo valor (a chamada *Tobin tax*), a ser destinada em favor dos países economicamente mais atrasados; a anulação da

dívida externa que os países pobres têm contraído para com as nações credoras; a limitação da ação das multinacionais; a defesa das culturas locais contra a onda globalizadora neoliberal.

Não há dúvida de que a incrível heterogeneidade mencionada constitua uma riqueza do “movimento dos movimentos”.

Entretanto, ao longo destes dez anos de vida, tal característica mostrou também outra face da moeda ao se combinar com um princípio de horizontalidade que, posto nas suas consequências extremas, recusa o elemento decisório em si, relegando o Fórum apenas a um organismo consultivo que até agora não conseguiu – apesar de suas intenções contra-hegemônicas – articular uma estratégia de direção da nova sociedade que quer ver brotar.



Atende ao Objetivo 3

3. Descreva as características peculiares do movimento de contestação à globalização neoliberal.

Resposta Comentada

O movimento *no global* que surgiu no começo do novo século junta grupos sociais heterogêneos que se fazem portadores de instâncias peculiares (comunismo, ecologismo, tutela das minorias etc.), mas que encontram seu denominador comum na contestação do projeto neoliberal que está por trás das dinâmicas da globalização, assim como esta até agora se desenvolveu.

Nascido como movimento de protesto que se juntava em ocasião das grandes conferências dos organismos elitistas que decidem os destinos do mundo (WTO, G8, FMI), o “povo *no global*” acabou se dando uma estrutura mais estável e propositiva com a criação do Fórum Social Mundial.

No anseio para a construção de um “outro mundo possível”, o Fórum atua como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais em que as grandes temáticas do desenvolvimento sustentável, da desigualdade, da democratização das práticas nacionais e internacionais são analisadas e debatidas.

CONCLUSÃO

A nova ordem mundial subsequente ao fim da “Guerra Fria”, as inovações tecnológicas, a liberalização dos mercados mundiais, bem como a afirmação de novos meios de transporte de massas e mercadorias, promoveram enormes transformações no processo histórico que encontram uma definição de conjunto no vocábulo “globalização”.

Tal palavra, entretanto, longe de apontar de forma neutra para um processo evidentemente inevitável à luz das conquistas tecnológicas e das novas condições geopolíticas, assinala um *trend* até agora unidirecionalmente guiado pelo “pensamento único neoliberal”, que enfatiza a primazia da economia sobre a política como única solução para o equilíbrio macroeconômico mundial.

A financeirização da economia, a polarização da riqueza, o aproveitamento voraz de recursos naturais cada vez mais escassos, a precarização social e econômica das novas formas de trabalho, as crises cíclicas dos mercados econômicos, entretanto, estão desvendando todos os limites desta “receita” pela condução do mundo no século XXI.

A onda de protestos por parte daqueles movimentos que colocam em xeque tal tipo de evolução/involução do gênero humano é um sintoma de que a opinião pública mundial está adquirindo plena consciência da necessidade de construir outra forma de mundialização. Um projeto que, entretanto, está destinado à falência até quando as entidades nacionais e internacionais que deveriam cuidar dos interesses da coletividade encontrarem-se subjugadas aos interesses partidários de empresas para as quais só conta o lucro de seus acionistas.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Comente as afirmações proferidas pelo ex-primeiro ministro do Canadá, Paul Hellyer, sobre a natureza da globalização econômica de cunho neoliberal e contidas no primeiro item desta aula.

Resposta Comentada

O ex-primeiro ministro do Canadá, Paul Hellyer, lança um grito de alarme sobre o rumo que está tomando o processo de mundialização das práticas capitalistas no sulco das diretrizes político-econômicas do neoliberalismo.

Ao ver dele, o poder e o controle desmesurado de alguns atores mundiais (bancos centrais dos países mais desenvolvidos, bancos comerciais e corporações multinacionais), em um mundo sem mais fronteiras geopolíticas e econômicas estão, aos poucos, cancelando todas as conquistas obtidas nos Novecentos com o fim de amenizar as injustiças para com os sujeitos mais fracos no âmbito nacional (classe trabalhadora) e internacional (países subdesenvolvidos), retomando uma postura que remonta ao capitalismo selvagem do século XIX.

RESUMO

Nesta aula, encaramos o tema da globalização econômica, realizada conforme as diretrizes do neoliberalismo.

Vimos como a ideia de uma economia livre de agir sem o controle da política gera fortes contradições e crises cíclicas da economia, amplificadas pelo alto grau de interdependência entre as economias mundiais, além de criar um aumento da desigualdade entre as várias regiões do planeta.

Analisamos os efeitos que a desregulamentação do ciclo laboral está acarretando sobre os trabalhadores, além de constatar a transformação da própria natureza do trabalho humano, proporcionada pelas novas invenções tecnológicas.

Deparamos, finalmente, com o movimento internacional que contesta o rumo tomado pelas dinâmicas da globalização, acompanhando sua evolução em busca de uma alternativa válida ao modelo de globalização até agora triunfante.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, analisaremos como as artes interpretam e representam o mundo globalizado da hipertecnologia, do encontro/desencontro entre culturas, das mudanças antropológicas do homem contemporâneo.

Aula 9

A transformação das artes num mundo globalizado

Carlo Romani

Meta da aula

Apresentar as grandes transformações que ocorreram nas artes e no significado do que se entende por arte, na segunda metade do século XX.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os motivos que levaram ao fim das vanguardas artísticas e familiarizar-se com o debate sobre o rumo das artes plásticas após os anos 1950;
2. analisar o papel que o cinema e as formas documentais de audiovisual passaram a ter nos anos do pós-guerra e familiarizar-se com o debate dos anos 1970 sobre o limite entre a ficção e a realidade;
3. identificar as novas formas e possibilidades de artes, surgidas após a década de 1960.

INTRODUÇÃO

Fim das vanguardas, fim das artes?

“Morre a Vanguarda” é o sugestivo título com que Eric Hobsbawm nomeia o capítulo que trata da arte, após a década de 1950, em seu livro *Era dos extremos*. O texto compõe mais uma das crônicas sobre a morte de algumas das concepções (artísticas, políticas, científicas, culturais) que sustentaram durante séculos o edifício da modernidade europeia. Uma morte do espírito já prenunciada por Nietzsche, nas últimas décadas do século XIX, ao rejeitar o destino do homem burguês disciplinado e domesticado; uma morte lenta denunciada por Freud em 1930, em seu *Mal-estar na civilização*, como resultado do descompasso entre desejo individual e condicionamento social; uma morte, enfim, também anunciada por Husserl, na mesma década de 1930, mais especificamente ao falar da decadência do modo de vida europeu, fundado sobre um sistema cultural lógico, racionalista e científico. Como já estudamos na disciplina de História Contemporânea I, na aula sobre o apogeu e crise da modernidade, uma civilização que se julgou tão superior e tão obcecada em sua busca racional pelo progresso e que acabou por descarregar simbolicamente toda a energia represada, um **Tânatos** reprimido, em fornos crematórios e no clímax do cogumelo atômico, tinha na arte, em contrapartida, o lugar destinado à irracionalidade, à fantasia, mas, ainda assim, uma fantasia que para ser legitimada pelos cânones oficiais precisava ser racionalizada, explicada e defendida por códigos de linguagem referenciais específicos.

De modo mais intenso com a aproximação da Segunda Guerra, mas já vislumbrado duas décadas antes com a ida de Marcel Duchamp e Francis Picabia para os EUA, vários artistas mudaram-se, deixando a Paris das artes e começando a colocar Nova York no centro do circuito artístico mundial. Ao final da década de 1930,

Tânatos

Deus da morte na Grécia Antiga. Para Freud, ele é um arquétipo da psicanálise e personifica a pulsão de morte, impulso primitivo e inconsciente do homem que busca a autodestruição.

esse movimento deixou de ser apenas uma opção ou escolha voluntária e passou a ser um destino quase que obrigatório para todos aqueles artistas de vanguarda, principalmente os surrealistas, que pelas posições políticas defendidas passaram a correr sério risco na Europa. A chegada de Joan Miró, André Masson, Max Ernst e de outros artistas plásticos europeus, movimentou o cenário norte-americano e impulsionou o mercado das artes com a abertura de galerias e a fundação de novos museus. Mas, naquilo que a tradição artística europeia permitiu fazer da arte de vanguarda “o signo de uma última dedução e o documento desesperado de uma civilização em crise”, do outro lado do Atlântico, no novo mundo da civilização moderna, o espírito burguês ainda fresco quando aplicado às artes tornou tudo mera “descoberta, invenção, ímpeto inventivo” (ARGAN, 1995, p. 507).

Nessa nova lógica da cultura artística americana que se tornou dominante, tudo era possível. A arte, não somente não precisava seguir nenhum modelo acadêmico, ou um manifesto de crítica, como pôde desenvolver-se dando as costas a toda a história artística construída anteriormente por essa mesma tradição desde, pelo menos, Giorgio Vasari, ainda no fim do Renascimento italiano. A arte que se desenvolverá na América a partir de 1950 não precisará mais explicar a que veio, ou aquilo que critica, nem que novo mundo ela projeta; ela dispensará as explicações e os manifestos, tornando-se autorreferencial. Dessa perspectiva, a ideia de vanguarda artística morreu. E, paralelamente, surgiu no panorama artístico mundial uma figura antes desconhecida, a do crítico de arte e mediador da compra de obras das mãos de europeus falidos para as dos novos ricos nas Américas. Em Nova York, veremos adiante, entre tantos outros, Solomon Guggenheim será o símbolo maior desse tempo. Mas também na cidade de São Paulo teremos esses novos mecenas, como os empresários Cicillo Matarazzo e Assis Chateaubriand, assessorados pelo crítico Pietro Maria Bardi, à frente de dois símbolos das artes modernas: a Bienal (o pavilhão de Oscar Niemeyer é de 1954) e o MASP (o novo prédio é de 1968).



Figura 9.1: Museu de Arte de São Paulo, na avenida Paulista. Arquiteta Lina Bo Bardi.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/ad/Museu_de_Arte_de_Sao_Paulo_1_Brasil.jpg

A arte desse tempo deixaria de ser um objeto de adoração e passaria a ser um objeto de valor de troca. No pós-guerra, acompanhando a trajetória capitalista norte-americana, a arte tornou-se um investimento como outro qualquer, seu valor passará a ser definido pelo mercado. Para Giulio Carlo Argan, contudo, existe uma antítese entre o consumo e o valor de uma obra de arte. Em toda tradição anterior da arte plástica, ela é um tipo de valor que se usufrui, venera-se, exhibe-se (tanto a obra como se exibem os proprietários), mas não se comercializa, ou pelo menos ela não tem um valor de consumo definido pelo mercado. Por isso, para Argan, o que passa a ocorrer com o mundo da arte quando o centro de gravidade transfere-se para Nova York, capital de uma cultura de consumo, é a produção de um tipo de arte completamente diferente daquela do passado. O que ele questiona, ao defender sua tese em 1970, é se esse novo modo de processamento de informações através da organização de imagens, cujas técnicas desenvolvem-se sem cessar pode ainda ser denominado arte. Para o historiador da

arte italiano, a “arte não é uma entidade metafísica, mas um modo histórico de agir humano. A arte teve um princípio, pode ter um fim histórico” (ARGAN, 1995, p. 509). Seria então a morte da arte?

Esse fenômeno que se acentuou a partir da década de 1950 com a televisão e mais ainda com o vídeo nos anos 1970 e as artes digitais nos 1990, já havia sido o tema de um ensaio de Walter Benjamin na década de 1930, antes de ele próprio tornar-se mais uma vítima da barbárie nazista, em 1941: qual o sentido da obra de arte numa época em que ela pode ser reproduzida infinitamente? (BENJAMIN, 1993, p. 165-196). A era da reprodutibilidade técnica, da fotografia, do disco, do cinema, e mais recentemente das mídias digitais dessacralizou a arte. À obra de arte foi-lhe retirado o que Benjamin chamou de aura, aquela energia única que a grande obra carrega e que nós sentimos ao nos aproximarmos, por exemplo, da Mona Lisa exposta no Louvre à peregrinação de seus admiradores, e de outros nem tanto assim. A vulgarização desse ícone, a possibilidade de sua reprodução ser comprada por um euro à saída do museu, como *souvenir* para ser posto na geladeira, destrói o significado original da arte.

Passada a tristeza e até o choque provocado pela banalização da arte entre os últimos intelectuais da modernidade, nos escritos que se publicam após a década de 1980, modificou-se a concepção existente sobre a arte. A possível “morte” da arte ou de um possível fim das obras de artes clássicas foi problematizado de outra forma. Arthur Danto (1997), em seu também sugestivo ensaio *After the end of art*, desmistifica essa ideia de que a arte morreu, mas também reafirma a historicidade daquele tipo de arte, tido como finalizado por Argan. Para esse crítico norte-americano, o que ocorreu nas últimas décadas foi o fim de um tipo de arte que podia ser compreendido pela história da arte, por um modelo de conhecimento, o da modernidade, que percebia a história, apesar de não admiti-lo, quase como sendo uma linha contínua de evolução e progresso, agrupando estilos, relacionando movimentos artísticos, buscando uma coerência interna e externa entre obra e mundo.

Para responder à questão posta nesta introdução sobre a morte das vanguardas ou morte das artes, a filósofa portuguesa Paula Matos afirma que “o que morreu não foi a arte, mas sim a possibilidade de explicar a arte através de manifestos e narrativas” (MATEUS, 1999).

Nova York, o novo palco das artes plásticas

O ingresso de uma cidade historicamente sem tradição nas artes plásticas no *hall* principal do mundo artístico internacional implicou a construção de novos equipamentos culturais e a transformação da antiga função deles. O Museu de Arte Moderna de Nova York foi o primeiro a receber um significativo acervo modernista, como vimos na Aula 14 da disciplina História Contemporânea I, e recriar o espaço do museu, costumeiramente de guarda e visitação de objetos, para se tornar um espaço interativo, educativo e com exposições cíclicas à moda das galerias de arte. A inauguração do edifício atual do MoMa ocorreu em 1939, pouco antes do início da guerra, antecipando a tendência arquitetônica dos futuros museus que passariam a ser construídos após a década de 1950, em algumas metrópoles fora da Europa, como, por exemplo, o Museu de Antropologia na Cidade do México, D.F., que foi inaugurado em 1964. Uma das características das cidades globais que se multiplicaram no pós-guerra, começando por Nova York, depois Tóquio, México ou São Paulo, é a de que, ao contrário das grandes cidades europeias cuja arquitetura histórica faz delas um museu a céu aberto, as novas cidades globais, na analogia descrita pelo historiador norte-americano Lewis Mumford em sua grandiosa obra sobre as cidades no decorrer da história, publicada no ano de 1961, tentam suprir essa ausência, produzindo descontinuidades arquitetônicas que fazem da cidade a própria obra de arte moderna (MUMFORD, 2001).

Nesse sentido, as novas construções arquitetônicas deixaram de ter relação de continuidade com o resto do espaço urbano, justamente para reinventá-lo. Como nos diz Argan, o problema

urbanístico nas grandes metrópoles é o de que o “edifício funciona como um marco que molda o ambiente e não o contrário”. O projeto do novo edifício, proposto pelo arquiteto Frank Lloyd Wright, para o antigo Museum of Non-Objective Painting, que se tornará o primeiro de uma série de museus criados em várias cidades do mundo pela Fundação Guggenheim, tinha o claro objetivo de romper com as linhas retas e rígidas dos arranha-céus que dominavam a paisagem de Manhattan. Inaugurado em 1959, na Quinta Avenida, em frente ao Central Park, o museu “insere-se como um bloco plástico em espiral no alinhamento perspectivo de uma grande artéria e a interrompe” (os dois museus retratados nesta aula cumprem exatamente a função de interromper a continuidade paisagística urbana). A proposta arquitetônica presente em quase todos os museus de arte moderna do mundo tem conformidade com a nova proposta pedagógica desses museus, de eles deixarem de ser um espaço de contemplação para se tornarem o lugar de realização da experiência estética e cultural, de interação com os objetos. Assim, os novos edifícios quebram “a lei da uniformidade perspectiva do mesmo modo que, na cidade antiga, a igreja isolava e qualificava o lugar, a experiência religiosa” (ARGAN, 1995, p. 513). Num segundo momento, a partir da década de 1970, com o aprofundamento da sociedade global, esse papel de espaço de culto passará a ser desempenhado pelo **mall**, os novos edifícios do consumo.

Mall

É o nome que se dá ao centro de compras nos EUA, *shopping-center* no Brasil. A concentração de lojas num único edifício fechado, destacando-se do resto da paisagem urbana e com acesso por automóvel, é uma tendência mundial de sacralização do consumo num templo dedicado só a ele.



Figura 9.2: Museu Guggenheim, <http://www.guggenheim.org/new-york>. Frank Lloyd Wright.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/74/Guggenheim_museum_exterior.jpg

A chegada de vários artistas europeus nas décadas de 1930 e 40 movimentou a produção e a difusão artística norte-americana, algo ainda então relegado ao segundo plano num país mais preocupado com seu crescimento econômico do que com o cultural. A década de 1940 assistiu ao diálogo entre alguns surrealistas, como André Masson, com jovens artistas americanos radicados em Nova York. Desses primeiros contatos surgiram inovações pictóricas, cujo movimento, em 1946, seria chamado pelo crítico Robert Coates de expressionismo abstrato. Dentre vários artistas participantes, Hans Hoffman, Willem De Konning, Mark Rothko, se destacará Jackson Pollock, que iniciará uma experimentação na forma de produção de suas obras, dando origem na década de 1950 ao *action painting*. Da forma surrealista permaneceu basicamente a inspiração criativa, provinda do inconsciente. Aquilo que surrealistas, como Breton, denominavam automação psíquica será reapropriado por Pollock ao incorporar em seu modo de pintar o movimento das mãos, o uso da gestualidade na pintura, buscando minimizar qualquer possibilidade de reflexão prévia sobre o objeto pintado. Pinceladas em grandes

lonas de mais de seis metros de comprimento, espalhadas pelo chão do ateliê, farão da arte em movimento de Pollock objeto de interesse cinematográfico.



Action painting

O cinema produziu um filme sobre a vida do artista que mostra toda sua trajetória profissional desde seu relacionamento com a artista Lee Krasner (*Pollock*. Direção de Ed Harris, Sony Pictures, 2000). Vejam a exposição sobre expressionismo abstrato, apresentada pelo Museu de Arte Moderna de Nova York em 2011, no link: <http://www.moma.org/visit/calendar/exhibitions/1098>.

Indicamos ainda a visualização da produção de Jackson Pollock no vídeo da curadoria do MoMa:

http://www.moma.org/collection/browse_results.php?criteria=O%3AAD%3AE%3A4675|A%3AAR%3AE%3A1&page_number=56&template_id=1&sort_order=1

Principal nome do movimento, a forma de pintar criada por Pollock, o *action painting*, foi retratada em diversos vídeos. Indicamos aquele disponível na página do Museu de Arte Moderna de San Francisco: <http://www.sfmoma.org/multimedia/videos/249>

Durante a década de 1960, aparece a ideia de uma “arte conceitual”, uma forma de produção artística que rompia com a tradição ocidental da obra de arte para ser vista e colocava a nova obra de arte numa categoria de linguagem cujo significado é o que efetivamente importa. A arte conceitual entendia a si mesma como “um modo de fazer as coisas” e abrirá as portas para uma outra compreensão da ideia de arte, expressa, principalmente, através

das instalações, intervenções artísticas sem a preocupação de serem permanentes e impossíveis de serem compradas, como objetos de consumo, cumprindo a função de obrigarem a reflexão do público que lhe assiste. A atuação dos artistas na execução e produção de suas próprias obras com o uso de uma nova forma de linguagem corporal nas artes plásticas levaria ao desenvolvimento de uma arte performática. Em 1963, George Maciunas, do Fluxus, um grupo expoente dessa nova tendência, numa tentativa paradoxal de repetir o discurso político das artes que havia sido uma das características das vanguardas modernas, redigiu o manifesto contra o consumismo na arte:

Purguem o mundo da doença burguesa, da cultura “intelectual”, profissional e comercializada. Purguem o mundo da arte morta, da imitação, da arte artificial, da arte abstrata, arte matemática – Purguem o mundo do europeísmo. Promovam uma enxurrada e uma maré revolucionária na arte. Promovam uma arte viva, uma antiarte, uma realidade não artística, para ser compreendida por todos, não somente por críticos, diletantes e profissionais (MACIUNAS, 1963).

Apesar da crítica radical dos anos 1960, das denúncias contra a sociedade do espetáculo, de massa, do consumo etc., características dessa década revolucionária, a arte produzida nos EUA passaria a sofrer a influência cada vez maior das demandas do mercado. Nas palavras de Argan, seria necessário ver até que ponto esses movimentos que se autoproclamaram como sendo de protesto, “empurrando a arte até negar qualquer submissão artística ao sistema cultural dominante, sejam de verdade forças capazes de atacar a estabilidade” no mundo das artes (ARGAN, 1995, p. 512). Aparentemente, esses movimentos não tiveram força para isso e a maioria da produção inovadora realizada no decorrer da década de 1960, incorporaria, literalmente, todos os ícones da vida moderna, desde objetos de consumo usados no dia a dia e na cozinha como a Coca-Cola ou as sopas Campbell (imagem mostrada na Aula 3), até figuras contemporâneas emblemáticas, como Marilyn Monroe e Mao

Tsé-tung, reproduzidas em larga escala nas pinturas de Andy Warhol. A chamada *pop art*, apesar de iniciada por Robert Rauschenberg em meados dos anos 1950, foi um emblema dos anos 1960, seja pelo uso dos símbolos de consumo, em todas suas dimensões, como pela crítica subjacente e antecipada a um tipo de sociedade que se tornou capaz de digerir qualquer ideia carregada de subversão e transformá-la em estampa de camiseta – Che Guevara que o diga. Em sua obra sobre os objetos, o filósofo francês Jean Baudrillard (2009) foi um dos primeiros intelectuais a declarar a influência crítica de Warhol e desmistificar a liberdade do consumidor, seduzido e manipulado pela mídia. Para Baudrillard, os valores americanos contemporâneos não passariam de um **simulacro**, a começar pela própria ideia de liberdade. O que significaria liberdade: “A opção de comprar um carro ou outro?” (BAUDRILLARD, 1991).

Simulacro

Palavra que significa cópia ou reprodução imperfeita da realidade foi a melhor definição encontrada por Jean Baudrillard para se referir aos valores, conceitos e expectativas, gerados pela sociedade capitalista junto a uma população de consumidores que teriam perdido o sentido das coisas.



Figura 9.3: *Pop art*. Michael Philip. Trabalho próprio feito a partir do estilo de Andy Warhol. Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4a/In_the_style_of_Andy_Warhol.jpg?uselang=pt



Atende ao Objetivo 1

1. Relacione o discurso sobre a “morte das artes” com a mudança do centro da cena artística mundial para Nova York após a Segunda Guerra.

Resposta Comentada

No período entre guerras, houve uma migração continuada de artistas europeus para a América, tanto pelas dificuldades financeiras no velho continente quanto pela perseguição política, iniciada pelos regimes fascista e pelo nazista. Na década de 1940, Nova York já era a nova capital das artes e lá as vanguardas artísticas tiveram de mudar seu conteúdo político revolucionário, permitindo que a arte fosse atravessada pelos valores da sociedade de consumo e pelo mercado. O vigoroso capitalismo americano transformou o valor intrínseco da obra de arte em um valor de troca; portanto, sujeito aos critérios do mercado da arte. Com isso, a arte modificou-se a ponto de alguns autores, como Argan, discutirem se o que passou a ser produzido após a década de 1960 ainda poderia ser chamado de arte.

O cinema na vanguarda: do neorrealismo às *nouvelles vagues*

Os artistas das vanguardas que migraram para a América deixaram de lado o discurso político de transformação da realidade social através da arte, um discurso de reduzida repercussão na terra do *self made man*, principalmente no período da perseguição política do macartismo, na década de 1950. Foi, portanto, na velha Europa, destruída pela guerra, que a tradição social revolucionária das artes tentou continuar sua história. Particularmente na Itália, logo após o fim da Segunda Guerra, difundiu-se um tipo de pensamento social construído com ênfase no papel fundamental da cultura na formação do caráter nacional. O legado deixado por Antonio Gramsci (1989), através de suas reflexões sobre o papel político dos intelectuais e a proposição de um tipo de literatura nacional que se aproximasse do povo, promoveu uma significativa reelaboração artística e cultural, tanto na literatura como no cinema, cuja influência ultrapassaria as fronteiras italianas.

A sétima arte passava a ser percebida na Itália como a forma capaz de falar mais proximamente às massas. Nesse sentido, tornava-se crucial, para a construção de um cinema nacional, encontrar um tipo de linguagem própria em que o cidadão comum se reconhecesse e identificasse. Luchino Visconti será o principal nome desse novo cinema italiano, absolutamente vinculado a um projeto de transformação da realidade social, encabeçado pelo Partido Comunista Italiano. Seu filme *Obsessão*, de 1943, é considerado pela crítica como o marco inaugural do neorrealismo. Suas produções posteriores, *La terra trema* (1948) e *Rocco e seus irmãos* (1960), trataram diretamente do drama das famílias mais pobres do sul do país. A do primeiro filme é uma família diretamente explorada pelos proprietários dos meios de produção num vilarejo de pescadores da Sicília que, no melhor estilo neorrealista, representa a si própria. E no segundo, Visconti narra o drama da migração interna de uma família pobre da Basilicata, no sul agrário, para Milão, a capital do norte industrial.

Mas foi com *Roma cidade aberta* (1945), de Roberto Rossellini, que o neorrealismo italiano alcançaria projeção internacional ao ganhar, já em 1946, a Palma de Ouro em Cannes. Rossellini dedicou-se a filmar a resistência **partisan** no período final da guerra e o avanço dos aliados nas batalhas pela libertação da Itália do domínio nazifascista. Sua trilogia sobre a guerra foi completada com *Paisá* (1946), o mais documental deles, e *Alemanha ano zero* (1948), já caindo para a narrativa dos dramas pessoais. Vittorio de Sica foi o outro grande nome que retratou em seus filmes, como *Milagre em Milão* (1950), o drama vivido pelo italiano pobre nas grandes cidades do pós-guerra. Poucos filmes representaram essa época de modo tão dramático como *Ladrões de bicicleta* (1948). A história do trabalhador romano que teve a bicicleta roubada, da qual dependia para ir trabalhar, e sua saga para recuperá-la, desfila uma série de instituições italianas que se mostravam indiferentes ao seu drama pessoal. De Sica não poupou a polícia, nem a Igreja ou os sindicatos, mostrando que os italianos pobres dessa época encontravam-se abandonados à própria sorte e, quando muito, podiam apenas encontrar refúgio e apoio em sua própria família ou em poucos companheiros da mesma classe. O neorrealismo propunha-se a mostrar a toda a sociedade italiana uma Itália então desconhecida da classe média, uma Itália abandonada pelo antigo estado fascista e também pelos seus intelectuais. Nessa visão de mundo, uma Itália em fase de reconstrução econômica e social, como essa da década de 1950, necessitaria de um intelectual engajado na luta junto ao povo. O neorrealismo procurou cumprir esse papel do artista que vai onde o povo está, ao fazer filmes com poucos recursos, de caráter semidocumental, muitas vezes utilizando como atores os próprios moradores dos locais de filmagem.

O neorrealismo foi um tipo de cinema cuja linguagem servirá de referência a uma série de movimentos posteriores, inclusive no Brasil. O Cinema Novo brasileiro em seus primórdios, com *Barravento* (1962), de Glauber Rocha, e *Vidas Secas* (1963), de Nelson Pereira dos Santos, explorou essa mesma estética documental

Partisan

Nome eslavo que se origina de “tomar parte”; em italiano diz-se *partigiano*. Durante a ocupação nazista, em toda a Europa, desenvolveram-se movimentos de resistência. Os *partisans* contribuíram para a vitória dos exércitos aliados e tiveram significativa importância política no período do imediato pós-guerra, principalmente, na Itália e na Iugoslávia.

nua e crua, na busca de retratar a exploração social e o drama dos brasileiros mais miseráveis das zonas rurais e a migração dos nordestinos para os grandes centros urbanos do centro-sul do país. Uma estética realista que posteriormente seria superada pelo mesmo Glauber ao dar ao Cinema Novo uma linguagem própria, antropofágica e alegórica, o que na proposição do cineasta se aproximaria mais das características da cultura nacional, em filmes como *Deus e o diabo na terra do sol* (1963), *Terra em transe* (1967) e o *Dragão da maldade contra o santo guerreiro* (1969), nos quais misturou de forma inusitada ópera e cordel para simular a antropofagia artístico-musical brasileira.

O fato é que o caminho aberto pelo neorealismo italiano, ao criar e desenvolver uma linguagem cinematográfica própria e adequada à realidade social de cada país, opondo-se à estética padronizadora hollywoodiana, foi seguido por diversos movimentos de cinema mundo afora. As *nouvelles vagues*, francesa e japonesa, talvez tenham sido os exemplos mais bem-sucedidos dessa elevação do cinema à categoria de grande arte e de um tipo de arte com pretensões de crítica do social. No Japão, o diretor Nagisa Oshima (mais conhecido por *Império dos sentidos*, de 1976), inovou no estilo (explorando o corpo) e no conteúdo (com forte componente político), duas linguagens não usuais na cinematografia japonesa. *Nihon no yoru to kiri* (*Noite e neblina no Japão*), realizado em 1960, ao retratar a humilhação e a fragilidade dos japoneses sob a dominação militar e cultural norte-americana no período do pós-guerra, desagradou politicamente, tanto aos políticos de esquerda quanto aos da direita japonesa. Oshima, ligado ao Partido Socialista, teve seu filme retirado de cartaz pela produtora, o que o levou a montar uma produtora independente, abandonar a política e tornar-se mais famoso fora do Japão do que dentro de seu próprio país.

A história da *Nouvelle Vague* na França também não deixa de ser mais um exemplo do amálgama que se constituía nesse tempo entre intelectuais, políticos e produtores. François Truffaut, Jean-Luc Godard, Jacques Rivette, os principais realizadores de cinema

franceses na década de 1950, eram também os críticos e redatores das páginas do *Cahiers du Cinema*. O *Cahiers* cumpria, assim, a função das antigas revistas surrealistas de vanguarda, ao falar sobre cinema e, ao mesmo tempo, emitir uma opinião pessoal sobre ele. *Acossado*, de Godard, produzido em 1959, foi o filme inaugural e emblemático dessa nova onda, assim como *Jules et Jim* (1962), de Truffaut, cujo título no Brasil, *Uma mulher para dois*, já carregava, para a época, a transgressão sexual no próprio nome. Em comum, ambos mostram o desejo do francês médio em se libertar às sujeições disciplinares impostas pelo mundo moderno, antecipando as revoltas estudantis que eclodiriam em maio de 1968.

Ficção ou realidade: as novas dimensões da arte do audiovisual

O cinema neorrealista, com suas características documentais, influenciou na transformação que se seguiu na forma de produção dos filmes documentários, tanto os jornalísticos, como os antropológicos/etnográficos. Nos Estados Unidos, em 1960, Robert Drew, ao fazer a cobertura da campanha à presidência da República do candidato do Partido Democrata, John Fitzgerald Kennedy, inaugurou o chamado Cinema Direto, com o filme *Primary* (Primárias). Drew queria afirmar uma pretensa neutralidade do jornalista, um ideal de filmagem sem a intervenção do cineasta, “os gestos falam por si” dizia, ao gravar a cena clássica da fala no palanque de Jacqueline Kennedy, a esposa do candidato, na qual filma os gestos de suas mãos, movendo-se atrás das costas, gestos que representariam toda a tensão, envolvendo a campanha naquele momento de guerra fria e da revolução em Cuba. Drew foi o pioneiro de um tipo de documentarista que acreditava estar captando a expressão fiel da realidade, desnudando o entrevistado sem que ele o percebesse.

Por volta da mesma época, em 1955, o francês Jean Rouch transformou o caráter do cinema etnográfico com o filme *Les maîtres fous* (Os mestres loucos), gravado no Congo e inaugurando uma

forma de linguagem, baseada na gestualidade humana. Rouch, também, foi o primeiro a problematizar a tensa relação entre o cineasta documentarista e o outro, o entrevistado, o objeto do registro. Seus filmes passaram a mostrar ao público as evidências da produção (visuais e sonoras). Na década de 1960, inaugurou a corrente do Cinema Verdade com a realização de *Cronique d'une été* (Crônicas de um verão), gravado juntamente com o sociólogo Edgar Morin. Nesse filme, ao contrário da pureza predicada por Drew, o documentarista torna-se também um personagem, participando dos diálogos junto aos entrevistados. A verdade passava a ser entendida como resultado da interação entre entrevistado e entrevistador, entre sujeito e objeto, e o diretor tornava-se, ao mesmo tempo, personagem e produtor da história. Indicamos a leitura do trabalho de Ana Carolina Oliveira. *Estudo sobre o cinema direto e o cinema verdade*. Disponível em: <<http://grupograv.files.wordpress.com/2009/05/artigo-cinemadiretoeverdade1.pdf>>.

Essa linguagem que ainda era experimental nos anos 1960 se tornaria a forma dominante nos anos 1990. No final dos anos 1960, os problemas relativos às técnicas de gravação passaram a ser colocados na forma de uma escolha entre narrativa objetiva ou subjetiva. Começava a ser discutida a possibilidade de a construção do objeto, que normalmente era realizada a partir de uma visão de câmera objetiva, característica do olhar do cinegrafista, ser conduzida por uma visão de câmera subjetiva, guiada pelo olhar do personagem. Aquilo que atualmente é encarado com bastante naturalidade, na década de 1960, ainda era apenas um experimento. A partir da década de 1970, as filmagens passaram a fazer uso da interação rápida e contínua na construção da trama visual, no recurso ao uso alternado da forma narrativa objetiva e subjetiva no mesmo filme, e a identificação e explicitação de diferentes discursos, opondo formulações de verdade, às vezes opostas, no interior do enredo filmado, colocando em relevo a natureza dupla do cinema (simultaneamente um veículo de realidade e/ou ficção).

Foi Pier Paolo Pasolini, ao publicar *O cinema de poesia*, em 1965, quem primeiro enunciou de modo teórico esse problema. A forma da narrativa cinematográfica, passando a ser construída como uma narrativa subjetiva, também não seria uma expressão mais pura do real somente porque, pretensamente, expunha o olhar do personagem. Pasolini chamou a isso de “pseudonarrativa cinematográfica”. Para o cineasta italiano, brutalmente assassinado em 1975, o problema não reside no conteúdo em si, se ele é retratado como sendo uma ficção ou realidade, de modo direto ou indireto, pois isso seria somente um falso dilema. O problema está na forma com que o cineasta exprime esse conteúdo. A forma ou o meio é também uma função da tecnologia historicamente disponível. Nesse período de início da década de 1970, quando o mundo passa por uma grande revolução tecnológica em direção a novas mídias eletrônicas, iniciando-se a futura era digital, a profusão de meios audiovisuais disponíveis de forma mais acessível ao grande público e o surgimento de equipamentos cada vez mais portáteis e de fácil reprodução, trouxe, por extensão, uma revolução na forma de produção da arte do audiovisual.

Começou durante a década de 1970, com o surgimento de uma produção videográfica (suportes VHS e super-VHS, e Betacam), antes inexistente, e com a difusão de uma cinematografia amadora em formatos menores (super8), a marca de filmes em que a fronteira entre ficção e realidade literalmente desaparecia. No Brasil, Arthur Omar foi um dos precursores práticos e teóricos dessa nova relação entre forma e conteúdo. Para ele, no ensaio crítico sobre seu próprio filme *Congo*, de 1972, “a expressão da realidade é sempre uma ficção” (OMAR, 1978). Essa nova prática no campo da produção das imagens obrigou também a uma reflexão que colocava em cheque os fundamentos teóricos da modernidade. Gilles Deleuze surgia como o filósofo de uma nova geração, a pós-moderna, que anunciava um novo padrão estético, ou melhor, que anunciava que aquilo que os produtores de imagem, legitimados no cinema e na televisão, faziam, era apenas uma mentira vendida como se fosse

verdade. Passar a ideia de que o conteúdo audiovisual retratava ou representava, ou ainda buscava se aproximar ao máximo do fato real, era questionado como algo não somente impossível de ser realizado, mas quem pretendia a isso seria apenas um mistificador da realidade. Deleuze propunha no lugar da narrativa clássica, seja ela escrita ou imagética, o que ele chamou de agenciamentos, ou seja, a profusão de um labirinto de imagens e de textos, a base de uma estética pós-moderna (DELEUZE, 1990).

Contra esse discurso pós-moderno que desmontava qualquer possibilidade de se retratar o real, acorreram na década de 1980 em defesa da existência de uma realidade prévia a ser encontrada os herdeiros do antigo marxismo, por exemplo, Hobsbawm, Raymond Williams ou Perry Anderson. Porém, trazendo um discurso renovado para um tempo em que, sem abrir mão da possibilidade de transformação do social, os artistas e intelectuais buscariam evitar ou minimizar suas interferências na fala do outro, o sem-voz que continuava a ser retratado. No Brasil, Eduardo Coutinho com *O cabra marcado para morrer*, de 1984, foi o símbolo dessa nova geração de cineastas empenhados na causa social, mas cientes de que o antigo neorrealismo era muito mais carregado da intenção do autor do que ele pretendia transmitir. Para essa corrente teórica, o erro do pós-modernismo seria o de ignorar a existência de uma realidade social que é construída como resultado da contradição entre as classes sociais. Para se aproximar mais dessa realidade, seria necessária somente uma produção mais crítica da verdade e admitir o verdadeiro não mais como um fato permanente, mas como um fenômeno contingente e relativo. No século XXI, com a difusão de mídias portáteis, extremamente econômicas, o outro, apesar de ainda continuar a ser retratado por intelectuais ou artistas, passou a se retratar transportando o problema de como fazer a representação para o campo de como fazer a distribuição dos próprios produtos nos grandes veículos de mídia difusores da cultura, preocupados em controlar e definir o que pode e o que não pode ser veiculado de modo mais amplo.



Atende ao Objetivo 2

2. Qual o papel das novas mídias audiovisuais mais portáteis na transformação do discurso de como deveria ser retratado o outro, o que não tem voz, pelos artistas e intelectuais?

Resposta Comentada

No segundo pós-guerra, o neorrealismo constituiu-se numa corrente cinematográfica engajada na crítica ao social e disposta a dar a voz aos setores excluídos da sociedade. A forma pela qual isso passou a ser feito contaminou toda a produção audiovisual, inclusive do cinema de documentário. Com a difusão de mídias portáteis e a redução dos custos de produção, a partir da década de 1970 uma parcela cada vez mais significativa da população passou a ter acesso aos meios de produção audiovisual. Com isso, o antigo papel do artista e do intelectual retratista desse mundo socialmente pouco visível deixou de ser proeminente, na medida em os próprios setores, excluídos da sociedade, passaram a representar-se a si , obrigando os teóricos a refletirem conceitualmente sobre o significado de real e de verdade, e transferindo o problema inicial da produção para o da distribuição do que é produzido.

As artes tomam as ruas

A década de 1960 foi muito profícua para o surgimento das mais diferentes formas de contestação de todos os sistemas políticos vigentes, seja o capitalista seja o socialista, e, particularmente, o foi através de grandes manifestações artísticas de massa protagonizadas principalmente por jovens seguidores de bandas de música pop. Essa década foi a dos festivais, como, por exemplo, Woodstock (1969) onde a genialidade da guitarra de Jimmy Hendrix foi tocada para seu maior público, transformando as praças e parques públicos nos espaços de celebração daquilo que se chamou de contracultura. O rock, um ritmo musical de origem afro-americana, derivado do *blues* e que teve no negro Chuck Berry seu pioneiro nos Estados Unidos, na década de 1950, foi amplamente difundido além oceano, a partir da Inglaterra, sendo misturado aos velhos ritmos *folks*, produzindo sínteses da música popular contemporânea de origem afro-europeia com repercussão de massa. A exposição pública de culturas musicais, provindas de diferentes etnias no mundo anglo-saxão, ainda era algo significativamente revolucionário nesse tempo, como foi, por exemplo, a repercussão causada pela execução de *Sympathy for the devil* no célebre concerto de 1969 dos Rolling Stones, no Hyde Park, em Londres. O registro audiovisual do show encontra-se documentado e disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=pzAEtLPSzRg>

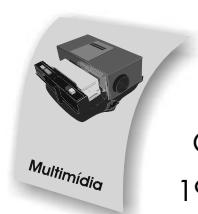
Ao blues/rock deve ser somada a influência do ska/reggae jamaicano, que através da imigração dos trabalhadores negros caribenhos para Liverpool e depois para Londres, lançando novos ícones da música contemporânea, como Bob Marley, penetrou no mundo branco proletário inglês, influenciando a virada musical punk no fim da década de 1970, em bandas como The Clash.

A música tomou as ruas e virou fenômeno de massa na década de 1960. Mas não somente a música popular invadiu os espaços públicos, as artes plásticas romperam com o suporte fixo da tela ou da lona, com o espaço de visualização na galeria e no museu,

e também tomaram as ruas nas inúmeras performances corporais de artistas de grupos, como o Fluxus e o Cobra. Inclusive no Brasil, a arte como escultura móvel debutou na cena pública com Helio Oiticica, expulso do MAM – o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro – em 1965, junto com sambistas da Mangueira que vestiam e dançavam seus parangolés tropicalistas. A “antiarte por excelência”, como ele definiu a *performance* com os parangolés, uma espécie de capas ou estandartes que somente mostravam plenamente seus tons multicoloridos e os variados materiais com que eram fabricados, com os movimentos de quem os vestia, que ao dançarem encenavam uma coreografia plástica viva. A nova obra de arte, tanto em movimento como estática, na forma de instalações que se tornaram o próprio sinônimo da arte contemporânea, promoveu e obrigou a interatividade do público. Em outras situações, interferiu na paisagem natural ou urbana como foi o caso das enormes instalações, a *landscape art*, de Christo, ao cobrir com lonas gigantescas os rochedos da baía de Sidney, em 1968, as encostas do Valley Curtain no Colorado (EUA), em 1972 ou, ainda, literalmente despencarem da Pont-neuf, sobre o rio Sena, em Paris, em 1986. A era das instalações demarcou o fim da arte como uma obra que se pretendia permanente e obrigou sua relação com o registro da mídia para ser perenizada, respondendo à questão sobre como ficaria a arte na era da reprodutibilidade técnica, formulada por Benjamin, na década de 1930.

Na década de 1970, uma nova manifestação das artes tornou-se bastante popular, principalmente entre os mais jovens, pela capacidade que gerou de intervir nos espaços públicos. O grafite, a pintura de formas e temas pouco usuais com tinta *spray* em muros abandonados nas grandes cidades norte-americanas, como Nova York, onde se iniciou, e depois nas metrópoles de outros países, como a Cidade do México e São Paulo, constituiu-se numa febre. Inicialmente, bastante combatida pelo poder público e pelos proprietários privados, depois foi aceita e incorporada na paisagem urbana, como ocorre na atualidade. Além do grafite, a

videoarte ou videoinstalação, ou ainda, a arte digital, tornou-se um fenômeno cultural no início da década de 1990, na medida em que encontrou na *web* o espaço ideal para sua veiculação. O espaço virtual abriu novas possibilidades e um novo paradigma conceitual para as artes visuais, permitindo o fazer em larga escala de um tipo de arte cujo público dispensa a necessidade de espaços reais para sua materialização.



Living Theatre

O teatro também retornou às ruas na década de 1960, revitalizando o antigo modelo teatral da companhia itinerante, mas propondo uma nova troca de experiência, na interação com o espectador, um público na época ainda desacostumado às intervenções teatrais nas ruas das cidades. O Living Theatre, grupo que se formou em Nova York, no começo da década de 1950, liderado pela atriz Judith Malina e pelo performático Julian Beck, assumiu suas características nômades na metade da década de 1960, percorrendo o mundo. A passagem do Living Theatre pelo Brasil, em plena ditadura militar, foi marcada pelo choque causado pela sua forma de intervenção direta, sem aviso prévio, no meio do espaço público. Seus integrantes foram detidos após “tumultuarem”, o termo usado pela polícia, a rotina de Belo Horizonte em 1966. Assistam a uma apresentação do grupo Living Theatre em Pittsburgh, nos Estados Unidos, em 1975: <http://www.youtube.com/watch?v=BXKBuTyTY9g>

Para saber mais sobre sua história, acesse a página do grupo em <http://www.livingtheatre.org/>
Assistam a uma seleção de imagens em <http://build-thelivingtheatre.org/images/past/ltslideshow.html>



Atende ao Objetivo 3

3. Por que, a partir dos anos 1960, a arte deixou de ser apenas um objeto de visualização para se tornar um meio de interação entre público e artista?

Resposta Comentada

A característica das artes produzidas após a década de 1960 é a busca de interação com o público, em alguns casos com grandes massas, como na música pop. A instalação tornou-se a forma mais usual desse novo tipo de arte, pela possibilidade de intervenção nos espaços públicos e pela interação que ela obriga ao público a quem se dirige. Assim, as artes assumiram um modelo multimidiático, mais teatralizado e mais corporal, em função da **performance** que elas demandam do artista que as produz.

CONCLUSÃO

Ao tomar as ruas através de *performances*, instalações e grafites, ao desenvolverem-se novas tecnologias que permitem a um indivíduo qualquer fazer um tipo de arte digital e mostrá-la a um público amplo, o sentido original da arte, sua aura, literalmente, desapareceu. O que se faz como obra de arte após os anos 1960 é um tipo de arte muito diferente do realizado em toda a era moderna, inclusive em seu período de vanguarda. A arte contemporânea transformou-se em um meio de interação entre público e artista, e pressupõe, para sua realização, essa troca e contato. Ela é produzida para aceder a todos os sentidos, para ser tocada, cheirada, ouvida, comida, e não mais para ser somente vista. Na crise racional da modernidade europeia de fim de século passado, a arte contemporânea buscou um canal de comunicação com o público muito mais sensorial do que racional. Isso mudou a reflexão que se pode ter sobre um objeto de arte e, principalmente, sobre o que é arte. Uma discussão de significados que ainda está no início e no qual estamos observando apenas as primeiras formas de manifestação artísticas contemporâneas.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Mostre algumas evidências da arte contemporânea que a distanciam do que era feito e entendido como arte moderna.

Resposta Comentada

Abandono do uso do suporte em tela para a exposição da pintura. Uso recorrente das mídias audiovisuais na produção. Intervenção nos espaços públicos, tanto na cena urbana, como em paisagens naturais. Produção artística, voltada para sua absorção pelos diferentes sentidos do corpo.

RESUMO

Nesta aula, buscamos apresentar as profundas transformações que aconteceram na arte moderna, desde a metade do século XX, descaracterizando suas antigas formas artísticas, no que se chama atualmente de a era do contemporâneo, e trazendo a polêmica que se instaurou sobre o significado e o sentido da arte.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos o problema ambiental no planeta, fenômeno que passou a ser sentido em grande escala, a partir da década de 1970.

Aula 10

A questão ambiental no planeta

Carlo Romani

Meta da aula

Apresentar o debate sobre os problemas ambientais enfrentados pelo planeta com a progressiva industrialização e que ganharam proporções cientificamente relevantes, a partir da década de 1970.

Objetivos

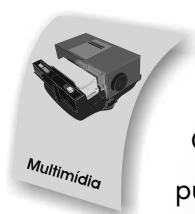
Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as causas que permitem com que possamos falar em uma crise ambiental no planeta;
2. avaliar o papel fundamental desempenhado pelos *experts* (especialistas, cientistas, técnicos e ambientalistas) na internalização pela sociedade do problema da crise ambiental;
3. identificar as diferentes alternativas técnicas, políticas e econômicas, propostas para a superação ou a adequação do problema ambiental, desde a década de 1970.

INTRODUÇÃO

Quando o meio ambiente virou “problema”

No ano de 2006, o então ex-candidato derrotado à presidência dos EUA, Al Gore, lançou um documentário que teve ampla distribuição mundial pela Paramount e cujos objetivos imediatos eram os de alertar a opinião pública, principalmente a classe média consumidora das áreas economicamente mais desenvolvidas do planeta, para uma verdade inconveniente: a da agonia climática da Terra. Sua conclusão: a de que a persistência na atual forma de desenvolvimento econômico é insustentável e que se faz necessária uma decisiva e contínua mudança nesse modelo. Para além do apelo a recursos visuais, estéticos e didáticos de fácil assimilação e sensibilização do público leigo, a inconveniência da tese do documentário é fundamentada pela ampla divulgação de dados empíricos e laudos científicos, ou seja, pelo aval do **expert**. Nesta aula, vamos identificar as condições históricas que permitiram a institucionalização da problemática ambiental para um amplo conjunto da sociedade civil mundial, um tema para o qual até duas décadas atrás os principais atores políticos e agentes econômicos do mundo ainda torciam o nariz.



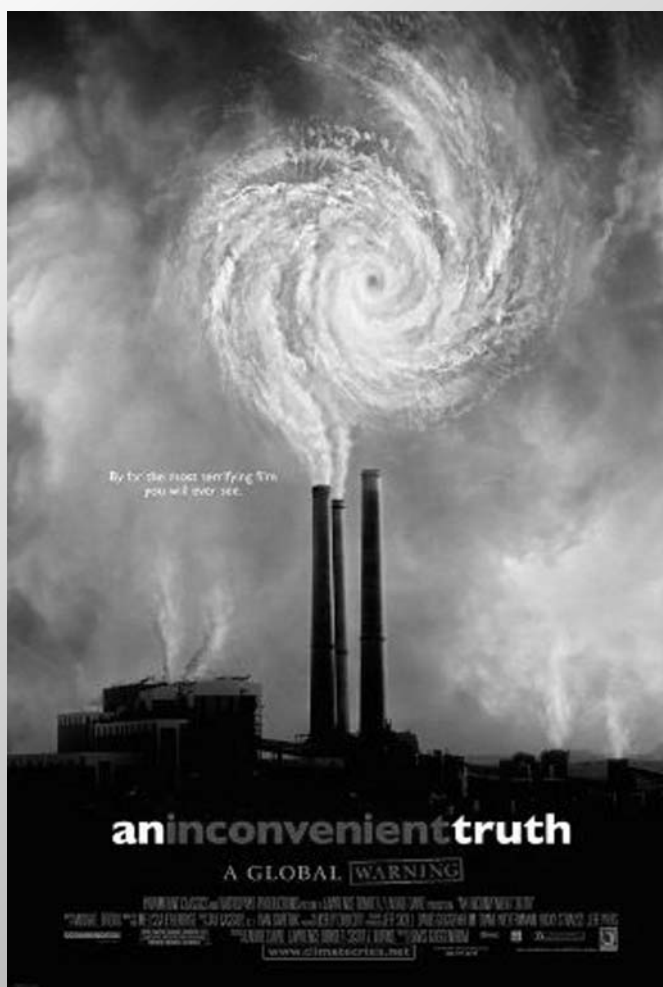
Uma verdade inconveniente

O filme lançado por Al Gore alarmou o grande público norte-americano que passou a ver ratificado por uma comunidade de cientistas a percepção de que o aquecimento global é o resultado de uma crise ambiental no planeta, provocada pelo excesso de consumo de produtos industrializados. Esse seria o

Expert

É o nome que se dá ao especialista em determinado assunto técnico-científico. No mundo contemporâneo, sem o aval de um expert, ou de um conjunto deles, sobre qualquer assunto, não há a possibilidade de mudança do paradigma (um determinado modelo teórico dominante, aceito e compartilhado pelos cientistas, usado para a realização de pesquisas, apresentação de resultados e ratificação de hipóteses) científico.

fenômeno que estaria por trás das mudanças climáticas que vêm ocorrendo de modo mais marcante nas últimas décadas. Por sua ampla difusão pela mídia, o filme trouxe publicidade para um problema que até então ainda não havia alcançado o grande público da sociedade de consumo. Para assistir ao *trailer* oficial de abertura acesse http://www.youtube.com/watch?v=Yh330_gkOsU



Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Aninconvenienttruth.jpg>

Industrialização, sociedade de consumo e crise ambiental

O agravamento e a multiplicação dos problemas ambientais na Terra caminham de mãos dadas com a industrialização dos últimos 250 anos. Não que antes não houvesse problemas ambientais no mundo. Um exemplo localizado foi o sistema de coleta de esgotos na antiga Roma imperial, cidade de um milhão de habitantes. Denominado *cloaca máxima*, não tinha tratamento e simplesmente lançava os dejetos para canais na periferia da cidade, ou os bosques do Mediterrâneo, cujo desmatamento em curso desde a Antiguidade fez com que eles tivessem praticamente desaparecido, já ao fim da Idade Média, contudo tratava-se de um tipo de poluição ou desequilíbrio de características eminentemente orgânicas, não envolvia produtos tóxicos, derivados de processos químicos mais complexos. O tipo de poluição que atualmente observamos somente se iniciou na segunda metade do século XVIII, com a queima de combustíveis, como o carvão, para a produção da energia utilizada nas nascentes indústrias siderúrgicas, cujo processo produtivo continua sendo um dos mais agressivos ao meio ambiente. Vimos exemplos e relatos disso na aula sobre Revolução Industrial, na disciplina de Contemporânea I.

Durante o século XIX, esse binômio poluidor do carvão-aço expandiu-se para toda a Europa setentrional e também para o nordeste dos Estados Unidos.

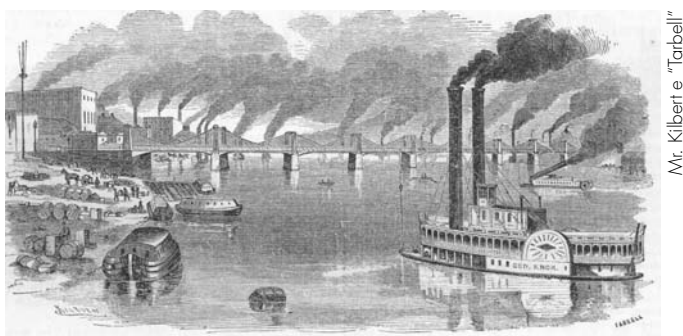


Figura 10.1: Rio Monongahela, Pittsburgh, Pennsylvania (1857).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/b/b8/Monongahela_River_Scene_Pittsburgh_PA_1857.jpg/300px/Monongahela_River_Scene_Pittsburgh_PA_1857.jpg

Porém, como estudamos naquela mesma disciplina na aula sobre a Segunda Revolução Industrial, somente a partir do fim do século XIX é que se desenvolveria uma tecnologia no campo da química industrial capaz de processar o petróleo para a produção de combustíveis e de outros derivados tóxicos. A indústria petroquímica, atendendo às novas demandas da sociedade de consumo, como os automóveis, tornou-se a grande vilã da destruição do meio ambiente em escala global. O lançamento de efluentes líquidos e aéreos que combinam moléculas de oxigênio e carbono é o grande responsável pela poluição das águas e do ar, pelo que hoje em dia chama-se efeito estufa, uma espécie de cúpula de sujeira dispersa na atmosfera que impede a dissipação do calor retido na superfície da Terra e provoca o aumento da temperatura do planeta. Para continuar o quadro de contaminação do ambiente planetário, através de novos componentes químicos, resultantes de processos industriais, após a Segunda Guerra a indústria petroquímica conseguiu sintetizar o petróleo e produzir polímeros, usados para a fabricação de plásticos de toda espécie, objetos cujo descarte do resíduo sólido tornou-se um dos graves problemas do acúmulo de lixo contemporâneo (levam mais de 400 anos para degradar no ambiente).

Esses mesmos polímeros permitiram a fabricação de diversos agrotóxicos à base, por exemplo, do DDT. Usados nas lavouras de todo o mundo, os agrotóxicos contaminaram as águas, os solos e os alimentos vegetais, ingeridos pelo ser humano. Como todos os processos químico-industriais, ao realizarem trocas com o meio biológico provocaram outra reação em cadeia. As pragas tornaram-se também ultrarresistentes e os pesticidas que as combatiam, desde a década de 1980, deixaram de fazer efeito. Então, a nova indústria da biotecnologia descobriu a possibilidade de produzir organismos vivos geneticamente modificados, os OGM. Sementes de laranja, por exemplo, foram inoculadas com genes de animais com alta resistência à toxidade, como baratas e ratos, permitindo que essas plantas recebessem cargas cada vez mais intensas de agrotóxicos, mas cuja modificação genética as impedem de reproduzir-se. Com isso, criou-se um mercado transnacional de sementes transgênicas, controlado pelas corporações produtoras de agrotóxicos associadas àquelas da engenharia genética. Novamente, ocorreu outra reação em cadeia que se torna uma ameaça à biodiversidade. As plantas de lavouras que se desenvolveram, a partir de sementes normais, não conseguem competir com as daquelas lavouras cultivadas com OGM, dada a maior capacidade de resistência destas últimas, e estão desaparecendo. Por consequência, as sementes naturais também (SHIVA, 2003, p. 73-80). Para um ingresso no debate sobre a relação entre a ciência e a técnica e seus efeitos sobre a natureza indicamos o artigo: <http://www.slideshare.net/caromani/futuro-do-homem-e-dominio-da-natureza>

Em 2008, um casal de agricultores brasileiros de um assentamento do MST do Ceará percorreu durante um ano mais de dez mil quilômetros em bicicleta pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, em busca de sementes ainda não modificadas. Eles denominaram a aventura Projeto Ciclovida, pois reunia um meio de transporte não poluidor, a bicicleta, à procura da vida ainda não modificada pelo homem, as sementes naturais. Nesse percurso, trocaram experiências com outros agricultores e constataram a existência de um monopólio das sementes

transgênicas, distribuídas nos mercados de abastecimento somente por algumas corporações transnacionais. Em contrapartida, descobriram também o trabalho de coleta e preservação de sementes naturais, posto em prática por algumas organizações de camponeses, como a Via Campesina. Para saber mais, acesse www.ciclovida.org.br.



O problema ambiental e as corporações transnacionais

O documentário canadense *A corporação*, de 2004, disponível em DVD com legendas em português, é um excelente meio de se compreender as emaranhadas relações entre a industrialização, o desenvolvimento da sociedade capitalista, o surgimento das grandes corporações, a submissão da ciência e da tecnologia às demandas do mercado, a descoberta de processos químicos que contaminam o meio ambiente e o agravamento dramático do problema socioambiental no mundo contemporâneo.



Capa do DVD *The Corporation*, produção canadense de 2004.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/thumb/4/43/Movie_poster_the_corporation.jpg/220px-Movie_poster_the_corporation.jpg



Atende ao Objetivo 1

1. Que relação podemos estabelecer entre as grandes corporações industriais e o problema da crise ambiental no mundo contemporâneo?

Resposta Comentada

A degradação ambiental no planeta está diretamente associada ao fenômeno da industrialização e, principalmente, à contaminação do solo, do ar e das águas através de componentes químicos ultratóxicos. O agravamento da poluição ambiental também está associado ao aumento do consumo em todas as camadas da sociedade. O capitalismo tende a formar monopólios controlados por algumas poucas corporações transnacionais que estimulam o consumo, lançando continuamente novas mercadorias à base de produtos sintéticos, cujo processo produtivo deixa uma série de resíduos de metais e compostos químicos nocivos que aumentam a degradação do ambiente.

Conservacionismo

Movimento de proteção da natureza, surgido nos EUA, no final do século XIX e no começo do XX quando o desmatamento trouxe séria ameaça à continuidade das florestas temperadas norte-americanas. Trata-se de um movimento de fundamento religioso cristão que defende o domínio sobre a natureza e os animais para submetê-los às necessidades humanas, por isso esse domínio deve ser feito de modo não devastador para que Deus, na forma da natureza, não se volte contra o próprio homem.

Preservacionismo

Concepção ética ambiental que justifica a proteção da natureza não pela sua necessidade para a sobrevivência humana, mas pelo valor que ela possui em si; portanto, difere do conservacionismo e liga-se à tradição do vegetarianismo, da defesa da natureza e do direito dos animais. A WWF, World Wildlife Fund, é uma das maiores organizações não governamentais internacionais cuja fundação, em 1961, foi orientada por essa visão de mundo.

Clube de Roma

Criado em 1968, em sua origem reuniu industriais, economistas, cientistas e altos funcionários públicos, provenientes de diferentes países da OCDE, ou seja, dos países economicamente mais adiantados. Tinha como objetivo estudar as interações entre os diversos componentes econômicos, políticos, naturais e sociais que compõem o sistema global e que constituem o meio ambiente na Terra.

Neomalthusiana

Uma visão atualizada do pensamento do economista e demógrafo inglês Thomas Malthus, do início do século XIX. Os neomalthusianos estudam as relações entre a quantidade da população humana, os recursos naturais disponíveis, a capacidade produtiva da sociedade humana projetada para o futuro e os impactos que isso causaria ao meio ambiente.

O início do debate sobre o problema ambiental no mundo

A questão ambiental deixou de ser uma atividade restrita a ativistas ecologistas do **conservacionismo** e do **preservacionismo** e passou a ser tratada como uma questão de política internacional, sustentada por pressupostos científicos somente no final da década de 1960.

Fora do campo específico da Ecologia, num primeiro momento, a questão ambiental no planeta foi elaborada como um problema de gestão de recursos naturais; portanto, como um problema da Economia. Foram os demógrafos e os economistas reunidos no chamado **Clube de Roma**, fundado nessa cidade em 1968, os primeiros acadêmicos a colocarem em pauta o problema. Fizeram-no numa perspectiva **neomalthusiana**, na medida em que a explosão demográfica registrada no decorrer do século XX – a duplicação da população da Terra em menos de cinquenta anos – chocava-se diretamente com a apropriação dos recursos naturais existentes. Além disso, a maior parte dos economistas procurou, também, reafirmar o modelo econômico, dominante do capitalismo, buscando uma alternativa que fosse viável para se manter o paradigma do “crescimento econômico”, medido através de indicadores econômicos em cada país.

O valor do PNB, Produto Nacional Bruto, *per capita* de cada país, foi tido durante o pós-guerra como sinônimo puro e simples de “desenvolvimento”.

O estudo organizado por Daniel Meadows sobre os limites do crescimento no planeta pautou a primeira conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano realizada no ano de 1972, em Estocolmo, e que marcou o início do processo de institucionalização da problemática ambiental. Nesse estudo de economia, apresentado publicamente ao mundo, foram detectadas cinco variáveis negativas: industrialização crescente, população crescente, desnutrição crescente, recursos não renováveis em extinção e Meio Ambiente em degradação (MEADOWS, 1972). A simulação feita para o futuro próximo, mantendo-se os níveis de crescimento econômico daquela época, previa um cenário de catástrofe planetária em menos de cem anos. A conferência realizada e organizada pela UNEP, na época a recém-criada agência da ONU para os programas ambientais, foi profundamente influenciada pela ideia da finitude do crescimento e elevou a discussão do problema para um patamar de visibilidade que ultrapassava apenas o do círculo restrito de *experts* e ativistas ambientais.

Aqui cabe discutir a importância de ambos (*experts* e ativistas) na constituição de uma arena política para que o problema ambiental fosse internalizado no âmbito da sociedade civil. Vale lembrar as intrínsecas relações, estabelecidas entre o saber e o poder, que no caso da sociedade moderna se desenvolvem mais especificamente nos campos da ciência e do direito, ou seja, entre a legitimação científica e a regulamentação jurídico-normativa. A sociedade contemporânea que Michel Foucault denominou de biopolítica organizou-se desde o século XIX, a partir de um sistema de **veridicção** jurídico-científico em que a prova somente é válida quando tem uma anuência técnica, o laudo de um *expert* (FOUCAULT, 2004). E foi justamente essa legitimidade inicial, dada pela comunidade científica internacional sobre a existência de um problema ambiental global, que permitiu que houvesse uma primeira

Veridicção

Termo muito usado pela Semiótica que se refere à forma (retórica, persuasiva, argumentativa) pela qual se constrói um discurso jurídico que se quer fazer passar como verdadeiro. Na modernidade, Foucault entende que o discurso que se apresenta como verídico vem a ser aquele apoiado em pressupostos científicos.

internalização dele, ainda que de modo marginal e minoritário nos níveis mais decisórios do poder. Por outro lado, uma sociedade de massa é vulnerável à propaganda e a publicidade sobre o tema não era ainda algo que interessasse ao *establishment*, os donos do poder estabelecido que controlam o sistema político-econômico mundial dominante. A ampla publicidade sobre os problemas ambientais somente passaria a ocorrer de modo mais recorrente na mídia, a partir da chegada do século XXI.

Nesse sentido, a ação de ambientalistas dos mais diversos matizes (conservacionistas, ecologistas, libertários, antinucleares) durante os anos setenta e oitenta do século passado foi decisiva para se ampliar o espaço de debate e dar maior visibilidade ao problema ambiental, um fato que apenas começava a ser apresentado ao grande público. A imagem do sol como fonte limpa de energia surgiu no final dos anos setenta e atraiu simpatizantes do mundo inteiro. Usada pelos ativistas do movimento antinuclear para a mobilização da população europeia contra a energia nuclear, tanto aquela destinada a fins pacíficos nas centrais geradoras de energia que trazem enorme risco em caso de acidentes, como ocorreu recentemente em Fukushima no Japão, como aquela destinada a fins bélicos com os mísseis de médio e longo alcance. Não podemos esquecer que, por volta de 1985, antes de se iniciar a *perestroika* e a *glasnost* –, a reestruturação da política interna russa que levaria ao fim da Guerra Fria – somando-se a OTAN e o Pacto de Varsóvia –, o arsenal nuclear instalado em solo europeu ultrapassava a casa das 60 mil ogivas atômicas. O historiador Edward Thompson foi um dos intelectuais mais engajados na luta pelo desarmamento nuclear e publicou um livro inteiramente dedicado a esse tema (THOMPSON, 1985).



Figura 10.2: Cartaz símbolo da luta dos grupos de ativistas antinucleares europeus.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d8/Smiling_Sun_-_English.jpg

Contudo, se no ano de 1972, aquela primeira conferência em Estocolmo foi produtiva para institucionalizar e internalizar o debate nas arenas da governança global e nos círculos acadêmicos e ativistas ambientais, a existência de um problema ambiental no mundo também foi rechaçada pela maioria dos atores políticos, tanto à direita quanto à esquerda. As reações contrárias começaram no próprio campo ideológico de onde partiu a crítica ao crescimento econômico, na forma em que vinha sendo realizado, como sendo um mecanismo inviável para a sobrevivência da vida no planeta. O capitalismo entendeu que o problema ambiental, colocado nesses termos, inviabilizaria seu primeiro e último objetivo: o lucro e a contínua acumulação e expansão do capital. Nessa perspectiva, para os agentes econômicos dos países industrializados, uma teoria crítica ao crescimento econômico, de um modo geral, mesmo não sendo uma teoria socialista é uma teoria de caráter antcapitalista.

Essa mesma teoria foi vista pelos governos dos países do então chamado Terceiro Mundo, aqueles agrupados em torno do grupo dos países não alinhados, como um cerceamento à sua possibilidade futura de desenvolvimento. Em outras palavras, os países economicamente não desenvolvidos entenderam essas premissas dos ambientalistas como uma sentença de confinamento à condição da pobreza. Em termos brasileiros, por exemplo, ao começarem nos anos 1970 os primeiros discursos sobre a necessidade de preservação da Amazônia, os atores políticos nacionais, então em plena ditadura militar, popularmente traduziram essa ideia na seguinte frase: “Vocês já exploraram todas as suas florestas e agora não querem que nós exploremos as nossas?”. Por outro lado, a tradicional esquerda desenvolvimentista de orientação marxista-leninista, direcionada para a economia planificada sob controle do Estado, entendeu esse problema como uma orquestração do mundo desenvolvido capitalista contra o socialismo. Portanto, na década de 1970, a questão ambiental, que aparecia pela primeira vez na agenda da ONU para o mundo, foi combatida por quase todos os atores políticos institucionais.



Atende ao Objetivo 2

2. Por que a conferência da ONU em Estocolmo, em 1972, é um marco para a história do ambientalismo mundial?

Resposta Comentada

A primeira conferência mundial sobre o Meio Ambiente Humano foi marcada pela apresentação dos trabalhos de economistas do Clube de Roma que discutiam os limites possíveis para o crescimento econômico, sem colocar em risco a vida na Terra. Os prognósticos não foram nada animadores e, pela primeira vez, uma série de atores políticos internacionais foi alertada sobre a existência de uma crise ambiental global e sobre a necessidade de se ter de fazer algo para mudar o comportamento humano.

As diferentes alternativas econômicas propostas como solução para o problema ambiental

Coincidentemente, foi no campo político da esquerda que surgiram as primeiras propostas alternativas. Ao fim da década de 1960, para o economista romeno Nicolai Georgescu-Roegen (1971) a busca no equilíbrio entre a necessidade de consumo e o gasto energético deveria ser guiada por uma economia da energia. Do ponto de vista da atividade econômica, isso implicaria o que ele chamou de **decrescimento**. Com essa hipótese radical, forneceu subsídios para uma teoria da economia ecológica. Essa reformulação do problema econômico será muito cara aos ativistas de esquerda que propuseram diversos modelos de gestão descentralizados na década seguinte.

Decrescimento

Para Roegen, já haveria investimento suficiente no planeta para não ser necessária mais nenhuma atividade econômica, baseada na extração intensiva de recursos naturais; seria preciso somente redistribuir o já existente. A sociedade humana precisaria de uma mudança de mentalidade para refrear o consumismo e incentivar a produção de bens culturais, ao invés dos materiais.

O teólogo iugoslavo Ivan Illich (1976), a partir de seu contato com a cultura dos povos indígenas mexicanos e de sua atividade missionária em Cuernavaca, no início da década de 1970, defendeu a ideia da convivencialidade, ou seja, do retorno ao convívio humano entre moradores vizinhos. Em termos econômicos, propôs a troca entre moradores de bairros e comunidades vizinhas, com baixo impacto na extração de recursos, valorizando e fortalecendo culturalmente as comunidades. As teses do decrescimento e do convívio forneceram a base para o surgimento da ideia de uma ecologia social:

A ecologia social não quer apenas o Meio Ambiente. Quer o ambiente inteiro. Insere o ser humano e a sociedade dentro da natureza. Preocupa-se não apenas com o embelezamento da cidade, com melhores avenidas, com praças ou praias mais atrativas, mas prioriza o saneamento básico, uma boa rede escolar e um serviço de saúde decente. A injustiça social significa uma violência contra o ser mais complexo e singular da criação que é o ser humano, homem e mulher. Ele é parte e parcela da natureza. A ecologia social propugna por um desenvolvimento sustentável. É aquele em que se atende às carências básicas dos seres humanos hoje sem sacrificar o capital natural da Terra e consideram-se também as necessidades das gerações futuras que têm direito à sua satisfação e de herdarem uma Terra habitável com relações humanas minimamente justas (BOFF, 2001) <http://www.leonardoboff.com.br/site/lboff.htm>

Principal nome da teologia da libertação no Brasil, o ex-padre Leonardo Boff, tornou-se no início da década de 1990 um defensor intransigente de mudanças nos valores humanos, baseadas nos princípios da ecologia social. Uma proposta cuja origem remonta à década de 1970, a ecologia social teve em Murray Bookchin seu principal teorizador. Um modelo de vida humana descentralizado, organizado em pequenas comunidades urbanas, cujos indivíduos administrariam sua produção através de uma rede de trocas entre

comunas próximas, o que minimizaria o gasto energético com o transporte e valorizaria os produtos regionais, tanto os agrários como os industriais. Soluções energéticas locais, como gerador movido com o gás proveniente do lixo orgânico, energia solar, eólica, das marés, pequenas hidrelétricas locais, garantiriam a manutenção da sociedade industrial e o conforto trazido por ela. Cada comunidade ou conjunto de comunidades próximas adequaria sua produção e demanda energética, otimizando os recursos naturais disponíveis regionalmente. As hipóteses centrais da ecologia social foram desenvolvidas em seu livro mais complexo, aquele que trata da história das relações socioambientais no mundo (BOOKCHIN, 2005). Para conhecer mais esse conceito acesse <http://www.social-ecology.org/>.

Também na década de 1970, surgiram as primeiras defesas, em âmbito acadêmico, da qualidade ecológica das economias agrárias, ditas primitivas, como as das sociedades camponesa e indígena da América Latina. O antropólogo e economista Maurice Godelier (1971) mostrou o caráter ecológico de preservação da fertilidade do solo, promovido pelo tipo de agricultura indígena andina e das montanhas na América Central. Para ele a agricultura praticada nas encostas em degraus evitava a erosão do solo e era adequada à necessidade de uma sociedade que se reproduzia de modo ecologicamente equilibrado, produzindo somente o indispensável à sua sobrevivência. Partindo dessa premissa de que as sociedades indígenas antigas eram sociedades ecologicamente corretas, o economista espanhol Joan Martinez-Alier (1995) trabalhou a tese da ecologia popular, ou economia ecológica, uma forma de produção sustentável, de baixo impacto na natureza, que não gera o excedente material característico da atual economia capitalista, mas que é adequada ao sustento de uma dada população. Quem difundiu na prática o modelo de economia ecológica na década de 1980 foi o seringueiro brasileiro Chico Mendes, assassinado em 1989, no Acre, a mando de um latifundiário. Na década seguinte, Chico Mendes

tornou-se o símbolo mundial do ecologismo amazônico, baseado numa economia agrícola comunitária fortemente influenciada pelo seu passado ameríndio.

Com essa aproximação entre ecologistas, socialistas libertários ou anarquistas com as comunidades agrícolas e indígenas, ou seja, as populações pobres do Terceiro Mundo, o socialismo marxista foi obrigado a rever suas posições mais ortodoxas. Não podemos esquecer que na teoria de Marx, desenvolvida em meados do século XIX, o operário da indústria seria o sujeito histórico revolucionário em direção a um mundo socialista. A industrialização da URSS foi o motivo perseguido por Lenin para a condução econômica da Revolução Russa e, com seus fornos caseiros, Mao-Tsé-Tung queria transformar a China numa potência siderúrgica. A teoria das correntes políticas socialistas, derivadas do pensamento marxista, posta em prática nos locais onde o comunismo triunfou, no século XX, perseguiu intransigentemente a industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento econômico das populações proletárias. Isso gerou sérios problemas ambientais provocados pela indústria em quase todos os países do leste europeu, fatos que culminaram no acidente nuclear de Chernobyl, na Ucrânia. O vazamento radioativo em seguida à explosão ainda obriga a manter uma área de 30 km de diâmetro completamente isolada. Mas a poeira radioativa esparramou-se por toda a Ucrânia, atingindo os países vizinhos do Leste Europeu. O número oficial de vítimas do acidente, aceito pela antiga URSS, foi de apenas 31 pessoas, os trabalhadores da usina, número que foi elevado em 2006 pelo governo da atual Rússia para 57 pessoas. A ONU, através de sua comissão para averiguação das causas do acidente, na época levantou o número de 4.000 mortos, diretamente atingidos com a explosão, mas nunca oficializou a estatística. As estimativas que são aceitas por observadores independentes da União Europeia para o conjunto de mortos direta e indiretamente causados pela explosão são de 15 mil. Mais recentemente, o estudo de uma comissão de cientistas britânicos, publicado em Kiev, elevou essa estimativa para 60 mil mortos. Infelizmente, dado o alto grau de fechamento dos

antigos arquivos soviéticos, persistente até o presente, não é possível precisar o número de mortos, principalmente aqueles decorrentes de problemas cancerígenos, adquiridos com o passar dos anos. O Greenpeace estima em 100 mil o número total de mortos, fora aquelas vítimas da radiação que ainda sobrevivem com câncer em estágio avançado. Contudo, algumas ONGs ambientalistas afirmam a possibilidade de o número de vítimas ter alcançado a cifra de meio milhão de pessoas, dada a enorme área de abrangência alcançada pela poeira radioativa, estendendo-se pela Ucrânia, Rússia, Bielo-Rússia. Para saber mais sobre o acidente, leia o Relatório Chernobyl, disponível em: http://www.angelfire.com/extreme4/kiddofspeed/journal/articles_port.html



Figura 10.3: Mapa de 2006 demarcando os níveis de radiação nas áreas adjacentes a Chernobyl.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/07/Chornobyl_radiation_map.jpg

Nas décadas de 1960 e 70, na esteira das mudanças de concepção sobre a vida, geradas pelo movimento da contracultura e explicitadas politicamente no ano de 1960, uma parcela significativa de ativistas socialistas abandonou a ortodoxia marxista e migrou para posições que sustentam uma confluência entre o pensamento ecologista com a manutenção do ideal de uma sociedade sem classes. A crítica inicial para o surgimento do ecossocialismo ocorreu na Alemanha, a partir do debate sobre a necessidade da internalização de uma ecologia política no programa dos partidos socialistas. O tema levantado por Hans Magnus Enzenberger (1974) repercutiria em toda a Europa e depois no mundo. O ecossocialismo, pelos valores envolvidos, aproxima-se da ecologia popular. Porém é resultado da reflexão de uma sociedade que, ao contrário da ameríndia, passou pelas mazelas do consumismo e do industrialismo e tem que lutar pelo desmonte de um modo de vida já socialmente enraizado.

Em comum, todas as propostas apresentadas postularam posições neomarxistas não ortodoxas, ou libertário-ecologistas, na esteira da desconstrução em curso no pós-68, das velhas teorias de esquerda estruturais e sistêmicas. Combatiam o crescimento econômico e propunham o desenvolvimento humano e cultural em seu lugar. Os situacionistas, grupo de intelectuais que fizeram em 1968 a crítica radical do **fetiche**, talvez o último conceito ainda válido da teoria marxista, reclamaram nada menos que a destruição completa da sociedade industrial. Foram essas propostas políticas e econômicas de grupos alternativos que constituíram o conteúdo programático dos primeiros partidos verdes, surgidos na Europa, no início da década de 1980.

Mas todos esses modelos de gestão, pensados no grande arco político da ecologia socialista, quando colocados em prática permaneceram restritos às pequenas comunidades, às cooperativas de trabalhadores, ou a movimentos camponeses, que mesmo organizando-se nas redes ecossociais que proliferaram durante

Fetiche

Termo usado por Marx para definir o desejo incessante de consumo de mercadorias, característica inerente à sociedade capitalista, que precisa continuamente gerar novas demandas.

os anos oitenta, não tiveram força para revolucionar as formas mais convencionais e as não convencionais do liberalismo. Mesmo porque, na década de 1980, já estava em curso uma forte reação conservadora no campo da política, o neoliberalismo, ao mesmo tempo em que o modelo de gestão socialista da economia planificada esgotava-se. Foi nesse contexto político que novos modos de pensar a economia e o meio ambiente incorporaram algumas das críticas da economia ecológica em relação ao crescimento, porém partindo do princípio de que o mercado é impermeável a imposições externas. A ideia do desenvolvimento ecológico elaborada por Ignacy Sachs (1986), sobre a possibilidade de se manter o crescimento econômico, diminuindo progressivamente a degradação ambiental, foi abraçada pela esquerda terceiro-mundista e por muitos ativistas ambientais nos países desenvolvidos.

Simultaneamente, o debate sobre uma segunda modernidade, levado adiante por alguns sociólogos como Anthony Giddens, Scott Lash e Ulrich Beck (1992), na qual a política é percebida como meio de uma ação reflexiva (entre o governo que reflete demandas da sociedade e as retorna através de políticas públicas), e a ciência como reafirmação da prova, no plano ambientalista foram os pilares para a construção e difusão da ideia de que a sociedade humana está em risco (sua sobrevivência) e o risco é causado pelos hábitos errados de consumo. Portanto, trata-se de internalizar entre os diferentes atores sociais e nos representantes políticos a noção do risco e da **externalidade**, que estão embutidas na produção e no consumo, e de realizar isso inclusive com o apoio do empreendedor capitalista. De outro modo, tratou-se de construir a ideia de que a variável ambiental não é prejudicial ao capital e, sim, de que os custos ambientais podem ser incorporados positivamente na gestão da produção.

Externalidade

É o resultado da imposição de custos da parte de um agente econômico a outro ator social qualquer, sem que isso seja quantificado no preço do produto. Para melhor compreensão, podemos dar o exemplo do aumento de casos de câncer em determinada região, causados pela poluição ambiental, provocada por uma grande corporação fabricante de pesticidas e que somente podem ser quantificados, após décadas. O custo humano com a morte e a invalidez de pessoas, o custo familiar com a perda do trabalhador e de seu sustento, o custo social com o aumento das despesas hospitalares para o tratamento dos pacientes são tipos comuns de externalidades causadas pelas empresas.

Quando “desenvolvimento sustentável” torna-se a palavra mágica

Sustentabilidade

É o princípio do desenvolvimento sustentável, ou seja, a procura pela melhor forma de gestão dos recursos naturais existentes no planeta. Uma gestão que permita, sem que haja uma diminuição nos padrões de consumo que garantem o conforto e as necessidades da vida moderna, que se encontrem as alternativas energéticas e tecnológicas mais produtivas e mais limpas para a utilização desses recursos, prolongando o desenvolvimento econômico do planeta indefinidamente.

Agenda 21

É um conjunto de propostas, ações e metas para o futuro, pautadas pela ideia de desenvolvimento sustentável. O texto integral encontra-se em <http://www.ecolnews.com.br/agenda21/>

Os vinte anos que vão de Estocolmo (1972) à nova conferência mundial sobre o meio ambiente, a Rio 92, foram marcados por sucessivos desastres ambientais com muitas vítimas. Ocorreram tanto nos países mais industrializados (por exemplo, os vazamentos radioativos nas usinas de Three Mile Islands, nos EUA, o de Chernobyl, na URSS, e o vazamento de gases tóxicos, em Seveso, na Itália), como nos em via de desenvolvimento (explosão de oleoduto da Petrobras em Cubatão com mais de quinhentos mortos, exposição dos moradores da cidade de Bhopal (Índia) ao vazamento de dioxinas – o chamado pó da China – da então Union Carbide, provocando vinte mil mortos) que despertaram o alarme na sociedade civil mundial. O tema da problemática ambiental voltou à carga no âmbito da ONU com o relatório Brundtland que lançou em 1987 as bases ainda difusas da ideia de um “desenvolvimento sustentável” (Brundtland, 1991). O novo conceito seria alvo de intensos debates, principalmente, durante e logo após a Rio 92, mas desbancará em nível institucional as propostas ecológicas mais radicais apresentadas anteriormente e será a coqueluche do começo do século XXI. Em termos de discurso, *sustainability*, ou **sustentabilidade**, se tornaria a palavra mágica que viabilizaria a salvação do planeta através de um conjunto de políticas públicas (ambientais, educativas, normativas) para a internalização do problema pelos consumidores e pelos agentes gestores da produção. E o que seria melhor, sem impedir o crescimento econômico.

Assim, dirimidas as diferenças, isoladas as minorias radicais, a questão ambiental finalmente pôde tornar-se, institucionalmente, um problema de primeira grandeza mundial, a partir da segunda metade da década de 1990. O lançamento da **Agenda 21** e a criação pela ONU com recursos do Banco Mundial do Global Environmental Facility, um instrumento para a gestão das políticas ambientais em nível mundial, permitiram a definição de marcos regulatórios que

foram negociados através de organizações intergovernamentais e dos estados nacionais. Os problemas da poluição da biosfera, do efeito estufa, do desmatamento, do aquecimento global, tornaram-se as pautas centrais das reuniões de todas as organizações, envolvidas com a governança global, e motivaram a realização de conferências mundiais específicas sobre esses temas como aquelas mais conhecidas sobre o debate do aquecimento global em Kyoto, em 1997, e mais recentemente em Copenhague, no ano de 2007.

Se o desafio ambiental foi internalizado de forma reflexiva pelos atores envolvidos com o problema que promoveram novos marcos regulatórios, também, rapidamente o foi pelas grandes corporações do capitalismo, que através de seu *marketing* corporativo tornaram-se ecologistas da noite para o dia. Empresas do mundo inteiro, proprietárias de um **passivo ambiental** gigantesco, como as petrolíferas, as petroquímicas, as siderúrgicas, as exploradoras de minérios etc., tornaram-se empresas verdes, limpas, comprometidas com o meio ambiente e a preservação da natureza. O programa de certificação de qualidade ambiental, denominado ISO 14000, tornou-se um selo necessário a qualquer grande corporação mundial, através do qual constroem uma propaganda “limpa” para o público leigo. O surgimento de um novo tipo de mercado, que se autodenominou “justo”, envolvendo consumidores verdes nos países do Norte e produtores “sustentáveis” nos países das florestas úmidas do Sul foi incorporado como mais uma variável de consumo corporativa, que encarece o valor do produto em troca de uma hipotética proteção à natureza e do pagamento de um preço justo aos produtores. Assim, atualmente, vende-se combustível limpo, inseticida inofensivo ao meio ambiente, móveis de madeira reflorestada, vestidos em pele e couro ecológico, perfumes de essências amazônicas cuja extração não exploraria o trabalho dos povos nativos da floresta.

Cubatão, o vale da morte da década de 1980, tornou-se repentinamente exemplo mundial de recuperação ambiental e atualmente ostenta o guará-vermelho como símbolo ecológico da

Passivo ambiental

É o nome que se dá ao conjunto de externalidades que uma determinada empresa realizou no decorrer de sua existência naquele local. Por exemplo, os custos com a degradação da qualidade da água, da vegetação das margens, da fauna de um rio, causados no decorrer de décadas pelo lançamento de efluentes tóxicos líquidos, aéreos e sólidos, por uma empresa siderúrgica.

cidade. Uma corporação como a Shell pode lançar anualmente um relatório sobre seu programa de mitigação de danos, sem que a opinião pública saiba sobre o desastre ambiental em seus campos de petróleo na Nigéria. Indicamos a leitura de *Other Report*, sobre os problemas ambientais, causados pela Shell, em todo o mundo: <http://www.slideshare.net/coletivocave/shellreport?from=embed>

Onde acaba a maquiagem e começa o dano real confunde-se, assim como se confunde a floresta com o jardim. O problema ambiental foi transformado em um grande negócio que envolve um sistema comunicativo corporativo, entrelaçado com os governos nacionais e com as mídias, uma academia financiada pelo capital para produzir gestores ambientais e impedir o debate amplo sobre o tema, um sistema jurídico que forma advogados para defenderem as empresas de crimes corporativos ao meio ambiente, causados por elas. Isto significa dizer que o meio ambiente foi internalizado pelo capitalismo não mais como um desafio para a sobrevivência do planeta, mas como mais uma variável produtora de mais capital.

Os marcos regulatórios internacionais, para a definição de metas para a redução de emissões de carbono, de nitratos, enxofre, ozônio e outros particulados na atmosfera, esbarram, antes de tudo, no problema do crescimento econômico. Os Estados Unidos da América, por exemplo, recusaram-se a assinar o chamado Protocolo de Kyoto, conjunto de metas para a redução futura de emissões aéreas, acordadas naquele grande encontro. Carregaram o ônus de perpetuadores da poluição mundial, mas nada garante que os outros países desenvolvidos consigam ou aceitem, na prática, forçar suas empresas e seus consumidores a diminuírem os níveis de consumo supérfluo da atualidade. Os certificados de redução da emissão de carbono, lançados pelas grandes empresas poluidoras, tornaram-se um papel comercializável nos mercados financeiros de todo o mundo. Uma determinada empresa emite um certificado em que reconhece sua externalidade e compromete-se a arcar com esse custo ao comprar uma área de floresta em outra região do mundo, que estaria sujeita ao desmatamento, para sua preservação, ou

seja, algo que já era proibido por lei, o desmatamento de uma área florestal torna-se objeto de comércio para permitir outra ilegalidade, a emissão de carbono por uma grande corporação.

Por outro lado, as políticas de redução de poluição que implicam a redução de consumo ou a transformação do processo produtivo, fato que requer tecnologia avançada e mão de obra especializada, portanto, com altos custos, são muito difíceis de serem assimiladas. Parece pouco plausível a um habitante de um país em desenvolvimento dizer-lhe que o seu sustento, que provém do trabalho que ele faz para um madeireiro e que atende a uma demanda fetichista de consumo de um habitante de outra região do mundo, não pode mais ser feito. Muito mais difícil então é convencer o representante político desse habitante que o meio ambiente não é um “problema”, que não é um “entrave” ao crescimento. Ou então, visto por outro prisma, é difícil convencer um habitante que apenas está ingressando neste mundo do consumo e iniciando a satisfazer necessidades materiais, às quais antes ele não tinha acesso e muitas delas, criadas artificialmente pela mídia, que ele deveria abdicar desse direito porque a festa está chegando ao fim. Isso se aplica em larga escala aos países emergentes, como China, Índia e Brasil, com populações imensas e, em grande parte, ainda fora do consumismo supérfluo, restrito às suas classes médias. À medida que a parcela mais pobre da população mundial for sendo gradativamente incorporada ao mundo do capitalismo, teremos uma explosão muito pouco controlável do consumo, cujos efeitos ambientais apenas começam a serem percebidos. Pequim, por exemplo, durante a Olimpíada de 2008, mostrou ao mundo um céu cinza que permanece permanentemente encoberto por uma espessa camada de poluição. Portanto, o controle dessa relação de demanda e produção ascendente será muito difícil de ser realizado somente de forma reflexiva, ou seja, através de um aumento da “consciência” da sociedade (PAHELKE, 1989).



Atende ao Objetivo 3

3. Por que a ideia de desenvolvimento sustentável pode ser aceita e internalizada pelos principais atores políticos globais, enquanto que as outras diversas propostas e soluções não o foram?

Resposta Comentada

Pelo menos, desde o relatório Brundtland, em 1987, o desenvolvimento sustentável foi uma alternativa pensada para se dar atenção à questão ambiental, ao mesmo tempo em que o capitalismo, ou o consumo, pudesse continuar se expandindo. Todas as outras vertentes da economia ecológica, tanto a social, a popular ou aqueles que fizeram o casamento da ecologia com o socialismo propunham uma redução nos níveis de consumo e o retorno a formas de sociabilidade menos capitalistas.

CONCLUSÃO

A verdade inconveniente de Al Gore não pôde ser apresentada por ele de forma clara. Nela, a inconveniência está no fato de que a sobrevivência da forma econômica em que vivemos, ou seja, da economia de mercado capitalista, depende, fundamentalmente, de sua expansão ilimitada. O que significa dizer que ela precisa continuamente criar, como disse Marx, novos fetiches; portanto, novas demandas, novas ofertas de consumo para muito além das necessidades básicas dos indivíduos. A verdade que Gore não pôde apresentar é que, para que não haja uma drástica redução forçada da população mundial num futuro próximo, seria necessário um tipo de economia ecológica para a salvação do planeta e não a aposta esquizofrênica num desenvolvimento sustentável que busca compatibilizar a ecologia (o equilíbrio) com o capitalismo (o crescimento). Essa ação em linguagem popular poderia ser definida como o ato de esvaziar com balde a água do barco furado. Mesmo que hipoteticamente o novo padrão de consumo global pudesse um dia se tornar absolutamente sustentável, fundamentado na ideia utópica de ser possível reciclar tudo aquilo que é consumido (no limite significaria alimentar-se dos próprios dejetos), ainda assim, o dispêndio energético empenhado no processo de reciclagem dificilmente seria sustentável para a quantidade de população projetada para o planeta. As estimativas para a fase de equilíbrio demográfico mundial no ano de 2050 são em torno de 12 bilhões de pessoas. A sustentabilidade implica um tipo de consumo minimalista e também uma demografia minimalista, mas o minimalismo não faz parte das premissas fundadoras da economia capitalista. Quanto ao genocídio programado, já tivemos tristes exemplos durante o século XX.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 2 e 3

Em que medida a entrada efetiva na sociedade de consumo global das populações dos países, tidos como emergentes, pode agravar o problema ambiental?

Resposta Comentada

Os principais países emergentes somam uma enorme população (mais de dois terços do total da humanidade) cuja maior parte ainda não tem muito acesso aos bens de consumo, produzidos pelo capitalismo. Na medida em que o consumo e a produção forem aumentando em curto prazo, sem a reestruturação total da infraestrutura existente e dos processos produtivos industriais, a tendência é a de um aumento imediato dos níveis de poluição ambiental em todo o globo terrestre.

RESUMO

O objetivo desta aula foi o de investigar em perspectiva histórica a institucionalização da problemática ambiental na economia capitalista do mundo contemporâneo, tanto no âmbito dos estados nacionais como no das organizações nacionais e internacionais não governamentais. Acentuamos o papel do expert para a legitimação do tema e o papel do ambientalista para sua visibilidade. Partimos

do debate científico original entre a economia neoclássica e a alternativa da economia ecológica e analisamos o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável como uma flexibilização das propostas econômico-ambientais alternativas, trazidas para o terreno do capitalismo adaptadas ao lema: “Crescer sem destruir”. Delimitamos, assim, como marco cronológico, a Conferência Rio 92 como o ponto de inflexão para a internalização do problema ambiental no conjunto da sociedade civil como um todo e sua efetiva transformação em política pública global, através da Agenda 21. Concluimos com a análise da sustentabilidade como sendo uma nova forma esquizofrênica de gestão da economia capitalista, pois uma persegue o equilíbrio e a outra, o crescimento.

Informação sobre a próxima aula

Na aula a seguir, apresentaremos uma série de temas contemporâneos que não apareciam como problema até o início da globalização: fundamentalismos, direitos humanos, diásporas.

Aula 11

Novos atores
globais e
“nova ordem
internacional”:
o mundo no
início do século XXI

Massimo Sciarretta

Metas da aula

Apresentar e avaliar as dinâmicas referentes à nova ordem internacional
brotada do fim da Guerra Fria.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os acontecimentos ocorridos nestas últimas duas décadas e analisar as respostas que a comunidade internacional soube lhes dar;
2. identificar as tentativas atuais de criação de novos equilíbrios entre os atores internacionais que levem em conta a transformação de suas relações de força;
3. reconhecer o conceito de "ordem planetária" à luz da globalização imperante e do declínio dos Estados-nações como único termo de referência no âmbito das relações internacionais.

INTRODUÇÃO

Após a queda do muro de Berlim, abriu-se um debate acirrado sobre a definição da nova ordem mundial, surgida das cinzas da “Guerra Fria”.

As análises feitas, logo após a derrocada do bloco socialista, pareciam fornecer muitas certezas sobre o novo mundo que estava brotando. Segundo a interpretação de autores como o norte-americano Francis Fukuyama, o campo das democracias capitalistas, liderado pelos EUA, estava livre para expandir para o mundo inteiro seu modelo de desenvolvimento, de modo que a História parecia ter chegado ao seu fim, com o triunfo das democracias liberais, potencialmente capazes de proporcionar o sonho kantiano da “paz perpétua”.

Os desdobramentos históricos dessas últimas duas décadas, todavia, mostraram que a História não havia chegado à sua conclusão.

O indubitável aumento de liberdade, alcançado pelo mundo com o fim da lógica bipolar, com efeito, proporcionou também uma maior precariedade geopolítica, abrindo caminho – na época da globalização econômica – para o fenômeno oposto da fragmentação política e da regionalização dos conflitos.

O abandono do pacto social que atrelava as nações menores às superpotências americana e soviética está criando colapsos generalizados, pontuando a passagem de uma forma de ordem para uma situação na qual o que prevalece é o desequilíbrio em escala planetária.

Do “vazio” geopolítico e ideológico, originado pelo fim do comunismo soviético, emergiram com virulência inesperada tendências nacionalistas e crenças religiosas que tinham sido sufocadas por muito tempo e que evidenciaram de forma gritante a falácia das teorias que destinavam aos EUA o papel de único gerenciador das questões internacionais.

Iugoslávia, Iraque, Afeganistão são apenas alguns dos epicentros de conflitos em que questões econômicas, políticas, nacionais e religiosas sobrepuseram-se, gerando um emaranhado quase impossível de se desembaraçar e que a atitude dos últimos governos norte-americanos – focada em reações militares sem a autorização dos órgãos internacionais ou até em “guerras preventivas” – contribuíram para complicar.

Aliás, mesmo a combinação de todos estes fatores autorizou alguns autores (primeiro entre todos, o cientista político americano Samuel Huntington) a vislumbrar a emergência de um novo choque ideológico após o confronto entre capitalismo e comunismo: o “choque de civilização” entre Ocidente e mundo islâmico, cujos sinais inquietantes seriam a primeira (1990) e a segunda (2003) Guerra do Golfo Pérsico e os ataques ao solo estadunidense de 11 de setembro de 2001.

Como assinala o analista José Luis Fiori, a tese de um inevitável colapso norte-americano não parece real à luz de sua indiscutível supremacia militar e de sua preeminência na cultura popular de massa. Todavia, é também verdade que a progressiva queda da credibilidade diplomática dos Estados Unidos (junto com seu evidente declínio econômico) desmentiu as teorias que ventilavam a instauração de um mundo unipolar, pautado no colosso norte-americano como eixo organizador das dinâmicas geopolíticas globais.

Por outro lado, a China, embora tornando a ocupar o espaço que é peculiar a um império e a uma cultura milenares, não parece ser capaz de assumir em breve prazo um papel de liderança mundial substitutivo ao dos americanos. Enquanto isso, finalmente, torna-se cada dia mais manifesta a impotência dos órgãos internacionais (Nações Unidas, Liga Árabe, Comunidade Europeia etc.) para dirimir as controvérsias e garantirem aquela estabilidade entre as nações pelas quais foram criados.

O fim da ordem bipolar, em suma, multiplicou, ao invés de reduzir, os lugares de tensão no mundo, numa época histórica de

crise em que – lembrando as palavras do cientista político Antonio Gramsci – “o velho está morrendo, mas o novo não nasceu ainda”.



Ordem internacional

Falar historicamente em ordem internacional implica ingressar no terreno da história política mundial. Se, para falarmos em história das relações diplomáticas entre as nações em busca de uma forma de ordenamento internacional, podemos remontar à paz de Westfália de 1648 – que acatou consensualmente os princípios de “soberania estatal” e “Estado nacional” –, é com o fim da Primeira Guerra Mundial que a esta se substituiu a história das relações internacionais, que alargou o objeto de estudo e modificou seu método.

Com efeito, a história das relações internacionais, nascida com a constituição da Liga das Nações, compreende o conjunto das interações entre atores internacionais que vão além da política *strictu sensu* e que são fruto também de fatores econômicos, demográficos, culturais e tecnológicos. Numa palavra: que são produto de dinâmicas mundiais que não são confinadas física e politicamente dentro dos limites estatais.

Justamente por se tratarem de dinâmicas extremamente atuais, o horizonte do historiador torna-se consideravelmente embaçado pela falta daquela justa distância temporal que torna toda prospectiva em seu conjunto mais clara.

Assim sendo, acreditamos que as interrogações (mais do que as afirmações) são as que podem nos ajudar a nos orientarmos no **mare magnum** dos acontecimentos internacionais em devir. Entre estas: quais são os episódios que comprovariam a adoção por parte

Mare magnum

Expressão latina (cuja tradução literal é “grande mar”) para indicar uma quantidade grande e desordenada de acontecimentos.

dos EUA de uma política pautada no unilateralismo e quais seus resultados? Quais as tendências alternativas para a construção de uma nova ordem mundial? Finalmente, ainda faz sentido falar em poder dos Estados-nações na época da globalização imperante?

1991 – 2011: a falência da política unilateral dos EUA

O sistema internacional, pautado no bipolarismo, embora ao custo de muitas guerras combatidas nos lugares “periféricos” e da arregimentação cruel dos sistemas políticos no interior dos dois blocos, havia possibilitado certa estabilidade planetária, com o fim dos conflitos armados diretos entre as grandes potências nacionais.

Como salientava o ex-conselheiro de segurança nacional da Casa Branca, Zbigniew Brzezinski, durante a Guerra Fria, todo problema de tipo local entrava no âmbito das negociações internacionais entre as duas superpotências, que se conheciam bem e respeitavam um princípio de responsabilidade global.

À conclusão daquele período histórico correspondeu a explosão de conflitos múltiplos e descontrolados, causados pela insurgência de reivindicações suprimidas durante meio século de confronto político-ideológico entre capitalismo e comunismo.

Foram – estas – definidas como “novas guerras”, isto é, conflitos com viés nacionalista, étnico ou religioso no interior de (ex-) formações estatais heterogêneas, presentes no continente europeu e asiático, assim como no território africano, muitas vezes combatidas entre exércitos irregulares formados por militares, paramilitares e mercenários que controlam porções de antigos “Estados falidos”, cujas instituições encontram-se em via de desintegração.

Mais um fator de instabilidade que germinou, após o término da divisão bipolar do mundo, foi a que o historiador Eric Hobsbawm chamou de “democratização dos meios de destruição massiva”.

Por sinal, durante a Guerra Fria, a ameaça apresentada pela detenção de armas atômicas por parte de outros países além das duas superpotências (França, Inglaterra, China e, a partir da década de setenta, Israel, Índia e Paquistão) resultava “esterilizada” pela lógica bipolar, que indexava qualquer tipo de ação independente fora do eixo Washington-Moscou.

O mundo saído da lógica bipolar, ao contrário, vê alastrar o número dos países-membros do chamado “Clube das Nações Atômicas”, desencadeando uma proliferação descontrolada das armas nucleares que, à luz da atual mudança dos equilíbrios geopolíticos mundiais, da regionalização dos conflitos e do aprimoramento tecnológico, pode se tornar letal, haja vista que choques também “periféricos” tornam-se potencialmente capazes de proporcionar efeitos destrutivos globais.

Como se isto não bastasse, a insurgência do terrorismo de matriz religiosa e/ou nacionalista abriu caminho ao fenômeno das chamadas “guerras assimétricas”, isto é, guerras nas quais – conforme as palavras do analista francês Alain de Benoist – “as partes em luta diferem em termos de porte, consistência e estratégias”. Guerras nas quais a assimetria está presente nos atores (de um lado, as estruturas “pesadas” dos Estados, do outro, grupos fluidos e transnacionais); nos objetivos (os terroristas sabem onde e quando atacar, enquanto os Estados não sabem onde e como responder); nos meios (uma vez que os ataques de 11 de setembro de 2001 mostraram a impotência de navios, bombas atômicas, aviões e mísseis perante a determinação de alguns suicidas armados de canivetes); na abordagem psicológica (de uma parte, homens que não têm medo da morte, da outra, um mundo que enxerga na vida individual um bem inestimável).

Nestas últimas duas décadas, diante deste cenário repleto de desafios novos e complexos, os Estados Unidos decidiram utilizar sua força preponderante com vistas a solucionar unilateralmente tais questões internacionais, continuando, portanto, a ocupar uma posição de **primus inter pares** no meio das nações mais influentes do planeta, embora se encontrando numa fase de evidente declínio econômico.

Primus inter pares

É uma expressão latina que significa “primeiro entre iguais” e aponta para alguém que, por ter mais autoridade ou experiência, exerce a coordenação no interior de um grupo composto por integrantes que se encontram em seu mesmo nível.

Com efeito, se o período dos novecentos foi definido como “século americano”, a virada do milênio pareceria mostrar que, junto com o século XX, também o predomínio do gigante norte-americano se foi.

As repetidas crises financeiras que tiveram nos EUA seu epicentro; os ataques terroristas que, pela primeira vez na história americana, violaram seu solo, envolvendo os estadunidenses numa “guerra assimétrica” que não conhece fronteiras nem exércitos; o forte endividamento com o colosso chinês; e, finalmente, o ritmo de crescimento bem aquém dos padrões do passado, colocam o país de estrelas e listras na condição de ex-superpotência todo poderosa.

Entretanto, fortes de uma supremacia militar ainda gritante, os EUA utilizaram sua “força de fogo” não apenas para garantir o equilíbrio mundial, mas também para defender a democracia em contextos em que parecia ameaçada, chegando até a se servir das armas para “exportar” as práticas democráticas ocidentais lá onde nunca tinham existido.

Fazem parte desta abordagem intervencionista norte-americana: a I Guerra do Golfo Pérsico, desencadeada, em 1991, pelo republicano George Bush Jr. contra o Iraque de Saddam Hussein, réu por ter invadido a nação vizinha do Kuwait; a “missão humanitária” levada adiante, em 1992, na guerra civil da Somália para a restauração da ordem após a dissolução de seu governo central; as ações conduzidas no Haiti, em 1994, pelo presidente democrático Bill Clinton para possibilitar a volta ao poder do presidente legítimo, Jean-Bertrand Aristide, destituído três anos antes por uma junta militar; a ação militar para garantir a independência da região do Kosovo, em 1999, contra a Sérvia de Slobodan Milosevic; a intervenção militar no Afeganistão, em 2001, com vista à desarticulação da cúpula da formação islâmica terrorista de “Al-Qaeda”, decidida pelo governo chefiado por George Bush Jr. como resposta ao ataque terrorista de 11 de setembro daquele mesmo ano; a II Guerra do Golfo Pérsico, em 2003, iniciada para derrubar o governo do ditador iraquiano Saddam Hussein, culpado de possuir armas de destruição massiva perigosas para a segurança mundial.



Figura 11.1: Alguns fotogramas da Guerra do Iraque.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Iraque

É bom ressaltar que parte destas ações foi viabilizada pela autorização da ONU. Todavia, o que é importante destacar pelo que nos aqui interessa é que, seja nas ações reconhecidas como legítimas internacionalmente, seja nas conduzidas apenas por uma “coalizão de voluntários” ou, quando muito, geridas no âmbito da organização militar dos países ocidentais (OTAN), os EUA recitaram o papel de protagonista absoluto com êxitos, na verdade, quase sempre contraproduativos para os equilíbrios geopolíticos mundiais.

De fato, os evidentes interesses geoestratégicos e econômicos americanos que estão por trás das razões humanitárias ou democráticas, junto a uma mal disfarçada equiparação do fundamentalismo islâmico ao mundo médio-oriental *tout court* na chamada “guerra ao terror” desencadeada após os ataques ao território americano de 2001, favoreceram a insurgência de sinais alarmantes que podem incentivar a interpretação de um choque em vigor entre civilização cristão-ocidental e mundo islâmico.

Choque de civilizações é também o título de um *best-seller*, publicado em 1996 pelo cientista político norte-americano Samuel P. Huntington, pautado numa tese de fundo: a que a cultura e as identidades culturais estariam na base dos processos de coesão, desintegração e conflitualidade que caracterizam o mundo pós-Guerra Fria.

Na interpretação histórica de tal analista, à medida que as civilizações diferentes da ocidental irão adquirindo mais segurança nas próprias capacidades e meios, acabarão recusando cada vez mais os valores impostos pelo Ocidente, criando conflitos para a supremacia que, começando nos lugares periféricos de contato entre as várias civilizações, serão destinados a alastrar-se até chegar a um choque frontal (“Neste mundo, os conflitos mais profundos, dilacerantes e perigosos não serão os entre as classes sociais, entre ricos e pobres [...] mas os entre integrantes de entidades culturais diferentes” (HUNTINGTON, 2010: 23).

A ideia da contraposição mundial entre civilizações, com o consequente deslocamento do eixo da conflitualidade das questões político-ideológicas para as questões relativas à religião, à etnia, à cultura, é uma das que mais permeou as mentes do bloco de ideólogos norte-americanos, chamados de “neoconservadores” (ou “neoon”), os quais forçaram as teses de Huntington para justificar a adoção de uma política americana extremamente agressiva e intervencionista.

Sucessivamente aos ataques de 11 de setembro de 2001, os *neoconservatives*, presentes nos lugares estratégicos do governo americano (começando pelo vice-presidente Dick Cheney), acabaram monopolizando a política exterior estadunidense nos longos e delicadíssimos anos de presidência de George Bush Jr., numa “luta colossal entre o bem e o mal” que conservava o gosto de uma verdadeira e própria “cruzada do novo milênio”.

Aproveitando a onda de emoções suscitada pela destruição das “Torres Gêmeas” por parte do fundamentalismo islâmico, os ideólogos neocon, fiéis ao mote “*peace through strenght*” (a paz através da força), tiveram jogo fácil em impor uma política agressiva

e unilateral, juntando suas ideias com os receios do radicalismo da direita cristã e os interesses dos *lobbies*, ligados à produção e ao comércio de petróleo e armamentos.

A ideia de atuar para impedir o declínio da civilização ocidental, guiada pelos EUA, agindo militarmente para prevenir novos ataques ou o surgimento de novos antagonistas globais foi, portanto, a política na base da estratégia da “guerra preventiva”, pautada na ação unilateral em defesa dos interesses estratégicos americanos e em desrespeito às opiniões e regras decisórias da comunidade internacional.

Os insucessos na Somália, no Afeganistão e no Iraque – onde à desestabilização ulterior do quadro político após a intervenção ocidental acrescentou-se um manifesto ódio antiamericano –, longe de ter solucionado o problema da ameaça terrorista, parece tê-lo, ao contrário, alimentado, assim apontando para a falência da ideia do unilateralismo norte-americano como propiciador de uma nova ordem mundial.

No próximo parágrafo analisaremos as dinâmicas que movem em busca de um novo equilíbrio internacional.



Atende ao Objetivo 1

1. Identifique os principais conflitos no contexto internacional do pós-Guerra Fria.

Resposta Comentada

Após a derrocada do bloco socialista, liderado por Moscou, a previsão de quem vislumbrava os pressupostos para um longo período de governabilidade mundial sob a égide do domínio unilateral norte-americano foram desmentidos por uma série de acontecimentos que deixaram o mundo numa fase de certo caos. O despertar de nacionalismos de matriz étnica e religiosa, abafados durante décadas, a proliferação de armas de destruição massiva, a emergência dramática do problema ambiental, as crises financeiras, a propagação do terrorismo são apenas alguns entre os tantos fenômenos que desestabilizaram o quadro político internacional e que mostraram à opinião pública a inviabilidade de um projeto de ordem mundial, pautado no unilateralismo estadunidense. Ainda mais ao considerarmos que – sobretudo após os ataques ao solo americano do 11 de setembro de 2001 – o governo dos EUA confiou à sua superioridade militar o papel de solucionadora das questões internacionais mais complexas.

Nova ordem mundial: o desafio da multilateralidade

Os acontecimentos, ora lembrados, assestaram um duro golpe às suposições de que os EUA pudessem, unilateralmente, solucionar os problemas mundiais. Entretanto, quais alternativas estão se delineando no cenário internacional?

Como sobressaído, o papel de ator principal, recitado pelos norte-americanos no pós-Guerra Fria, encontra uma explicação em seu indiscutível predomínio tanto no campo do *hard power* (poder militar), como no do *soft power* (hegemonia cultural).

Tal protagonismo internacional, todavia, remete também à “timidez” política de seus possíveis antagonistas globais, os quais até agora não souberam ou não puderam operar uma política internacional à altura de seu peso econômico e geopolítico.

Começando pelo ex-adversário histórico dos americanos no século XX – a Rússia –, a nação euro-asiática, mais do que projetada para uma ação política de amplo alcance, esteve atarefada em conter os muitos nacionalismos que dilaceraram a ex-URSS, após o fim do comunismo.

Os conflitos eclodidos na Geórgia, na Armênia e na Chechênia são apenas os mais significativos entre os proporcionados pela onda de nacionalismos sedimentados embaixo das cinzas do comunismo, durante setenta anos de russificação forçada. Nacionalismos que na Ásia Central – o “ventre baixo” da Rússia – se identificam também com a religião islâmica, em fase de expansão contínua e ameaçadora.

Por sinal, as miras hegemônicas da Rússia pós-comunista, focadas na tentativa de herdar o papel tido precedentemente pela União Soviética, têm de deparar com a ausência daquele cimento ideológico (o comunismo) e daquele contexto geopolítico que antigamente (com a força mais do que com o consentimento) tinham unido as populações de uma exterminada porção de território que se estende da Europa à Ásia, da Polônia à China.

Por outro lado, a União Europeia, que nasce, antes de mais nada, como uma organização que agrupa as nações europeias sob a égide da unificação econômica, mediante a criação de uma moeda única (o euro), não conseguiu até agora agir com uma política exterior unitária, capaz de lhe conferir um papel de protagonista na arena internacional.

Com efeito, embora o conjunto dos 25 membros da UE represente a primeira potência comercial do mundo e a terceira maior população global (com cerca de 500 milhões de habitantes), o prevalecimento dos interesses nacionais em detrimento do almejado “espírito europeu” não permitiu ao “Velho Continente” falar com uma

voz só nos assuntos de política exterior, condenando essa entidade supranacional à irrelevância.

A partir de 2004, a entrada em vigor da Constituição europeia sancionou o critério da unanimidade para as decisões de política exterior e de defesa, o que, se por um lado responde a um critério de democracia, visando também estreitar o vínculo entre os países-membros, por outro lado não resolveu o problema da eficácia decisória desta entidade.

Deste ponto de vista, a incapacidade em dar uma solução política à crise iugoslava (resolvida, mais uma vez, mediante a intervenção norte-americana) mostrou paulatinamente todos os limites deste projeto supranacional que para alguns não registra seu maior limite na falta de uma visão comum sobre as dinâmicas internacionais, mas sim na ausência de uma abordagem intervencionista e militarista. É esta última, por exemplo, a tese de um intelectual “neocon” americano, Robert Kagan, que, em 2003, escreveu um ensaio polêmico de grande sucesso (*Do paraíso e do poder*), no qual expressava a convicção de que o enfraquecimento do bloco ocidental se motivava pela atitude extremamente receosa dos europeus. A Europa, segundo ele, estaria trilhando um caminho pós-histórico, feito de negociações e cooperações, enquanto os EUA, conscientes da “natureza hobbesiana” do mundo, atuavam tendo em consideração o fato de o poder e a força terem sempre a última palavra.

Os fracassos da política exterior unilateralista dos Estados Unidos, juntamente ao seu redimensionamento econômico, proporcionaram uma lenta, mas gradual, erosão da hegemonia mundial do país de estrelas e listas também no próprio continente americano, onde uma porção muito relevante da América Latina já não pode ser mais considerada parte do “quintal de casa” dos Estados Unidos.

Neste sentido, a criação, em 1991, do Mercado Comum do Sul/Mercosul (uma união aduaneira entre quatro países da América do Sul: Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, mas que envolve como

nações associadas ao bloco praticamente toda a região meridional do continente) representa um marco importante na tentativa de resposta ao domínio comercial e político, exercido no continente por Washington, até o fim do século XX.

No limiar do novo século, a conjuntura política latino-americana viu fortalecer esta tendência, uma vez que chegaram ao governo formações de esquerda mais (Venezuela, Bolívia) ou menos (Brasil, Chile, Argentina) radicais, mas, de qualquer forma, todas voltadas para uma maior independência econômica e política em relação aos EUA.

Já no caso do Brasil, dono de uma extensão territorial equivalente à dos EUA, bem como de riquezas naturais e recursos humanos imensos, a tendência a médio período parece ser de cada vez mais rivalizar de igual para igual com os Estados Unidos pela supremacia geopolítica desta área.

Se não há como negar o progresso geopolítico desta região do mundo, definida pelo sociólogo Frances Alain Rouquié como “Extremo Ocidente”, é, todavia, no outro extremo do globo – na parte oriental – onde estão se manifestando os sinais mais inequívocos do surgimento de atores globais capazes de disputar a liderança mundial com os EUA.

A “emergência do Oriente” como ator mundial de primeira grandeza é um tema que, provavelmente, daqui a algumas décadas será apontado pelos historiadores como o acontecimento mais significativo da época contemporânea.

Por tal motivo, a esse assunto foi dedicada uma aula específica deste curso, à qual se remete para analisar mais de perto sua fenomenologia e seus desdobramentos.

O que nos cabe relevar aqui é que, dentro do contexto asiático, o dragão chinês pós-maoísta embarcou numa trajetória pragmática de desenvolvimento econômico e comércio global que o transformou de tigre de papel em séria ameaça à hegemonia ocidental, com desdobramentos inevitáveis não apenas no tocante

ao aspecto econômico, mas também na esfera das relações políticas internacionais.

Fiel ao mote do líder que levou adiante a desideologização do comunismo maoísta (Deng Xiaoping), segundo o qual “não importa que o gato seja branco ou negro, desde que apanhe os ratos”, a China impôs sua política de modernização, enfocada num pragmatismo que muito concedia à modernização econômica e nada dava aos direitos civis e políticos, criando um sistema que conjuga capitalismo e autoritarismo.

Era 1816 quando Napoleão, depois ter lido o relatório de viagem do primeiro embaixador inglês na China, preconizou com quase dois séculos de antecedência: “O mundo começará a tremer quando a China despertar”.

A modernização chinesa – com o aumento da produtividade agrícola, a dotação do parque industrial de tecnologias de ponta, o aprimoramento do acervo científico e tecnológico, e a criação de forças armadas modernas e preparadas – assinala que o dragão chinês despertou.

Todavia, a classe dirigente da República Popular da China mostra-se por enquanto privada daquele deslanche ideológico que empurrou os norte-americanos a atuar no contexto internacional destas últimas décadas com o papel de “gendarme do mundo”.

Mais do que imitar a atitude intervencionista dos norte-americanos neste último período histórico, Pequim parece estar seguindo uma trajetória muito similar à que os EUA trilharam no início do século passado, quando de seu incrível crescimento econômico, pautando-se numa política externa isolacionista.

Por sinal, após ter reconquistado a plena soberania sobre a ex-colônia britânica de Hong Kong e o ex-território português de Macau, a China aparece mais interessada na busca da independência energética e na afirmação do princípio de “não ingerência” nos seus assuntos regionais (como demonstram os acontecimentos atrelados ao Tibete e à ilha de Taiwan) do que interessada numa política de supremacia militar.

Isto até quando o dragão chinês conseguir ampliar sua influência, sem precisar das armas, alastrando – como está fazendo – seu domínio mediante uma expansão econômica que, da região asiática, se propaga até contemplar os mercados africanos e da América Latina, onde já agora atua como primeiro parceiro comercial.

Por tal motivo, em curto prazo nos parece que a China, mais do que substituir o unilateralismo americano pelo seu, poderá exercer um papel de contrapeso ao poder estadunidense, assumindo desde já um papel de coprotagonista no âmbito da comunidade internacional.

Esta reflexão introduz-nos ao tema do multilateralismo como tendência histórica destes últimos anos para a gestão e a solução dos assuntos internacionais.

Por sinal, a complexidade dos problemas, a interdependência entre as várias regiões do mundo e, finalmente, a ausência de uma nação capaz de se destacar consideravelmente das outras ao ponto de exercer a sós o papel de garantidor da ordem mundial, empurram para a necessidade – cada vez mais sentida – de um governo colegial das questões mundiais.

Como enfatizou o cientista político Ian Clark, o multilateralismo representa hoje um verdadeiro e próprio “princípio constitucional” da ordem internacional.

Quais, então, os protagonistas deste multilateralismo?

Segundo o economista José Luis Fiori, as relações econômicas entre República Popular Chinesa e EUA, respectivamente maior credor dos EUA e maior importador de produtos *made in China*, sobressaem à existência de uma codependência que alimenta a hipótese de uma “fusão financeira” entre os dois gigantes do Oriente e do Ocidente, mais do que a de um choque frontal.

Com efeito, Pequim, que em 2010 totalizou mais de 250 bilhões de superávit na relação comercial com Washington, possui também 21% da dívida externa dos EUA, além de deter 25% das reservas monetárias mundiais (a maioria em dólares).

Tal situação, longe de se limitar apenas ao aspecto econômico, poderia concernir também à esfera da diplomacia internacional, apontando (mais do que a uma nova divisão bipolar do mundo, como na época da Guerra Fria) para a criação de um G-2, isto é, de uma diarquia no governo do mundo.

Se – de acordo com Giovanni Arrighi – estamos assistindo a uma transição hegemônica da economia mundial dos EUA para o Oriente, uma variante ao G-2 sino-americano poderia brotar no âmbito do próprio bloco regional oriental, prefigurando o surgimento de um verdadeiro e próprio “século asiático”.

A tal respeito, a área que o economista indiano Jairam Ramesh apelidou de “Chíndia” (fonte de um crescimento econômico assustador e de uma população que, juntando China e Índia, constitui cerca de 40% da população mundial) poderia representar – junto com o Japão – o eixo em volta do qual irá se construir uma nova ordem mundial.

O historiador e jornalista polonês Ryszard Kapuscinski também reconhece que o eixo hegemônico mundial está se deslocando rumo à parte oriental do globo, proporcionando “a alvorada de uma nova civilização do Pacífico”, na qual ele, entretanto, compreende também os EUA, a Austrália e a Rússia, tendo seu fulcro na Califórnia, sede da revolução da informática e “extraordinário conglomerado de culturas, de religiões e de raças” (KAPUSCINSKI, 2009: 176).

Outros analistas, ao invés, assinalam na sigla “BRICS” (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) a “fórmula mágica” dos países que representam os futuros titulares do poder político internacional.

Alargando ainda mais o leque dos atores globais, o cientista político Fareed Zakaria utilizou a expressão “*rise of the rest*” (em português: “a ascensão dos restantes”) para enfatizar a convicção de o futuro pertencer às nações que não são membros do velho clube dos países saídos da Primeira e Segunda Revoluções Industriais e que coincidem em larga parte com a civilização ocidental de raça branca.

Estas teorias de política internacional parecem coincidir com o “diagnóstico”, realizado no começo do século passado pelo grande filósofo alemão Oswald Spengler, sobre o inexorável declínio da civilização ocidental em prol de outras culturas, haja vista o esgotamento do ativismo voluntarista e do espírito de conquista próprio do homem ocidental que haviam dominado o mundo por vários séculos.

Se Spengler tinha individualizado na eclosão da Primeira Guerra Mundial o sinal inequívoco do ocaso do mundo ocidental, para o filósofo espanhol Raimon Panikkar, o sucessivo processo de descolonização dos anos sessenta foi o que apontou para o mundo a emergência de novos atores globais. Entidades nacionais, surgidas das cinzas dos impérios coloniais e destinadas a liderar o mundo, fechando o ciclo da “idade europeia”, começado meio milênio antes e caracterizado pela hegemonia tecnológica, comercial e militar do “Velho Continente” e do Ocidente mais em geral.

Embora não haja dúvida quanto ao fato de a Europa e os EUA não gozarem hoje da mesma autoridade política de anos atrás, também a hipótese de uma nova ordem internacional que os relegue ao papel de entidades subordinadas parece – pelo menos a curto e médio prazo – francamente ilusório.

De maneira mais realista, ao invés, a socióloga Janet Abu-Lughod enxerga nas dinâmicas mundiais atuais as condições para a criação do que ela define como “equilíbrio relativo dos centros múltiplos” (ABU-LUGHOD, 1989: 370).

Uma situação que se reflete no alargamento do poder de gestão das questões econômicas e financeiras do antigo G7 (e depois G-8) para um grupo de nações – o “G-20” – que engloba todos os novos protagonistas da cena mundial.

Na opinião do sociólogo alemão Ulrich Beck, a ideia de os vinte maiores países do planeta administrarem não apenas as questões financeiras, mas também a *governance* global (além de expressar os mudados equilíbrios mundiais em devir), representaria a solução melhor por ser representativa dos interesses das várias

regiões do mundo em nível global e, ao mesmo tempo, restrita o suficiente para adotar decisões consensuais.

Se a ONU – que junta à Assembleia Geral representativa de todos os países do mundo um Conselho de Segurança formado pelas cinco nações vencedoras da Segunda Guerra Mundial (cada uma com poder de veto) – revelou-se, ao mesmo tempo, um órgão não decisório e não democrático, o mecanismo do G-20, portanto, parece estar correspondendo às exigências de construção de uma *governance* alargada para o século XXI.

Maior equilíbrio – é bom frisá-lo – não quer dizer por si só maior democratização das práticas de governo global, uma vez que dificilmente (numa interpretação menos idealista e mais pragmática) esta nova entidade atuará como algo a mais do que a mera soma dos vários interesses nacionais que estes países representam, no âmbito de problemas (salvaguarda do meio ambiente, crise financeira, terrorismo, pandemias) que, entretanto, interessam a todos.



Figura 11.2: Terceira reunião da cúpula do G-20, em 2009.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/G20>

Até este momento, analisamos os vários cenários internacionais, detendo-nos sobre os jogos de equilíbrio entre os vários Estados nacionais.

Entretanto, perguntamo-nos: ainda faz sentido falar em Estados Nacionais na época da globalização? Ainda são estas entidades surgidas no século XIX as que no século XXI administrarão o poder mundial? Se a balança do equilíbrio entre economia e política está claramente pendendo em favor da primeira, qual é o papel e qual o peso das grandes corporações multinacionais nas decisões políticas internacionais? Finalmente: pode-se falar ainda em Estados Nacionais na época da hibridação cultural e das diásporas proporcionadas pelo processo de globalização?



Atende ao Objetivo 2

2. Analise o papel desempenhado pelos novos atores do cenário mundial no que tange à possibilidade de uma governança mundial, em lugar da hegemonia americana.

Resposta Comentada

O novo século XXI viu a emergência de novos atores globais, começando pela China, protagonista de um incrível surto econômico que leva consigo desdobramentos também no tocante ao papel jogado pelo dragão chinês no âmbito diplomático internacional. Mas em geral, o crescimento também espantoso da Índia, junto à consolidada economia japonesa, faz pensar a um deslocamento do eixo hegemônico mundial do Ocidente para o Oriente, com implicações inevitáveis na ordem mundial internacional. Por outro lado, a expansão do Brasil, a incipiente recuperação da Rússia e o desenvolvimento da África do Sul autorizam muitos analistas a individuar na sigla BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) a alquimia dos países que representariam os futuros titulares do poder político internacional. O indubitável poder tido ainda pelos EUA e pela União Europeia, todavia, torna mais realista, em curto e médio prazos, a ideia de que a ordem mundial seja gerida de forma colegiada por uma série de países que encontram sua expressão mais significativa no grupo chamado de G-20.

Século XXI: o fim do Estado-nação?

Os fenômenos – iguais e contrários – da globalização econômica e da regionalização política estão colocando em xeque os conceitos clássicos da sociedade dos séculos XIX e XX. Entre estes: o conceito de Estado-nação.

Para o inglês Eric Hobsbawm, na era da globalização os Estados estariam progressivamente abdicando de sua função histórica, uma vez que a constante privatização de suas funções precípuas (saúde, previdência, escola) e a renúncia ao alistamento obrigatório minariam as bases desta entidade, pautada na coesão nacional e no monopólio da violência, favorecendo o minguar da participação política de sua população e a insurgência do separatismo e do terrorismo.

Já vimos como para o famoso cientista político Samuel Huntington seriam as cinco civilizações mundialmente mais

importantes (a chinesa, a japonesa, a ocidental, a islâmica e a hindu) – e não mais os Estados nacionais – as que lutariam pelo domínio mundial.

Com outro viés, embora com a mesma intenção, enfocada em redimensionar o papel dos Estados contemporâneos, coloca-se a interpretação do sociólogo Zygmunt Bauman.

Na opinião dele, o processo de “nacionalização das massas”, que havia transformado “os camponeses em franceses” (segundo uma famosa expressão do historiador Eugen Weber que poderíamos adaptar a qualquer nação) e os imigrados irlandeses em cidadãos americanos, estaria se invertendo, esfarelando as entidades maiores – os Estados-nações – considerados até agora a pedra de toque da idade contemporânea.

Para Bauman, com efeito, a globalização está proporcionando o declínio da ordem mundial, pautada na tríplice fórmula “Estado/Território/Nação”, sendo que território algum pode gozar mais da plena soberania estatal, por causa das limitações impostas pelos organismos econômicos supranacionais; e que, além do mais, é impossível pensar no conceito de unidade nacional em territórios caracterizados pela presença de “arquipélagos de diásporas”, filhos do vigoroso processo migratório favorecido pela globalização.

O cientista político norte-americano James Rosenau (*Governança sem governo*, 2000) parece fortalecer esta teoria ao interpretar o mundo atual como diante de uma bifurcação, na qual as características peculiares de um mundo só aparentemente caótico rivalizam cada vez mais com o mundo centralizado nos Estados, levando – conforme o sociólogo inglês Anthony Giddens (*As Consequências da modernidade*, 1991) – à constante erosão do poder das entidades nacionais em prol da formação de uma “sociedade mundial”.

Como já assinalamos por ocasião do capítulo sobre os efeitos da globalização, estaríamos assistindo ao que o pesquisador Richard O’Brien chama de “Fim da geografia” (*The end of geography*,

1992), com os controles nacionais e os espaços de soberania que se reduzem à medida que os processos de globalização do capital aceleram.

Na opinião de um dos mais conhecidos estrategistas empresariais, o japonês Kenichi Ohmae, à medida que

os quatro I de indústria, investimentos, indivíduos e informações, fluem sem obstáculos para além das fronteiras das nações, os conceitos-chave típicos do modelo de ordem mundial do século XIX, pautado essencialmente no Estado fechado, perdem progressivamente sentido (OHMAE, 1995: 11).

Guru

O termo “guru”, que vem do sânscrito e significa “professor”, é utilizado nas religiões orientais para indicar alguém que tenha profundo entendimento sobre alguma linha filosófica. Na linguagem corrente, tal termo é utilizado também para definir alguém ao qual é reconhecido grande conhecimento nos mais variados âmbitos do saber.

No julgamento deste **guru** das finanças, em lugar dos Estados, nos mapas geográficos do mundo globalizado estariam as entidades econômicas macrorregionais, delimitando as fronteiras reais do século XXI.

Tal análise coincide paradoxalmente com a realizada por um ponto de referência do marxismo contemporâneo, como o geógrafo David Harvey. Evidentemente, o que para Harvey é a forma de ser do imperialismo pós-moderno no âmbito de uma sociedade cada vez mais em via de fragmentação, para Ohmae é, pelo contrário, o produto virtuoso do processo tecnológico. No entanto, no que tange ao nosso discurso, os opostos igualam-se, uma vez que, para ambos, o Estado Nacional não seria mais a expressão máxima do poder do capital.

Nesta direção, de maneira original, os filósofos políticos Antonio Negri e Michael Hardt descreveram – partindo de uma visão neomarxista – as relações de força existentes na época da globalização na famosa obra intitulada *Império*.

Na consideração deles, o que emergiu do fim da Guerra Fria foi “uma nova ordem global, uma nova lógica e uma nova estrutura de poder”, pautada no declínio do conceito de soberania dos Estado-nações, substituídos por um sistema reticular de organismos nacionais e supranacionais que eles chamam de “império”. Um sistema político sem limitações que, contrariamente ao “imperialismo”

clássico, não estabeleceria centro de poder algum e nem se apoiaria em fronteiras ou barreiras firmes, expressando-se como aparelho de poder descentrado e desterritorializado, voltado a englobar o espaço mundial inteiro no interior de suas fronteiras abertas e em expansão contínua.

O “império”, na interpretação dos dois autores, seria representado por uma mistura das três formas tradicionais de governo (monarquia, aristocracia e democracia).

O vértice dessa estrutura seria monárquico, uma vez que a força militar é concentrada nas mãos de um único Estado (os EUA), enquanto o poder financeiro é centralizado em órgãos supranacionais, como o G-8, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. O componente aristocrático caberia às corporações multinacionais, enquanto, finalmente, o elemento democrático seria composto por uma base caracterizada por organizações não governamentais e não lucrativas.

Através dessa estrutura complexa, embora orgânica, o “império” acabaria se inserindo em todo aspecto da vida social e privada dos indivíduos, controlando “foucaultianamente” os corpos e as mentes das pessoas, com a força, mas também com o consentimento, confiando às ONGs (cujo nome remete erroneamente a organizações desvinculadas dos governos e pautadas em imperativos éticos e morais) a tarefa de predispor o terreno moral e psicológico pela sucessiva intervenção militar.

A interpretação de Toni Negri e de Michael Hardt é, sem dúvida, bastante sugestiva do caminho trilhado pelas novas relações internacionais.

De qualquer forma, sem necessidade de chegar a formular teorias de história universal com base em acontecimentos tão atuais, podemos afirmar que as organizações intergovernamentais, criadas já no pós-45 (FMI; BM; GATT, agora WTO), mas livres de manifestar seu poder de forma abrangente só a partir do fim da velha ordem bipolar, configuram a criação de uma ordem internacional, que não gravita mais exclusivamente em volta dos Estados-nações.

O fato de admitirmos a possibilidade de o sistema mundo deixar de ser apenas um acordo entre nações para se tornar algo que valorize e dê poder a fóruns supranacionais não implica o fim de países, culturas, etnias, nações. Pelo contrário, comporta sua reafirmação local, territorializada, simultaneamente ao nascer de uma sociedade civil mundial desterritorializada.

A União Europeia poderia ser colocada como exemplo paradigmático desse movimento de duplo sentido, só aparentemente contraditório, uma vez que o fato de haver uma força centrípeta impelindo para um desenvolvimento que vai ao encontro da lógica capitalista mundial não impede a existência de uma política operando em nível nacional e regional e a permanência das formas culturais locais.

Talvez, como salienta o historiador e jornalista polonês Ryszard Kapuscinski, cumprindo uma síntese que dá valor tanto às formações nacionais como às entidades que perpassam as fronteiras dos Estados, “o mundo futuro será o mundo dos grandes complexos econômico-estatais” (KAPUSCINSKI, 2009: 146).

Que esta seja uma boa ou uma má notícia para o nosso planeta e para os povos que o habitam é muito cedo para sabê-lo.

Para quem é interessado num processo de democratização das tomadas de decisões que dizem respeito à gestão de assuntos globais, de certo não tranquiliza a ideia de uma ordem global pautada mais uma vez na categoria de “potência”, uma ordem encurralada entre o nacionalismo de alguns países e o internacionalismo financeiro.

No entanto, partindo da consideração de Michel Foucault de que não há dominação sem resistência, a globalização está permitindo também a interconexão entre as várias realidades do mundo e a formação de uma sociedade civil mundial, uma “multidão” (utilizando o termo cunhado por Negri e Hardt) de sujeitos conscientes, um “conjunto aberto” que está tentando – entre avanços e recuos – buscar o caminho para a construção de um outro mundo possível.



Atende ao Objetivo 3

3. Analise os motivos do enfraquecimento das entidades estatais neste começo de século XXI.

Resposta Comentada

O crescimento evidente do poder de decisão das entidades econômicas e financeiras transnacionais, juntamente ao aumento exponencial do fluxo das interconexões mundiais, acarretou o paulatino enfraquecimento das entidades estatais que estão cedendo parte significativa de sua soberania e de seu controle sobre os membros da comunidade.

A constante privatização de suas funções precípuas no campo da saúde, da escola, da previdência; a renúncia ao alistamento obrigatório; os novos meios da tecnologia que fluem sem obstáculos para além de suas fronteiras; a miscigenação derivante dos imensos fluxos migratórios está levando ao esfarelamento da que até agora foi considerada a pedra angular da idade contemporânea: o Estado-nação. O que não pode deixar de ter consequências também no âmbito da nova ordem internacional.

CONCLUSÃO

O ano de 1989 registrou, junto com a queda do “muro”, o triunfo dos valores políticos e culturais do Ocidente, liderado pelos Estados Unidos.

Com o ocaso do sistema comunista soviético, os EUA apareceram ao mundo como a única nação politicamente e militarmente hegemônica, enquanto os valores da democracia representativa e do liberalismo econômico por ela deslanchados pareciam finalmente capazes de se alastrar por um mundo sem mais barreiras.

Com essa nova configuração mundial sob o signo da águia estadunidense termina o velho século XX e começa o novo milênio.

Todavia, o mundo saído da Guerra Fria – entre guerras atípicas e novos nacionalismos, terrorismo de matriz religiosa e fluxos migratórios gigantescos, problemas ambientais letais e crises financeiras arrasadoras – assinalou um nível de agitação impossível de ser liderado através do unilateralismo estadunidense, ainda mais em presença do progressivo declínio econômico dos EUA e da contextual emergência de novos atores internacionais de primeira grandeza.

Se a tendência histórica de médio prazo indica um futuro deslocamento do baricentro do poder não apenas econômico, mas também diplomático, do Atlântico para o Pacífico, a curto prazo, estes últimos anos do novo século XXI mostraram como China, Índia, Rússia, Brasil e uma Europa finalmente unida disputem com os norte-americanos a primazia mundial, gerando uma diversa gestão da comunidade internacional, pautada no multilateralismo.

Enquanto isso, o sempre maior peso ocupado pelos organismos internacionais financeiros nas decisões que concernem ao planeta mostra de forma evidente que os Estados-nações não representam mais o único termo de referência para se pensar no conceito de ordem global.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Com base nos autores analisados ao longo desta aula, faça uma análise sobre os possíveis rumos da nova ordem global.

Resposta Comentada

O cenário que se aproxima no âmbito das relações internacionais e da construção de uma nova ordem global encontra-se em aberto. Samuel Huntington vê surgir uma era caracterizada por choque de civilizações. Giovanni Arrighi faz simulações, e não só ele, para uma possível transição hegemônica da economia mundial dos EUA para a China e, mais em geral, o Oriente. José Fiori entende que as mudanças são aparências que não diminuem a supremacia econômica tecnológica e militar unilateral norte-americana. Já Kenichi Ohmae e David Harvey – embora chegando a apreciações opostas sobre o mérito da questão – conjecturam que a fase da hegemonia neoliberal norte-americana já passou e serviu para a chegada de uma nova forma de expansão capitalista não mais pautada no Estado-nação. Para Antonio Negri e Michael Hardt, finalmente, o que está em curso é a formação de um império global que não se reflete mais em um Estado e cujas fronteiras permanecem sempre abertas para englobar cada vez mais territórios, populações e poder.

RESUMO

Nesta aula, abordamos o tema da ordem internacional global após a queda do comunismo soviético.

Vimos como o mundo, longe de ingressar num período de “paz perpétua” sob o signo do triunfo do Ocidente, está vivenciando uma fase de certo caos.

Analizamos como a emergência de novos atores globais, juntamente ao declínio econômico dos EUA, está mudando a composição dos países que garantem e coordenam a nova ordem, proporcionando uma fase de abertura à decisão colegial (multilateral) das questões internacionais por parte dos países mais influentes do planeta.

Vimos, finalmente, como a globalização e o fim da lógica bipolar própria da Guerra Fria estão levando à progressiva redução do poder por parte das entidades nacionais em favor de organismos transnacionais.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, intitulada “Fundamentalismos, diásporas, multidões: o outro lado da globalização”, analisaremos a nova ordem global vista pela base da pirâmide e sua contestação – em alguns casos pacífica, em outros violenta – às tendências imperantes atualmente.

Aula 12

Fundamentalismos,
migrações,
multidões: o
outro lado da
globalização

Massimo Sciarretta

Metas da aula

Apresentar e analisar fundamentalismos, migrações e multidões como alguns dos aspectos socioculturais mais marcantes da época atual, entrevendo estes como fatores não dominantes, mas potencialmente capazes de influenciar as dinâmicas históricas como um todo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar os enormes fluxos migratórios das últimas décadas, determinados pelo constante aumento demográfico das áreas mais pobres do planeta e pela consolidação dos processos globalizatórios;
2. identificar a evolução do fenômeno religioso no mundo globalizado, com atenção particular para o papel desempenhado pelos movimentos de cunho fundamentalista;
3. avaliar os diferentes tipos e modelos de resistências locais e globais ao avanço do capitalismo em sua fase mais adiantada.

INTRODUÇÃO

No capítulo precedente, analisamos as dinâmicas mundiais com relação à nova ordem mundial, brotada do fim da Guerra Fria, concentrando nossa observação sobre as relações internacionais entre entidades estatais, internacionais e supranacionais.

Entretanto, para quem acredita na força transformadora dos processos sociais, não há como não aprofundar também alguns aspectos que vêm de baixo e que influenciam o curso da História, tanto quanto as decisões tomadas pelas classes dirigentes nas suas salas de comando.

Um desses tem a ver, evidentemente, com o surto do fenômeno migratório que protagonizou o cenário mundial de alguns anos para cá.

Nas últimas décadas, o aumento, por um lado, dos desequilíbrios econômicos e demográficos entre as várias partes do planeta e, por outro lado, das trocas comerciais, da circulação das informações e da possibilidade de se locomover mais rapidamente, engendraram um aumento incrível das migrações. Trata-se de um fenômeno, evidentemente, carregado de uma série infinita de implicações sociais, culturais, econômicas etc., no âmbito do mais amplo processo de formação de uma sociedade mundial.

Outro fenômeno social fortemente impactante para os desdobramentos mundiais diz respeito à religião.

Com efeito, durante os anos noventa, os conflitos étnicos, secessionistas e as guerras civis pareciam se caracterizar como a maior ameaça à ordem internacional.

Entretanto, os acontecimentos dos últimos anos parecem desmentir as previsões dos que vislumbravam o declínio das crenças e das práticas religiosas numa sociedade cada vez mais marcada pela secularização dos estilos de vida.

Apesar da secularização e da modernização, ao contrário, o elemento religioso permanece ainda como a referência cultural por excelência de boa parte do gênero humano, também à luz da crise dos regimes comunistas, que abriram novos espaços para o proselitismo religioso. Longe de se limitar à esfera privada, todavia, a religião passou a reconquistar centralidade e importância na análise da conjuntura histórica, com particular atenção para a relação entre a instabilidade internacional crescente e o novo papel político das religiões, uma vez que as últimas décadas registraram o florescer de movimentos religiosos de cunho fundamentalista que, para alguns observadores, representariam a antessala de um inevitável “choque de civilizações”.

Por outro lado, se Francis Fukuyama havia projetado, com sua célebre frase, “o fim da História”, o advento de uma sociedade mundial, baseada no liberalismo político e econômico e legitimada através de uma linha evolutiva da humanidade que associa capital com ciência e tecnologia, desde meados da década de 1990, assistimos ao ressurgimento de lutas anticapitalistas, inicialmente de caráter local, mas que graças às novas tecnologias, como a internet, transformaram-se em lutas mundiais contra a globalização.

Que tipo de problemáticas traz o manifestar imponente dos fluxos migratórios?

Com quais características a religião reapresenta-se como elemento central das dinâmicas históricas?

Que capacidade de impedir o avanço das relações capitalistas em todo o âmbito da vida humana teriam os novos movimentos sociais mundiais de contestação?

Estas e outras perguntas, evidentemente, não poderão ser aqui respondidas, mas esperamos que, ao fim desta aula, possa haver uma compreensão mais dialética e também holística das diferentes dinâmicas sociais em movimento atualmente no mundo.

Migrações e multiculturalismo: rumo a uma sociedade mundial?

Os últimos 150 anos da história da humanidade registraram uma ruptura no tocante aos ritmos de crescimento da população, cujos desdobramentos revelam-se revolucionários sob muitos pontos de vista.

Só para dar conta da imponentia do fenômeno, a população mundial que, durante 1.800 anos, crescera de 300 para 950 milhões, quase redobrou esse número ao longo do século XIX (chegando a 1 bilhão e 640 milhões). Já nos primeiros oitenta anos dos Novecentos, os habitantes da Terra tornaram-se o triplo do que no século anterior (4 bilhões e 460 milhões).

O ápice deste *trend* demográfico registrou-se nas três décadas que vão de 1950 a 1980, quando a população mundial passou de 2,5 para 4,5 bilhões, isto é, um número de seres humanos igual ao de todos os outros que haviam nascido até os 10 mil anos precedentes.

Como se fosse uma “revolução dentro da própria revolução”, a partir dos anos 1950, quem liderou o *boom* demográfico foram, pela primeira vez, os países das áreas do então chamado “Terceiro Mundo” (Ásia, África, América Latina), proporcionando um **hiato** cada vez maior entre “norte” e “sul” do mundo, não apenas em termos de riqueza, mas também no tocante ao comportamento demográfico.

Naqueles trinta anos, enquanto os países mais desenvolvidos registraram uma queda sensível do número dos nascimentos (que em alguns casos chegou ao “crescimento zero”, isto é, a um número de nascimentos menor ou igual ao de mortes, com um progressivo envelhecimento da idade média da população), as nações mais carentes do globo cresceram a um ritmo assustador, quer em razão da alta taxa de natalidade, quer à luz da taxa de mortalidade ter caído nesses países quatro ou cinco vezes mais rápido que a queda correspondente na Europa no período de seu maior aumento demográfico (no século XIX). Portanto, a partir do fim da Segunda

Hiato

Palavra que indica uma distância, um fosso, entre dois elementos.

Guerra Mundial, nos países em via de desenvolvimento, ocorreu uma sensacional explosão demográfica, considerada pelo historiador britânico Eric Hobsbawm “a mudança mais fundamental no breve século XX” (Hobsbawm, p. 2009, 338), uma vez que proporcionava uma evidente alteração nos equilíbrios mundiais cujos efeitos, todavia, só se tornaram perceptíveis com o advento da globalização.

Por sinal, estes últimos anos mostraram que a ideia de que a implementação dos espaços de livre-comércio corresponderia necessariamente à diminuição da pobreza revelou-se errada. Ao contrário, as tensões parecem destinadas a aumentar na periferia das principais diretrizes de interrelação econômica e nos países com estruturas políticas frágeis, apontando para a incapacidade de imprimir uma mudança política e um desenvolvimento econômico pacífico fora das áreas já desenvolvidas.

Conforme o historiador italiano Tommaso Detti,

como num gigantesco sistema hidráulico de vasos que o menor custo dos transportes e os processos de globalização renderam comunicantes, as regiões pobres da Terra jogaram seu superávit demográfico para as áreas mais ricas, que registravam um incremento da população mais baixo ou igual a zero (DETTI, 2002, p. 425).

Uma das consequências imediatas dessa combinação *boom demográfico/pobreza* foi, portanto, o novo crescimento dos fluxos migratórios, que chegaram a ultrapassar as próprias taxas da grande onda de migrações do começo dos Novecentos.

Tal novo fenômeno migratório, todavia, apresentava traços diferentes dos do século precedente.

Primeiro, porque os “Eldorados” onde encontrar fortuna, sucesso ou, simplesmente, uma vida digna mudaram, uma vez que às destinações clássicas EUA, Canadá e Austrália acrescentou-se a Europa, enquanto que antigas terras de imigração, como as da América Latina, transformaram-se em lugares de emigração.

Em segundo lugar, porque parte dos atores sociais dessas novas **diásporas** tinham um semblante diferente, uma vez que também novas populações (como as da China e da África) começaram a se espalhar para o resto do mundo. Se o número dos migrantes foi superior ao do começo do século XX (e com isto chegamos à terceira peculiaridade desse fenômeno no período aqui analisado), é também por causa da alta porcentagem de prófugos de guerra, oriundos dos mais distantes lugares da Terra, numa época de retorno à multiplicação e regionalização dos conflitos de várias naturezas.



Refugiados

O aumento da massa dos migrantes é também devido ao incremento do número de refugiados, entendendo-se com esta acepção referir-se às populações que escaparam ou foram expulsas de seu país de origem por causa de discriminações de cunho político, religioso ou racial.

Trata-se de um evento cada vez mais frequente ao pensarmos que atingir a população civil tornou-se um dos objetivos principais das guerras, proporcionando a passagem do número das vítimas não militares dos confrontos armados dos 5% da Grande Guerra para o mais de 90% de vítimas inermes nas guerras de Iugoslávia (1991-95) e Ruanda (1990-93).

O crescer do fenômeno convenceu a ONU, já em 1950, a criar uma entidade propositadamente voltada à tutela dos refugiados, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Diáspora

É um termo de origem grega que descreve as migrações de um povo o qual, obrigado a abandonar sua terra de origem, dispersa-se em vários lugares do mundo. É utilizado frequentemente como sinônimo da palavra “migração”, indicando o deslocamento de um grupo étnico ou religioso homogêneo.

Finalmente, enquanto os migrantes do século passado gozaram de certa liberdade de movimento por serem em boa parte incentivados pelos governos de territórios escassamente povoados que precisavam de mão de obra estrangeira, os protagonistas desta nova onda de deslocamentos em massa se chocam com as legislações restritivas dos países destinatários. Legislações (se pensarmos, por exemplo, nas normas sobre a imigração atualmente vigentes nos EUA e na Europa) que, não tendo o poder de barrar um fenômeno tão colossal, tornam uma parte considerável da imigração clandestina e ilegal, na maioria dos casos gerida por organizações criminosas. O que, de fato, gera o paradoxo de um mundo “globalizado pela metade”, glorificando a livre movimentação das mercadorias e condenando a circulação dos seres humanos, ou melhor, certa circulação.

Vimos, por sinal, como a maior mobilidade das pessoas é um tema que abrange todo o gênero humano, haja vista que os novos meios de transportes abateram de maneira significativa os tempos e os custos das deslocações.

Entretanto, como salienta de forma aguda o sociólogo Zygmunt Bauman, o dos deslocamentos é mais um tema emblemático das diferenciações entre globalizadores e globalizados na sociedade pós-moderna, uma vez que o “grau de mobilidade”, isto é, a liberdade de escolher onde estar, é o elemento que define as estratificações sociais e a distância entre “turistas e vagabundos”:

Os que vivem no “alto” estão satisfeitos de viajar pela vida, segundo os desejos do seu coração, podendo escolher os seus destinos de acordo com as alegrias que oferecem. Os de “baixo” volta e meia são expulsos do lugar em que gostariam de ficar [...]. Se eles não se retiram, o lugar muitas vezes é puxado como um tapete sob seus pés, de modo que é como se estivessem de qualquer forma se mudando. Se põem o pé na estrada, então seu destino o mais das vezes ficará na mão de outros; dificilmente será um destino agradável e o que parecer agradável não será opção. Podem ocupar um lugar

extremamente pouco atraente que abandonariam de bom grado – mas não têm nenhum outro lugar para ir, uma vez que provavelmente em nenhum outro lugar serão bem recebidos e autorizados a armar sua tenda (BAUMAN, 2010, p. 95).

Estreitamente correlato com o assunto das migrações, está o processo de espantosa urbanização que caracterizou muitos países em via de desenvolvimento.

Neste caso, todavia, diferente do que ocorreu nos séculos passados para os países economicamente mais desenvolvidos, “o fim da vida do campo” não foi determinado pelo efeito virtuoso da modernização e do crescimento, mas – ao invés – pelo constrangimento proporcionado pelas carestias e pelo atraso. Tratou-se, portanto, de uma “urbanização passiva”, o primeiro passo de uma mobilidade destinada, em muitos casos, a ultrapassar as fronteiras nacionais e que, todavia, não deixou de proporcionar um crescimento impressionante das principais cidades desses países, se é verdade que 17 das 20 cidades mais populosas do mundo, no fim do século XX, eram megalópoles do chamado “Terceiro Mundo”.

Nesse período, igualmente as grandes cidades do mundo opulento conheceram uma aceleração não apenas de seu crescimento demográfico como também de sua importância estratégica, que adquiriu um alcance comparável ao de verdadeiros e próprios Estados por volume de negócios, dinâmicas demográficas, sociais e culturais.

Com efeito, a emergência das “cidades globais” é o fruto de processos atrelados à globalização e à urbanização, haja vista que:

Na mesma medida em que se movimentam e dispersam as empresas, corporações e conglomerados, promovendo uma espécie de desterritorialização das forças produtivas, verifica-se uma simultânea reterritorialização em outros espaços, uma concomitante polarização das atividades produtivas, industriais, manufatureiras, de serviços, financeiras, administrativas, gerenciais, decisórias (IANNI, 2008, p. 210).

O caráter incontrollável e irreversível do fenômeno constitui para a opinião pública dos países economicamente mais avançados um problema complexo, que deu vida a reações diferentes no meio da sua sociedade.

Uma parte do corpo social dos países receptores de imigração enfatiza seus aspectos positivos, no tocante à esfera econômica e cultural. Com efeito, os imigrados revelam-se uma nova força-trabalho funcional para o desenvolvimento econômico, prontos a desempenhar funções não almejadas pelos homens da sociedade opulenta.

Além disto, o ingresso de populações, portadoras de novas culturas, é valorizado por alguns como uma contribuição ao surgimento de uma sociedade mundial pautada no multiculturalismo, isto é, no respeito e na convivência entre povos com diferentes valores, hábitos, religiões, maneiras de pensar.

Por outro lado, o porte dos fluxos migratórios comporta inevitavelmente problemas ligados ao menor controle do território, ao aumento de situações de ilegalidade e, em alguns casos, de criminalidade, insuflando numa parte da população autóctone sentimentos de desconfiança para com o “alheio”, que só é aceito a partir de sua plena assimilação à cultura da maioria. Uma desconfiança que tende à guetização e que às vezes se transforma em verdadeira e própria paranoia **xenófoba**, instilada pelo antigo receio ocidental dos “bárbaros às portas”, capazes de subjugar fisicamente sua civilização por serem maiores em número e vitalidade, sobretudo (como é no caso das populações de fé muçulmana) quando, além desses dois fatores, elas apresentam uma coesão cultural acentuada.

Xenofobia

Palavra composta (xenos, “estrangeiro” e phobos, “medo”) de origem grega que indica o “medo do diferente”. Um medo que pode dizer respeito à etnia ou à nacionalidade de pessoas oriundas de fora e que pode desembocar em verdadeira e própria intolerância e discriminação.

Para além de reações tão extremas, todavia, a das novas ondas migratórias permanece uma questão complexa, que põe a ideia de formação de uma “sociedade mundial” como possibilidade mais do que como certeza, para uma humanidade fisicamente cada vez mais próxima e, todavia, sempre mais em tensão entre choque e osmose. O que se percebe, sobretudo, quando o chamado

“comunitarismo” (isto é, o respeito para a identidade cultural de cada comunidade) entra em conflito com uma das pedras angulares das sociedades democráticas: o Estado de Direito, que sanciona a mesma legislação para todos, ultrapassando as fronteiras comunitárias.



Atende ao Objetivo 1

1. Identifique as peculiaridades da onda migratória que protagonizou a História mundial nessas últimas décadas, enfatizando suas especificidades positivas e negativas.

Resposta Comentada

A explosão demográfica das áreas mais pobres do planeta, na segunda metade do século XX, o alargamento da distância econômica entre essas regiões e as do mundo industrializado, e o agravamento das tensões políticas nas partes “periféricas” do globo acarretaram deslocamentos de massas imponentes que relembram os do século passado, embora se diferenciando quanto aos protagonistas e à atitude legislativa restritiva dos países receptores. Um dos resultados deste *trend* migratório é representado pelo aumento espantoso da urbanização não apenas nas

.....

idades dos países opulentos, mas também (e sobretudo) nos centros urbanos que se encontram na periferia das principais diretrizes dessa interrelação econômico-social. Também do ponto de vista cultural, esse novo tipo de coabitação entre culturas diferentes está causando efeitos culturais significativos e opostos, que vão do multiculturalismo à guetização, da aceitação à intolerância.

O fundamentalismo religioso no mundo globalizado

Nos últimos anos, o papel das religiões entrelaçou-se de forma vigorosa com os processos de globalização, deixando de interessar apenas à esfera interior e espiritual dos seres humanos para se tornar elemento de interpretação e transformação das dinâmicas político-sociais.

Em primeiro lugar, isto ocorreu porque – pelo menos no Ocidente – acabou a identificação geográfica das religiões, uma vez que os gigantescos fluxos migratórios permitiram a criação de formações religiosas (sobretudo de matriz islâmica e hindu) cada vez mais amplas em lugares onde, anteriormente, estas eram quase inexistentes.

Outro fator que determinou uma maior contiguidade entre as religiões foi o ativismo com o qual as duas maiores religiões do mundo por número de seguidores (o cristianismo e o Islã) perseguiram sua obra de proselitismo. O que determinou o alastramento da religião muçulmana bem além da esfera dos países onde é historicamente enraizada (países árabes do Médio-Oriente e da África do Norte, Ásia central, Indonésia e subcontinente indiano), enquanto o cristianismo deslocou seu eixo principal dos países industrializados para os países emergentes ou em desenvolvimento da América Latina e da África.

Tudo isto, inevitavelmente, corroeu o vínculo tradicional entre religião, pertencimento étnico-cultural e território, provocando, ao mesmo tempo, um fortalecimento da própria percepção cultural em pessoas que vivem em contato estreito com outros seres humanos, oriundos de culturas diferentes.

Por outro lado, a redescoberta da religião como “fato social” capaz de influir de forma marcante nos processos históricos encontra uma explicação também no processo de incrível modernização do planeta, possibilitado pelos progressos obtidos pela ciência e pela técnica.

Portanto, como contraponto firme e identitário a uma sociedade que – relembrando uma expressão pontual do sociólogo Zygmunt Bauman – aparece sempre mais “líquida”, recorre-se às raízes mais antigas e profundas, com resultados até agora pouco tranquilizantes, uma vez que – junto com as formas tradicionais e pacíficas de prática religiosa – registra-se o crescimento de religiões pautadas no radicalismo.

Com efeito, se, como vimos no na Aula 11 desse livro, os novos nacionalismos, surgidos no pós-89 e antigamente sacrificados à lógica bipolar, representam um fator de instabilidade no quadro internacional atual, outro fator potencialmente desestabilizador da ordem mundial – muitas vezes (é o caso da Chechênia e da Iugoslava) acoplado ao próprio nacionalismo – é caracterizado pelo retorno da religião ao palco mundial da História.

Como é sabido, uma das reviravoltas que fizeram com que muitos estudiosos considerassem a Revolução Francesa e a Revolução Industrial o marco zero da História contemporânea reside, justamente, na progressiva e inexorável secularização da sociedade moderna.

Com a eclosão da Revolução Russa e a instauração do sistema político socialista em territórios que abarcavam uma parte relevante da população planetária, tal fenômeno secularizador (que até aquele momento se considerava um fenômeno limitado ao Ocidente) acabou se propagando também na parte oriental do globo.

As convicções de quantos achavam ter definitivamente retirado a religião da vida pública de boa parte da população mundial, relegado-a ao âmbito da vida particular dos indivíduos, foram abaladas pelos acontecimentos ocorridos ao longo dos últimos anos, que tiveram seu momento mais impactante nos ataques dos quais foram vítimas o território e a população norte-americana, em setembro de 2001.

Desse ponto de vista, o poder unificador das ideologias do século XX deu lugar progressivamente a novos modelos de pertencimento, nos quais religião, cultura e poder territorial encontram-se intrinsecamente associados.

Com efeito, os sinais de alienação que insidiam as sociedades contemporâneas fornecem o **húmus** ideal para projetos políticos que encontram na comunidade local, pautada na fé ou na etnia comum, o “novo espaço de senso”, exaltando as identidades primárias contra o racionalismo e o materialismo.

Húmus

É uma palavra que indica a parte organicamente mais ativa e fértil da terra. Em linguagem figurada, este termo utiliza-se para indicar uma circunstância que favorece o brotar de alguma coisa.



Figura 12.1: O segundo avião da United Airlines prestes a bater contra a torre sul do WTC.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ataques_de_11_de_setembro_de_2001

De tal forma, a “religião dos consumos” chocou-se repentinamente com um processo que o sociólogo norte-americano Peter Berger chama de “dessecularização do mundo”, criando as premissas para uma nova linha de fratura – aquela entre modernização e tradição – que perpassa as fronteiras estatais e que se torna um fator ulterior de instabilidade.

Em definitivo, se for verdade que a fé voltou de forma preponderante ao palco principal da História, é também verdade que parece tê-lo feito ingressando pela porta errada da intransigência, de concepções que excluem o diferente, de atitudes que acabaram por gerar fundamentalismos de credo e latitude diversos, mas assustadoramente semelhantes na comum invocação ao Deus dos Exércitos, à prática da doutrinação, à indisponibilidade em confrontar-se com o outro.

Tal reflexão permite-nos introduzir o tema do radicalismo religioso.

As imagens dos atentados terroristas, das execuções sumárias, após os sequestros, e das proclamações de incitação à “guerra santa” contra os infiéis remetem o imaginário coletivo dos ocidentais ao fenômeno do fundamentalismo de matriz islâmica. Entretanto, tal fenômeno político-religioso concerne a uma realidade bem mais ampla, compósita e heterogênea, presente (embora em forma bem minoritária) em todas as três religiões monoteístas e também no hinduísmo, as quais – é bom frisá-lo – chegam, se somadas, a abranger mais de dois terços da humanidade mundial.



O fundamentalismo religioso

O fundamentalismo é a atitude que coloca ênfase na necessidade de um retorno aos “fundamentos” da religião, através de uma interpretação literal dos textos sagrados (dependendo da religião:

a Bíblia, o Evangelho ou o Alcorão) e da aplicação integral de seus mandamentos à vida pública e privada, com desdobramentos na política, na sociedade, na cultura etc.

Os movimentos fundamentalistas consideram-se os legítimos depositários da Verdade religiosa originária, corrompida pelos processos de modernização.

Fortemente intransigente com os ateus e com os adeptos de outras religiões, o fundamentalismo emerge com força no século XX, a princípio como termo utilizado por alguns grupos de protestantes conservadores norte-americanos que se reconheciam nos “*fundamentals*”, uma coleção de textos da Bíblia que devia constituir a base para a renovação espiritual da sociedade contra toda forma de corrupção, causada pelo processo de modernização e secularização.

No âmbito islâmico, os primeiros a utilizarem este termo foram os “Irmãos Muçulmanos”, nascidos no Egito, na década de 1920, por iniciativa de Hassan al-Banna, com o intuito de reagir à ocidentalização da sociedade em nome da adesão total aos preceitos do Alcorão, na pretensão de unir toda a comunidade do Islã (a chamada *Ummah*) sob um único guia, o *califa*. O fundamentalismo hebraico, ao invés, encontra sua gênese já antes da construção de um Estado que abrigasse os judeus. Na verdade, os movimentos ultraortodoxos hebraicos caracterizavam-se por sua aversão à ideia da volta à “Terra Prometida”, viabilizada pela decisão dos homens e não pela vontade de Deus, interpretando a *Shoah* como punição divina pelos pecados de secularização e sionismo, atrelados à construção do Estado de Israel.

Entretanto, após a vitória sobre os países árabes, em 1967, e a conquista de Jerusalém, da Cisjordânia, das colinas de Golã e da Faixa de Gaza, o radicalismo hebraico – também influenciado pela onda de orgulho nacionalista que isto proporcionou – passou a interpretar a vitória como um sinal divino, colocando no centro de seu integralismo a defesa da terra da Palestina como sagrada e inteiramente hebraica.

Por sinal, existe um fundamentalismo protestante, que olha com muita desconfiança para o Islã e que luta contra as teorias evolucionistas e contra a prática do aborto; existe um fundamentalismo católico, firmemente contrário às inovações litúrgicas e – sobretudo – sociais introduzidas pelo Concílio Vaticano II, em 1965. Existe também um fundamentalismo judaico, opositor ao diálogo com o mundo árabe e contrário a reconhecer qualquer direito a outros povos sobre a terra de Palestina. Finalmente, há um fundamentalismo hindu, favorável à manutenção das divisões em castas e adverso às minorias muçulmanas e cristãs presentes no país indiano.

Todas estas formas de radicalismo, além de agirem na sociedade, acabam tendo uma maior ou menor influência nas escolhas dos governos das nações em que eles estão presentes. Representam um exemplo disto a ação “do bem contra o mal”, desencadeada pelos EUA de George Bush Jr. após os ataques de 11 de setembro de 2001; o evidente recuo no processo de paz com o povo palestino, durante o governo do líder israelense conservador Ariel Sharon; a extrema conflituosidade entre Índia e Paquistão, alimentada por uma mistura de fanatismo nacionalista e religioso de parte de ambos os países.

Entretanto, o fundamentalismo que nesses anos acabou tendo maior “visibilidade e eficácia” foi, indubitavelmente, o de matriz islâmica, uma vez que ficou atrelado a episódios de terrorismo que causaram a morte de milhares de pessoas, tais quais: a destruição

das Torres Gêmeas, em Nova Iorque (2001), os atentados na rede ferroviária de Madrid (2004), ao metrô de Londres (2005) e na cidade de Mumbai (2008).

A maioria dos movimentos radicais islâmicos expressa seu fanatismo sem, por isto, chegar a adotar o uso das armas. Entretanto, o fato de muitos destes movimentos não condenarem o recurso à arma do terrorismo, de louvar a “Guerra Santa” contra os infiéis (governos árabes corruptos, Ocidente, Israel) e de ter uma conotação mais marcadamente transnacional, coloca-os aos olhos da maior parte da opinião pública mundial como uma “Internacional do Terror”, desestabilizadora da ordem global.

Se, como vimos, o radicalismo islâmico começa na década de 1920, no Egito, é só no final do século que o fenômeno adquire conotações políticas capazes de incidir nas dinâmicas mundiais.

Com efeito, após a fase da descolonização – guiada pelas elites burguesas nacionais laicas e modernizadoras formadas, em sua maioria, nas escolas ocidentais –, vários acontecimentos sinalizaram o crescimento de movimentos de cunho pan-islâmico e radical que juntavam religião e política.

Nesse sentido, o primeiro desses acontecimentos, o surgimento, em 1979, da República Islâmica do Irã, representa para alguns historiadores o marco zero de uma revolução, destinada a ter reverberações de porte comparável a das Revoluções de 1789 e de 1917, haja vista que:

Se os jacobinos consideraram-se como republicanos romanos, e os bolcheviques preocuparam-se em reiterar ou, talvez, antecipar vários eventos da Revolução Francesa, os revolucionários muçulmanos entreveram no surgimento do Islã o modelo a ser seguido e empenharam-se na luta contra o paganismo, a opressão e a autocracia, com vistas a estabelecer, ou melhor, restaurar, uma ordem islâmica autêntica. [...] Seja a revolução francesa, seja a revolução russa, suscitaram ecos imensos e exercitaram uma influência

enorme no mundo europeu e cristão como um todo [...] Sentimentos análogos foram expressos, com palavras talvez diferentes, pelos observadores muçulmanos da revolução iraniana (LEWIS, 200, p. 3-4).

Com efeito, a revolução que, em 1979, derrubou o xá Reza Pahlevi deu vida pela primeira vez, em época contemporânea, a uma teocracia, isto é, um sistema político em que o poder era exercido por uma casta sacerdotal, liderada pelo *aiatolá* ("guia religioso supremo") Ruhollah Khomeini. O que se tornou um exemplo vivo e concreto para todos os seguidores mais radicais da lei islâmica, em busca da união de toda a comunidade do Islã sob um único *califa*.

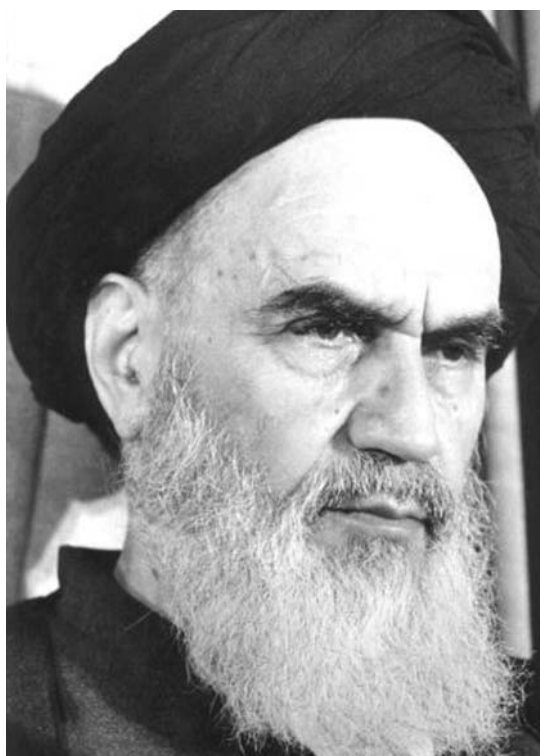


Figura 12.2: O líder da República Islâmica do Irã, o aiatolá Ruhollah Khomeini.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ruhollah_Khomeini

Sucessivamente a este acontecimento tão marcante, outros se seguiram, tais quais: a ação de resistência guerrilheira afegã com forte conotação religiosa, após a invasão soviética do país, em 1979; o crescimento do radicalismo islâmico no Paquistão em consequência da sempre maior tensão com a Índia; o assassinato, em 1981, do presidente egípcio Anwar Sadat, por mão de uma facção saída da "Irmandade Muçulmana", o grupo *al-Jihad*; o crescimento do consenso popular, na Palestina, em volta do grupo integralista islâmico *Hamas*, criado em 1987 à luz dos insucessos diplomáticos no tocante à questão da divisão do território disputado entre israelenses e palestinos; a chegada ao poder no Afeganistão, a partir de 1996, dos talibãs (literalmente: "estudantes" das escolas alcorânicas), que controlaram boa parte do país, impondo um regime intolerante e obscurantista, e dando abrigo aos mais perigosos grupos terroristas; até chegar, finalmente, aos ataques terroristas, perpetrados pela formação terrorista de *Al-Qaeda* ("A Base"), que sacudiram o Ocidente entre 2001 e 2005, colocando a questão do fundamentalismo islâmico no centro das atenções mundiais.

Por que o fundamentalismo islâmico ganhou tanto vigor nestas últimas décadas?

Em parte, o crescimento do integralismo islâmico responde a tendências locais, isto é, próprias do mundo árabe, estreitamente correlatas com situações de descontentamento com regimes políticos corruptos e despóticos que não garantiam e não garantem progresso econômico nem sequer liberdades democráticas às suas populações.

Neste sentido, conforme o sociólogo francês Bruno Etienne (autor de *l'Islamisme Radical*, 1987), o radicalismo destaca-se por sua conotação sociopolítica, constituindo a religião de Maomé a alavanca para apontar às populações uma saída da subjugação e do atraso socioeconômico.

Permanecendo no âmbito do mundo médio-oriental, o fundamentalismo islâmico representa também uma resposta visceral às frustrações sofridas ao longo de várias décadas pela malograda solução da questão árabe-israelense.

Sem dúvida, no crescimento deste fenômeno pesa a intromissão político-militar constante dos ocidentais nos territórios árabes. Uma intromissão (só para nos atermos à época contemporânea), antes manifestada através da agressão colonial imperialista e que depois prosseguiu mediante a relação estreita com o Estado de Israel, o apoio a governos despóticos da região árabe, a construção de bases militares e o desencadeamento de guerras que alimentam as teorias dos que assopram sobre o fogo do choque de civilizações, vislumbrando uma “nova época de cruzadas”.

Finalmente, o fanatismo islâmico revela-se também o efeito de uma reação cultural à propagação de mercadorias, estilos de vida e hábitos ocidentais, definida pelo cientista político inglês Gerald Segal como “Coca-colonization”, evidentemente aumentada sensivelmente com o fim da Guerra Fria e o incremento do processo de globalização.

De acordo com o cientista político Samuel Huntington, o grande desentendimento com relação ao mundo islâmico foi o de equiparar a ocidentalização no âmbito das tecnologias e de alguns hábitos de consumo com a aderência aos valores do Ocidente *tout court*. O que – ao contrário – não ocorreu, engendrando numa “westernização” que não corresponde por si só à modernização e à secularização, uma vez que o Islã é a religião que com mais força se opõe a tais processos.

O Islã radical encontra um cimento muito forte não na doutrina (geralmente muito simples), mas na contraposição fiel/infiel, encarnada de forma simbólica pelo opressor colonial ocidental e por seu bastião no Médio-Oriente: o judeu. Aliás, mesmo a simplicidade de seus preceitos é a que favorece a adesão por parte de um número cada vez maior de indigentes, uma vez que “todo o essencial para ser muçulmano é declarar de sê-lo e praticar os cinco pilares da fé, o que não demanda preparação intelectual alguma” (KAPUSCINSKI, 2009, p. 110).

O Islã torna-se a religião mais próxima das populações mais carentes, também porque desenvolve uma função substitutiva dos Estados no âmbito da instrução, haja vista que, nos vilarejos mais afastados, as *madrassas* (as escolas corânicas) são o único ponto de referência educacional, com as crianças recolhidas em volta do fogo escutando o mestre (o *Ulemá*) que lê o Alcorão, do qual aprendem a ler e escrever. E todas estas características tornam-se ainda mais significativas ao pensarmos que o Islã, além de se espalhar pelo mundo, através da emigração de seus seguidores para os países mais ricos do planeta, está vendo crescer seu número de forma gritante, em virtude do incrível dinamismo demográfico da população em que a religião muçulmana é enraizada.

Se o cristianismo (juntando as quatro vertentes principais do catolicismo, do protestantismo, da ortodoxia e do anglicanismo) ainda se mantém como a religião professada por quase um terço da população mundial, estas últimas décadas da época contemporânea assinalariam, portanto, a futura ultrapassagem por parte dos adeptos da fé muçulmana.

De tal forma, o Islã, além de ter potencialidades para aglutinar em volta de seu credo o maior número de fiéis do mundo, está se tornando também “a religião dos pobres”, com óbvias implicações mundiais, uma vez que a globalização – ampliando cada vez mais a distância entre ricos e pobres do planeta – proporciona o aumento do número de aderentes às correntes mais radicais desta fé.

Tais grupos radicais – segundo o cientista político Gilles Kepel (*Jihad Expansion et Déclin de l'Islamisme*, 2000) – ganham posições em detrimento dos seguidores mais moderados de uma religião em si pacífica, através de uma dupla estratégia. Por um lado, estes movimentos levam adiante uma disputa pela conquista de posições de vértice na política e no interior da própria religião muçulmana, indo da eliminação física dos rivais até os atos de terrorismo; por outro lado, desempenham uma ação social de assistência e escolarização de baixo para cima, com o intuito de instaurar uma identidade religioso-cultural coletiva.

Segundo o historiador Bernard Lewis, uma das explicações para a que poderíamos chamar de “deriva integralista do Islã” reside no fato de a religião muçulmana não ser concebida como um segmento na vida de cada um, separado do resto dos acontecimentos políticos e sociais, representando – ao contrário – um “todo”, ou melhor, “o todo”. Uma consideração que se apoia na essência da própria religião islâmica, a qual não contempla a distinção entre Estado e Igreja, de forma que uma interpretação ao pé da letra – e, por isto, radical – da religião islâmica impeliria para a aplicação integral dos preceitos religiosos muçulmanos às leis do Estado e para a subordinação das autoridades civis e políticas às guias espirituais.

A criação de um Estado islâmico, portanto, representaria para os fundamentalistas desta religião a única via para ajudar os fiéis a conduzirem a vida de bom muçulmano, conforme as regras do Alcorão, tornando o conceito de justiça divina (*Sharia*) superior ao conceito – caro ao Ocidente – de lei pensada pelos homens.



Atende ao Objetivo 2

2. Quais as principais causas que levaram a religião a voltar a desempenhar um papel crucial na vida política mundial?

Resposta Comentada

Por ser um elemento fortemente identitário, a religião acabou voltando a ter um papel central nas dinâmicas históricas após um período em que o processo de modernização parecia empurrar para um processo inevitável de secularização das práticas políticas. Com efeito, no momento em que impõe a escolha entre pertencimentos exclusivos, a religião traça uma demarcação entre “nós e os outros” que – sobretudo quando professada nas suas formas mais radicais – revela uma conotação prejudicial das tentativas de integração social. O que, justamente, ocorre mais frequentemente em situações nas quais mais fortes são as desigualdades entre realidades que a globalização rendeu fisicamente muito mais próximas, favorecendo conflitos e tensões. Sob esse aspecto, o terrorismo de matriz religiosa apresenta-se como a extrema manifestação desse curto-circuito que mistura fé cega e política, mostrando a religião – assim entendida – como possível catalisador de conflitos e instabilidade.

Novos movimentos sociais globais

O avanço da política neoliberal desde a década de 1980, fator que impulsionou a chamada globalização econômica, não ocorreu sem o paralelo surgimento de variadas formas de resistências sociais em quase todos os locais do mundo. A maior parte dessas novas lutas sociais foi construída e engendrada através de um modelo político diferente daquele tradicionalmente usado pelos grupos de esquerda, durante todo o século XX. Os partidos políticos de base socialista e o sindicalismo, ligado a esses partidos, viram seu espaço reduzido em prol do surgimento de novos atores políticos descentralizados. Esses novos movimentos sociais que foram criados têm características heterogêneas, e muitos deles são ligados às lutas

do campo ou a grupos sociais minoritários, como os indígenas. Nas cidades, são ligados a grupos autonomistas de intervenção e ocupação de espaços urbanos abandonados, chamados de *squatting*, ou ao movimento dos sem-teto, no Brasil. Em comum, esses novos movimentos sociais têm como formas de luta ou de resistência práticas de ação direta, através de organizações mais ágeis que não somente não aceitam a política institucional como passaram a condenar a prática política dessa falsa democracia representativa.

No item *no-global* ou *new-global* da Aula 8, vimos como essas novas formas de luta manifestaram-se na virada do milênio, nos grandes encontros mundiais das cúpulas econômicas do G-7, ou do Fórum Econômico Mundial, antes de elas perderem sua força ao se tornarem uma alternativa institucional na forma do Fórum Social Mundial. Em seus anos iniciais, enquanto os processos políticos ainda não haviam esvaziado seu discurso, o FSM representava uma reunião altermundista de organizações autônomas em luta contra o avanço inexorável do mercado capitalista globalizado. Porém, esquecemos muitas vezes que a origem dessas novas formas de luta protagonizadas por uma população que não segue lideranças evidentes, nem partidos dirigentes, não se deu nos países mais desenvolvidos do capitalismo, mas sim em regiões pobres do planeta ainda fortemente influenciadas por culturas tradicionais ligadas ao campo.

A primeira efetiva demonstração armada de resistência ao neoliberalismo ocorreu em 1º de janeiro de 1994, no sul do México, em Chiapas. Nas primeiras horas do ano novo, os soldados indígenas do EZLN, Exército Zapatista de Libertação Nacional, desceram as montanhas da Serra Lacandona e ocuparam San Cristobal de Las Casas e outras seis cidades, lendo a *Primeira Declaração da Selva Lacandona*, no exato momento em que era assinado o NAFTA, um tratado de livre comércio entre os três países da América do Norte. Um levante duplamente inesperado, primeiro porque não se imaginava mais ser possível, em pleno “fim da História” a insurgência de culturas comunitárias tradicionais ao avanço do capitalismo em sua região. As últimas experiências de movimentos guerrilheiros de

esquerda nas Américas haviam sido ou sufocadas, como a guerrilha “maoísta” do Sendero Luminoso no Peru, ou se tornado o braço armado de organizações capitalistas de narcotraficantes, como fizeram as Farc, Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia. Em pleno momento de hegemonia neoliberal, um grupo armado indígena-camponês, inspirado nos revolucionários mexicanos de 80 anos atrás (Zapata, Villa e Flores Magón) insurgia-se por algo inusitado:

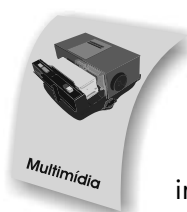
Não se trata de uma conquista do Poder ou da implantação (por vias pacíficas ou violentas) de um novo sistema social, mas de algo anterior a ambas. Trata-se de conseguir construir a antessala do mundo novo, um espaço onde, com igualdade de direitos e obrigações, as diferentes forças políticas “disputem entre si” o apoio da maioria da sociedade [...] não estamos propondo uma revolução ortodoxa, mas algo muito mais difícil: uma revolução que torne possível a Revolução. Subcomandante Insurgente Marcos, *La historia de los espejos*, 1995, disponível in www.ezln.org. (ORNELAS, 2005, p.154).

Como assim, um subcomandante? Marcos, ao negar qualquer comando e submeter as decisões ao coletivo das assembleias populares dos *pueblos*, os vilarejos indígenas das montanhas de Chiapas, tornou-se uma referência mundial do novo mundo, do antipoder, de um tipo diferente de comunismo, porque baseado nas relações horizontais entre as comunidades envolvidas, em seus processos decisórios autônomos e, também, porque o uso das armas pelo EZLN não se realiza como uma forma de ataque contra o outro senão como uma forma de autodefesa contra os ataques externos. Como estratégia de difusão dessa proposta de uma nova relação de poder político, o subcomandante Marcos fez um uso absolutamente inovador da internet para a época. A aparição de Marcos, na rede mundial, pedindo ajuda para a causa zapatista, foi o fato que permitiu a defesa internacional do levante contra a reação armada do exército mexicano e deu ampla visibilidade à luta de resistência de todos os povos indígenas dois anos após as

comemorações ou os velórios, dependendo do ponto de vista, dos 500 anos da conquista da América.

“Não poder”, “autonomia”, “comunalismo”, “luta pela terra” e “luta das comunidades tradicionais” foram bandeiras que estimularam movimentos camponeses, como o MST brasileiro ou a Via Campesina, nas Américas. Em seguida, anos após, foram essas mesmas bandeiras que levaram o movimento de agricultores na Índia a iniciar a luta mundial pela preservação das sementes naturais, que, atualmente, encontram-se em fase de extinção, devido à proliferação da comercialização das sementes transgênicas industrializadas. À luta pela terra, que é também uma luta pelo direito à vida, somava-se a luta pelo direito à reprodução dessa vida. Como se sabe, as sementes transgênicas, criadas em laboratório, não têm poder para se reproduzirem sozinhas, como as sementes naturais, o que torna o agricultor dependente da indústria de sementes. Mas esse é somente um dos fenômenos negativos sobre o uso das tecnologias da sociedade capitalista contemporânea: as projeções a esse respeito remetem a um futuro controle técnico-industrial sobre todos os processos reprodutivos da existência, inclusive da humana. Portanto, as batalhas dos camponeses tradicionais pela sua autonomia não podem ser consideradas batalhas arcaicas, pelo contrário, são batalhas conectadas com o que há de mais ético na existência humana, o direito à reprodução da própria vida.

Uma sociedade e uma economia, fundadas na vida artificial, exigem que as formas de vida tornem-se “propriedade” e que todos os limites éticos e ecológicos sejam removidos. Em outras palavras, exigem o dismantelamento das condições da vida. Se tivermos de ficar vivos, a engenharia genética e as patentes precisam ser drasticamente restringidas e limitadas. Esse é o verdadeiro movimento pela democracia e a liberdade na era da vida artificial (SHIVA, 2011, p. 80).



A globalização no cinema

O tema da globalização está sendo objeto de inúmeros filmes, que analisam suas várias facetas.

Aqui vai uma relação de longas-metragens por assunto, para uma maior compreensão do fenômeno.

Mundo interligado e incomunicabilidade: *Babel*, de Alejandro González Iñárritu.

Revolução tecnológica e sociedade: *Medianeiras*, de Gustavo Taretto.

Globalização e periferias: *Infância roubada* (Tostsi), de Gavin Hood.

Novos nacionalismos e guerras: *No man's land*, de Danis Tanovic.

Fundamentalismo religioso: *O caminho de Kandahar*, de Mohsen Makhmalbaf.

Movimentos e lutas sociais: *A Quarta Guerra Mundial*, de Rick Rowley.

O trabalho aos tempos do liberalismo: *Segunda-feira ao sol*, de Fernando León de Aranoa.

Multiculturalismo: *East is east*, de Damien O'Donnel.

Mídia e informação: *O show de Truman*, de Peter Weir.

O mundo do futuro: *Blade runner: o caçador de andróides*, de Ridley Scott.



Atende ao Objetivo 3

3. Por que a luta do EZLN pode ser considerada, se não como a precursora dos novos movimentos sociais, pelo menos como a mais importante?

Resposta Comentada

O EZLN ganhou projeção internacional com o levante armado de Chiapas por dois motivos. Primeiro, porque não se esperava mais uma forte resistência ao neoliberalismo, vinda de setores tradicionais e agrários do mundo, muito menos que o grupo armado protagonista dessas ações não visasse tomar o poder, e sim somente garantir o exercício de uma democracia direta radical, através dos coletivos autônomos dos povos indígenas. Ao fazer isso, o EZLN inaugurou uma nova proposta política que rompia com a lógica tradicional dos partidos de esquerda de alcançar o poder pela via eleitoral ou armada. Em segundo lugar, o uso da internet, como forma de veiculação de suas ideias e de propaganda política no ano de 1994, era ainda absolutamente inovador, antecipando as usuais e atuais (2011) como forma de difusão midiática de resistências globais, como a da Primavera Árabe ou dos movimentos de Occupy Wall Street e das principais praças europeias, após a crise de 2008.

CONCLUSÃO

A globalização aumentou as oportunidades de deslocamento para todos os habitantes do planeta.

No entanto, pela globalização apresentar contradições intrínsecas à sua própria maneira de se desenvolver, também com relação à maior mobilidade, há uma evidente distância entre os viajantes, por questões de trabalho ou lazer, e os migrantes necessitados de fazer isso por causa da combinação entre aumento da desigual distribuição de riquezas e incremento demográfico.

Se, por um lado, esse fenômeno parece assinalar a tendência à formação de uma sociedade mundial, pautada no multiculturalismo, por outro lado, muitos episódios de desconfiança, intolerância e até choque entre comunidades, portadoras de valores identitários diferentes, alertam para a insurgência de um possível paradoxo: à medida que as culturas tornam-se fisicamente mais próximas, elas podem se descobrir culturalmente mais distantes e incomunicáveis.

De forma evidentemente atrelada com este assunto, também o debate sobre o papel das religiões, nas relações entre Estados, entre povos e no interior de cada sociedade, voltou com vigor a ocupar um papel de primeira grandeza, focalizando-se na dicotomia diálogo/choque entre credos religiosos e – numa forma mais ampla – entre civilizações. Se a revalorização de tradições espirituais que se achavam definitivamente varridas pelos ventos da secularização ligada à modernização é uma boa notícia para quem acredita na incompletude de um processo pautado unicamente no progresso material, a relação entre a esfera ligada à metafísica e a política está acabando por engendrar certa instabilidade e tensões, quando expressada nas formas do fundamentalismo.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Somos seis bilhões de indivíduos, vivendo no âmbito de dezenas de culturas, religiões e idiomas distintos, com milhares de interesses, finalidades, desejos e necessidades diferentes. Esta sociedade planetária não possui uma escala comum de valores, tampouco há uma autoridade comum que a ordene. Não é comandada por ninguém. E é tão repleta de emoções contrastantes que utilizar a linguagem do terror e do ódio é como brincar com o fogo perto de um barril de pólvora (KAPUSCINKI, 2009, p.157).

Comente esta reflexão do historiador polonês, à luz dos argumentos abordados nesta aula.

Resposta Comentada

A frase do historiador polonês Kapuscinski aponta para o desafio da convivência pacífica num mundo cada vez mais globalizado, isto é, no qual as culturas e os povos de um planeta sempre mais numeroso vivem numa situação de proximidade física sempre maior. O fato de não ter uma escala comum de valores e de não existir uma única autoridade que a ordene rende esta sociedade planetária caótica e com alto risco de conflitualidade, em presença de fatores, tais quais a explosão demográfica; o pertencimento às identidades étnicas, religiosas ou nacionais; as reivindicações territoriais localistas e o descompasso entre os poucos que decidem e os muitos que obedecem. Todavia, os antídotos contra essa tendência ao choque

encontram-se provavelmente mesmo a partir da revalorização (com um viés virtuoso) de muitos desses elementos que o processo de globalização despertou, uma vez que a espiritualidade, o cuidado com a preservação das culturas locais e a consciência da própria identidade podem também favorecer a coexistência, rumo à formação de uma sociedade mundial multiétnica.

RESUMO

Nesta aula, pudemos estudar todo um outro lado da globalização que teima em persistir diante dos olhos daqueles que já declararam o fim da história ou o fim da Modernidade, ou ainda, o anacronismo dos valores religiosos sobre os da ciência, como condutores da vida humana. Mesmo constituindo-se apenas em forças subalternas ao movimento de expansão global do capital e de racionalização de quase todas as instâncias da vida humana, vimos que borbulha por sob esse terreno do fim da História um magma incandescente. Desde a década de 1990, frequentemente essas forças não hegemônicas têm irrompido à superfície, obrigando o poder a proceder, seja a uma readequação provisória das políticas econômicas, seja a uma tolerância passiva em relação à absorção dentro do cotidiano das sociedades ocidentais de populações cultural e religiosamente diferentes. Neste início de século XXI, longe de ser possível prever ou diagnosticar precisamente, através dos estudos históricos, tendências possíveis para o futuro da humanidade, a História tem reafirmado a crença de que ela lida bem com o passado, embora nem sempre nele encontre consenso sobre o ocorrido, mas é péssima prognosticista. Para além das tendências dominantes que poderiam nos indicar a continuidade do caminho da evolução do *Homo sapiens* em direção ao do *cyborg*, como sugere Donna

Haraway, por outro lado, assistimos ao ressurgir, ou melhor, ao mostrar de forma cada vez mais contundente os valores éticos ligados à fé religiosa, temente a Deus, ou às formas mais tradicionais de vida comunitária. E talvez não se trate de ser isto ou aquilo, mas sim de ser isto e aquilo, a marca de um novo tempo ainda inclassificável, inclusive no nome que levará.

História Contemporânea II

Referências

Aula 7

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BANTI, Alberto Mario. *Le questioni dell'età contemporanea*. Roma-Bari: Laterza, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (Org.). *História do século XX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007. v. 3.
- CAIRNCROSS, Frances. *The death of distance*. Boston: Harvard Business School Press, 1997.
- CASTELS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e terra, 2000. v. 3.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GATES, Bill. *A estrada do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GUARRACINO, Scipione. *Storia degli ultimi settant'anni*. Milano: Bruno Mondadori, 2010.
- HOBSBAWM, Eric. *Entrevista sobre o novo século*. São Paulo: Companhia do Bolso, 2000.
- IANNI, Octavio. Globalização e nova ordem internacional. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 3.
- LINDSAY, Greg; KASARDA, John. *Aerotropolis: the way we'll live next*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011.
- MCLUHAN, Marshall. *Guerra e paz na aldeia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 1971.
- NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- O'BRIEN, Richard. *The end of geography*. New York: Council on Foreign Relations Press, 1992.
- REVELLI, Marco. *Economia e modello sociale nel passaggio dal fordismo al toyotismo*. Roma: Manifestolibri, 1995.
- RIFKIN, Jeremy. *A era do acesso*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Aula 8

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (Org.). *História do século XX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007. v. 3.
- DONKIN, Richard. *The future of work*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
- FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos (Org.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HOBBSBAWM, Eric. *Entrevista sobre o novo século*. São Paulo: Companhia do Bolso, 2000.
- IANNI, Octavio. Globalização e nova ordem internacional. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 3.
- KLEIN, Naomi. *A tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LUTTWAK, Edward. *Turbocapitalismo: quienes ganan, quienes pierden*. Barcelona: Editorial Critica, 2000.
- NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- REICH, Robert. *The work of nations: preparing ourselves for 21st century capitalism*. New York: Vintage Books, 1991.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1996.
- RITZER, George. *Enchanting a disenchanted world: revolutionizing the means of consumption*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1991.
- SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- STIGLITZ, Joseph. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Editora Futura, 2002.
- WALLACH, Lori; SFORZA, Michelle. *The WTO: Five Years of Reasons to resist corporate globalization*. New York: Seven Stories Press, 2000.

Aula 9

- ALVES, Ana Carolina et al. Estudo sobre o cinema direto e o cinema verdade: conceitos, contradições e principais influências. *Programa Especial de Treinamento ECO-UFRJ*, ago. 2005. Disponível em: <<http://grupograv.files.wordpress.com/2009/05/artigo-cinemadiretoeverdade1.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

- ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'água, 1991.
- _____. *O sistema de objetos*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Obras escolhidas, v. 1)
- BERNADET, Jean-Claude. *Cineastas e imagens do povo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CANEVACCI, Massimo. *Antropologia do cinema*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- DANTO, Arthur C. *After the end of art*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. A potência do falso. In: _____. *Imagem-tempo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- FREUD, Sigmund. *Mal estar en la cultura*. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.
- GREENBERG, Clemente. *Estética doméstica*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HUSSERL, Edmund. A crise da humanidade europeia e a filosofia. In: _____. *Europa: crise e renovação*. Lisboa: Centro de Filosofia / Universitas Olisiponensis, 2006.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.
- JACKSON Pollock at work. *SFMoma*. Seção Video. Disponível em: <<http://www.sfmoma.org/multimedia/videos/249>>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- JACKSON Pollock. (American, 1912-1956). *The collection*. Disponível em: <http://www.moma.org/collection/browse_results.php?criteria=O%3AAD%3AE%3A4675|A%3AAR%3AE%3A1&page_number=56&template_id=1&sort_order=1>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- JAMESON, Fredric. *Modernidades singulares*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- JULIAN Beck, Judith Malina: the living theatre may 17, 1975. *YouTube*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=BXKBuTyTY9g>>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- MACHADO, Arlindo. *Pré-cinemas & pós-cinemas*. Campinas: Papyrus, 2007.
- MACIUNAS, George. Manifesto, 1963. Disponível em: <<http://www.artnotart.com/fluxus/gmaciunas-manifesto.html>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

- MATEUS, Paula. O fim da arte e a dissolução dos ideais revolucionários. *Intelectu*, n. 2, ago. 1999. Disponível em: < http://www.intelectu.com/intelectu_archive_win_02_02.html>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- MUNFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- OMAR, Arthur. O antidocumentário provisoriamente. *Revista de Cultura Vozes*, v. 72, n. 6, ago. 1978.
- PARENTE, André. (Org.) *Imagem-máquina*. São Paulo: Ed. 34, 2008.
- PASOLINI, Pier Paolo. *O cinema de poesia*. Lisboa: Empirismo herege, 1982.
- PIMENTEL, Humberto L. *O documentário na era digital: monografia de especialização em criação de imagem e som em meios eletrônicos*. São Paulo: SENAC, 2006.
- POLLOCK. Direção: Ed Harris. Produção: Fred Berner, Ed Harris e John Kilik. Intérpretes: Ed Harris; Marcia Gay Harden; Jennifer Connelly; Val Kilmer. Roteiro: Barbara Turner e Susan Emshwiller, baseado em livro de Steven Naifeh e Gregory White Smith. Música: Jeff Bea. [S.l.]: Sony Pictures Classics, 2000.
- TEIXEIRA, Francisco E. Eu é outro: documentário e narrativa indireta livre. In: TEIXEIRA, Francisco E. (Org.). *Documentário no Brasil: tradição e transformação*. São Paulo: Summus, 2004.
- THE LIVING theatre. Disponível em: <<http://www.livingtheatre.org>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

Aula 10

- BECK, Ulrich. *Risk society*. Londres: SAGE, 1992.
- BOOKCHIM, Murray. *Historia, civilización y progreso*. Madri: Nossa y Jara, 1997.
- BOOKCHIM, Murray. *The ecology of freedom*. Oakland (CA): AK Press, 2005.
- BRUNDTLAND, Gro. Sustainable development. *The European Journal of Development Research*, Bonn, v. 3, n. 1, 1991.
- CROALL, Stephen; RANKIN, William. *Conheça ecologia*. São Paulo: Proposta Editorial, 1981.
- DAILY, Herman et al. *For the common good*. Londres: Green Print, 1990.

DE ROOSE Frank; VAN PARIJS, Philippe. (Org.). *Pensamento ecológico*. São Paulo: Imaginário, 1997.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. A critique of political ecology. *New Left Review*, [S.l.], v. 84, 1974.

FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicolai. *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GODELIER, Maurice. A antropologia econômica. In: _____. *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* Lisboa: Ed. 70, 1971.

GORZ, Andre. *Ecology as politics*. Londres: South End Press, 1980.

ILLICH, Ivan. *A convivencialidade*. Lisboa: Europa/América, 1976.

LEONARDO Boff. Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com.br/site/lboff.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

MARTINEZ ALIER, Joan. *De la economia ecológica al ecologismo popular*. Montevideu: Nordan-Comunidad, 1995.

MEADOWS, Daniel et al. *The limits to growth*. Londres: Potomac, 1972.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício (Org.). *Desenvolvimento sustentável*. Brasília: IBAMA: Cebap, 2002.

PAEHLKE, Robert. *Environmentalism and the future of progressive politics*. New Haven: Yale University Press, 1989.

ROMANI, Carlo. *O futuro do homem e o futuro da natureza: uma reflexão histórica sobre o pensamento humano e sua relação com o meio ambiente*. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/caromani/futuro-do-homem-e-dominio-da-natureza>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SHIVA, Vandana. A nova colonização genética. In: SANTOS, Laymert G. *Politizar as novas tecnologias*. São Paulo: Ed. 34, 2011.

SOCIAL Ecology n 1: a coherent radical critique of current social, political, and anti-ecological trends. 2: a reconstructive, ecological, communitarian, and ethical approach to society. Institute for Social Ecology. Disponível em: <<http://www.social-ecology.org/>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

THOMPSON, Edward P. *Exterminismo e guerra fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Aula 11

ABU-LUGHOD, Janet. *Before European Hegemony: The World System, A.D. 1250-1350*. New York: Oxford University Press, 1989.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. *Caos e governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (Orgs.). *História do século XX*. Vol. 3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

CHESNEAUX, J. *Modernidade-Mundo. Horizontes da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CLARK, Ian. *Legitimacy in international society*. New York: Oxford University Press, 2005.

FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin (Orgs.). *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Loyola, 1992.

_____. *O novo imperialismo*. Rio de Janeiro: Loyola, 2005.

HOBBSBAWM, Eric. *La fine dello Stato*. Milão: Rizzoli, 1997.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Ponto de Leitura, 2010.

KAGAN, Robert. *Do paraíso e do poder*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

KAPUSCINSKI, Ryszard. *Nel turbine della Storia*. Riflessioni sul XXI secolo. Milano: Feltrinelli, 2009.

IANNI, Octavio. Globalização e nova ordem internacional. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel. *O século XX*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

O'BRIEN, Richard. *The End of Geography*. New York: Council on Foreign Relations Press, 1992.

OHMAE, Kenichi. *The end of the nation State: the rise of regional economies*, New York: Free Press, 1995.

ROSENAU James. *Governança sem governo*. São Paulo: IMESP, 2000.

Aula 12

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. *Caos e governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização. As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BERGER, Peter. *The desecularization of the Word. A Global Overview*. In: Berger (Org.) *The desecularization of the Word; Resurgent Religion and World Politics*. Washington, D.C.: W.B. Eerdmans, 1999.

ETIENNE, Bruno. *L'Islamisme radical*. Paris: Hachette, 1987.

HARAWAY, Donna. Um manifesto para os cyborgs. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, 2. ed.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Ponto de Leitura, 2010.

IANNI, Octavio. Globalização e nova ordem internacional. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel. *O século XX*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

KAPUSCINSKI, Ryszard. *Nel turbine della Storia*. Riflessioni sul XXI secolo. Milano: Feltrinelli, 2009.

KEPEL, Gilles. *Jihad Expansion et Déclin de l'Islamisme*. Paris: Gallimard, 2000.

LEWIS, Bernard. *A linguagem política do Islã*. Lisboa: Colibri, 2001.

LUDD, Ned (Org.). *Urgência das ruas*. São Paulo: Conrad, 2002.

ORNELAS, Raúl. A autonomia como eixo da resistência zapatista. In: CECENÑA, Ana Esther (Org.). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

PORTIS, Larry. Os I.W.W. e o internacionalismo. In: COLOMBO, Eduardo et alli. *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

SHIVA, Vandana. A nova colonização genética. In: SANTOS, Laymert Garcia. *Politizar as novas tecnologias*. São Paulo: Ed. 34, 2011.

ISBN 978-85-7648-904-7



9 788576 489047



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

